

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

RENATA RIBEIRO FRANCISCO

**AS SOCIEDADES ANTIESCRAVISTAS NA CIDADE DE SÃO
PAULO (1850-1871)**

**Franca
2010**

RENATA RIBEIRO FRANCISCO

**AS SOCIEDADES ANTIESCRAVISTAS NA CIDADE DE SÃO
PAULO (1850-1871)**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para
obtenção do Título de Mestre em História Área de
concentração História e Cultura Política.
Orientador(a): Prof (a). Dr(a). Marisa Saenz Leme.**

**Franca
2010**

Francisco, Renata Ribeiro

As sociedades antiescravistas na cidade de São Paulo (1850-1871) / Renata Ribeiro Francisco. –Franca : [s.n.], 2010
149 f.

1. Escravidão – História – Brasil. 2. Alforrias – Historiografia.

3. Escravos libertos – História – São Paulo. 4. Sociedades antiescravistas. 5. Maçonaria. I. Título

CDD – 981.0435

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Marisa Saenz Leme

1. Escravidão – História – Brasil. 2. Alforrias – Historiografia.

3. Escravos libertos – História – São Paulo. 4. Sociedades antiescravistas. 5. Maçonaria. I. Título

RENATA RIBEIRO FRANCISCO

**AS SOCIEDADES ANTIESCRAVISTAS NA CIDADE DE SÃO
PAULO (1850-1871)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Dr.(a) MARISA SAENZ LEME, UNESP – Franca

1ºExaminador: _____

Dr.(a) TANIA DA COSTA GARCIA, UNESP - Franca

2ºExaminador: _____

Dr.(a) DARIO HORACIO GUTIÉRREZ, USP – São Paulo

Franca, 24 de março de 2010.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente, a Professora Marisa Saenz Leme, pela paciência e dedicação com que conduziu as orientações. Suas intervenções foram essenciais para a realização deste trabalho.

Agradeço a Professora Tânia da Costa Garcia e a Professora Denise Soares de Moura, que estiveram presentes em meu exame de qualificação. Seus comentários e reflexões foram fundamentais para a ampliação do enfoque da pesquisa.

Agradeço a atenção e o carinho dos amigos Arthur, Anderson Venâncio, Marcos, Rejane, Gabriela, Amanda, Ariane, Josmeire, Aline, Vânia e Camila. A todos que passaram pelo NUPE em particular Jean, Christian, Ísis, Débora, Jeferson, Adele, Paulo e Kajali.

Às agências de fomento CNPQ e CAPES pelo financiamento indispensável à realização dessa dissertação.

Por fim agradeço a minha mãe, Maria Lúcia; a meu pai Djair; a meus irmãos Flávio Thales e Camila pelo apoio e compreensão.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar as primeiras sociedades antiescravistas que surgiram na cidade de São Paulo entre 1850 e 1871. A fim de compreender a natureza dessas organizações, foram estudadas as formas como elas se estruturaram e funcionaram. Para tanto, considerou-se o desempenho dos atores sociais que as compuseram, as interações e os laços estabelecidos entre eles. Da mesma forma, destacou-se o papel exercido pela imprensa, que contribuiu para dinamizar as práticas antiescravistas e configurou-se no espaço pelo qual circularam os principais membros dessas organizações.

Palavras-chave: antiescravismo, maçonaria, alforrias, redes de sociabilidade, imprensa.

ABSTRACT

Keywords: anti-slavery, masonry, manumissions, social networks, press.

This master thesis goes on to analyze the rise of the first anti-slavery societies in São Paulo City between 1850 and 1871. As way to comprehend the nature of these organizations, it will exam the manners they functioned and were framed. Thus, the research regards the role of the social agents who took part in the anti-slavery social network and how ties were established among them. In the same way, it will highlight the role played by the press and how it contributed to prompt the anti-slavery practices, turning into privileged space for the member of societies that struggled against slavery.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1:	
A estrutura e o funcionamento das sociedades antiescravistas.....	15
1.1. A fundação das sociedades antiescravistas.....	22
1.2. As ideias emancipacionistas nas lojas maçônicas paulistanas.....	22
1.2.1. Além das alforrias: educação e caridade.....	33
1.2.2. A participação das mulheres nas ações emancipacionistas.....	38
1.2.3. A presença de religiosos nas lojas maçônicas.....	44
1.3. As sociedades emancipacionistas estudantis.....	47
Capítulo 2:	
O processo de libertação dos cativos nas sociedades antiescravistas.....	55
2.1. O ventre e as mulheres cativas.....	63
2.2. Beco sem saída: o destino das crianças alforriadas pelas sociedades emancipacionistas.....	66
2.3. O pacto de tolerância.....	79
2.4. As correntes emancipacionistas e as ideias imigrantistas.....	91
Capítulo 3:	
As redes de sociabilidade.....	97
3.1. A produção antiescravista na Academia de Direito.....	101
3.2. Os antiescravistas na cidade de São Paulo.....	109
3.3. Encontro de gerações.....	117
3.4. A imprensa paulistana e a rede de sociabilidade.....	119
3.5. O público leitor.....	126
Considerações Finais	130
Referência Bibliográfica	133
Fontes	140
Anexos	142

INTRODUÇÃO

O tema da dissertação são as sociedades antiescravistas que surgiram na cidade de São Paulo entre 1850 e 1871. Observa-se que há poucos estudos nesse período a respeito do assunto em questão. Isso se deve ao fato de a historiografia sobre escravidão e abolicionismo ter focado suas análises para os instantes finais da instituição escravista.

Tais pesquisas buscaram sustentação teórica e metodológica na historiografia renovada que trouxe para o centro das discussões novos temas e novos sujeitos históricos. Os modelos interpretativos surgidos na década de 1980 aproximaram o campo das ciências sociais, os estudos culturais e políticos, abrindo espaço para que a interpretação histórica fosse abordada pelo prisma dos dominados, com isso pretendia-se fugir de generalizações dos processos sociais.¹

Entre os historiadores que colaboraram com as novas tendências historiográficas está o inglês Edward Thompson, que retomou o conceito de classe social questionando as rígidas relações entre dominantes e dominados e incorporando no mesmo sentido uma nova perspectiva analítica em que se valorizou o político e o social em detrimento do econômico. Dessa maneira, o autor conduziu as análises das relações do trabalho de um modo menos rígido. Partindo da experiência do operariado inglês, Thompson apresentou um novo modelo de interpretação das relações entre dominantes e dominados, que não implicava necessariamente na dominação de uma classe sobre a outra.

Os novos modelos interpretativos utilizados pelo historiador para o estudo do operariado inglês logo influenciaram a história social no Brasil, principalmente em fins da década de 1870 e na de 1880, quando o país passava pelo processo de redemocratização política e o tema dos movimentos sociais se sobrepôs ao econômico.

Segundo Ângela de Castro Gomes, os novos estudos sociais deram espaço aos excluídos - os operários, os escravos, os pobres e as mulheres. Tais metodologias e teorias influenciaram principalmente os estudos sobre a escravidão e sobre o movimento abolicionista, que passaram a ser analisados pela perspectiva dos escravos. De acordo com Gomes;

[...] Trata-se de um amplo conjunto de estudos que atinge tanto as formas de pensar as relações entre senhores, escravos, dependentes e o Estado imperial, quer dizer, de

¹ GOMES, Ângela de Castro. **Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980**: notas para um debate. *Estudos Históricos*. vol.2, nº34, pp. 157-86. 2004.

pensar o trabalho escravo e o trabalho livre numa sociedade agrária e escravista, quanto as formas de pensar o trabalho assalariado e o papel do trabalhador em uma sociedade que se torna crescentemente urbano-industrial, a partir do século XX. Nessa dupla chave, de um lado, são particularmente interessantes os textos que se dedicam ao estudo da crise do trabalho escravo e do início da formação de uma classe trabalhadora livre, no campo e na cidade, contemplando a segunda metade do século XIX, especialmente as décadas de 1870 e 1880.²

A intenção dos historiadores de resgatar as vozes dos excluídos, especificamente dentro do movimento abolicionista, estimulou a produção de pesquisas sobre os anos finais da escravidão, período de grandes turbulências e em que a presença dos marginalizados - homens livres pobres, libertos e cativos - podia ser mais bem investigado. Com isso os estudos sobre os anos iniciais do movimento antiescravista foram relegados a um segundo plano.

É importante frisar que, antes mesmo de se manifestarem essas novas tendências historiográficas no estudo sobre escravidão, o cientista social Clovis Moura³, em 1959, já atentava para a relevância de se estudarem os novos protagonistas da história, e assim fez em seu *Rebeliões da Senzala*, em que transformava os cativos em agentes da história ao abordar os quilombos como unidade básica de resistência do escravo.

Seguindo essa nova tendência historiográfica, não apenas os atores e protagonistas mudaram, mas também as abordagens e as fontes, sobretudo, os documentos de polícia, que se tornaram fundamentais nessa tentativa de resgatar a voz dos excluídos. Em razão disso, a historiografia deixaria a margem os estudos que abordassem as décadas finais da escravidão sob a perspectiva dos dominantes.

O trabalho *O plano e o Pânico* de Maria Helena Machado⁴ é um exemplo dessa tendência. Machado, na tentativa de identificar a presença dos populares no processo abolicionista, teve sua pesquisa à década final da escravidão. A autora analisou, sobretudo, documentos de polícia, que revelaram a participação dos populares, de escravos e das sociedades antiescravistas no movimento abolicionista, em diversas cidades da província de São Paulo, como Santos e Campinas. A autora, todavia, não faz referência à atuação de sociedades antiescravistas na cidade de São Paulo, e cita apenas as ações individuais praticadas em defesa dos cativos ilegalmente escravizados, como por Luiz Gama.

² GOMES, Ângela de Castro. **Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980**. Op.cit. p. 158.

³ MOURA, Clovis. **Rebeliões escravas: quilombos, insurreições e guerrilhas**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Mercado Aberto. 4º Ed. 1988.

⁴ MACHADO, Maria Helena Toledo. **O plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/EDUSP, 1994.

Segundo Maria Helena Machado, a formação de sociedades emancipacionistas somente poderia ser registrada nas cidades depois da década de 1870, pois, junto com o processo de urbanização, emergiriam os segmentos médios: advogados, médicos e funcionários públicos, capazes de articularem a criação dessas organizações.

A ausência de estudos sobre sociedades antiescravistas na cidade de São Paulo, entre as décadas de 1850 e 1860, indica que as novas pesquisas sobre abolicionismo e escravidão teriam sido influenciadas pela historiografia sobre São Paulo. Segundo esta produção historiográfica São Paulo apenas ganhou feições urbanas depois de 1870.

A cidade de São Paulo não teria, portanto, os elementos considerados essenciais para dar início às primeiras manifestações antiescravistas antes de 1870. A historiografia sobre São Paulo por muitas décadas produziu estudos que abordaram a formação histórica de São Paulo pautada pela perspectiva de seu isolamento geográfico e pela existência de uma economia incipiente, incapaz de promover uma dinamização econômica e social.

Os primeiros estudos produzidos por essa historiografia foram realizados, sobretudo, por memorialistas e jornalistas. Estes construíram as primeiras imagens e impressões de pobreza e isolamento da província de São Paulo, que teria marcado a história da cidade até pelo menos a década de 1870.

Os estudos produzidos por memorialistas, do final do século XIX, estavam ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: Affonso de Freitas, Nuto Sant'anna, Spencer Vampré, Aluísio de Almeida e Maria Paes de Barros. Esses trabalhos não pretendiam realizar grandes interpretações históricas com teorias e métodos rígidos, mas sim registrar suas impressões sobre a cidade, recorrendo muitas vezes à memória ou às fotografias de famílias e das principais ruas da cidade.

O trabalho de *História e tradições da cidade de São Paulo* de Ernani Bruno, publicado pela primeira vez em 1950, trouxe novos elementos para o estudo da história de São Paulo. Bruno desenvolveu um estudo analítico utilizando fontes diversificadas que apontavam a existência de dinamização econômica e social, embora, a interpretação do autor diminua a importância dos demais segmentos urbanos que circulavam na cidade, focando, sobretudo, a dinâmica que girava em torno da Academia de Direito. De acordo com Bruno, a cidade dependia econômica e socialmente dos estudantes, interpretação que reforçava a noção de pobreza do local.

Ao privilegiar esse viés interpretativo, o autor minimizou a dinâmica econômica e social urbana que existia independentemente dos estudantes. Para Bruno, o desenvolvimento

de São Paulo foi evolutivo e, entre 1828 a 1872, a cidade não passava de um “burgo de estudantes”.

Sob a mesma ótica analítica e com o mesmo peso interpretativo, Richard Morse, em *Formação Histórica de São Paulo*, de 1970, observa o desenvolvimento evolutivo em São Paulo dividindo o processo em dois momentos: comunidade e metrópole. As duas interpretações, apesar de algumas diferenças, levam ao entendimento de que São Paulo até 1870 era uma sociedade isolada, estagnada, que conservava ainda feições coloniais.

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, os trabalhos produzidos por essa historiografia foram influenciados pelos modelos interpretativos propostos pelos estudos cepalinos, que priorizaram, entre outros temas, a economia agroexportadora, deixando à margem as regiões econômicas voltadas para o mercado interno, como o circuito de abastecimento interno realizado pela cidade de São Paulo e arredores. De acordo com essas pesquisas, a dinamização na cidade de São Paulo, somente, teria ganhado destaque após a introdução do café na província paulista, nas primeiras décadas do século XIX, mas que refletiriam em mudanças socioeconômicas no local apenas depois de 1870.

O viés interpretativo adotado por Caio Prado Jr, Sérgio Buarque de Holanda, Maria Luiza Ferreira Oliveira e Denise Soares de Moura aponta para a existência de dinâmica econômica, social e política na sociedade paulistana que não foi devidamente contemplado nos estudos de Richard Morse e Ernani Bruno.

Evolução política do Brasil de Caio Prado Jr, embora tenha sido publicado em 1942, insere-se nessa historiografia renovada sobre a história de São Paulo, por indicar em seu estudo, sob uma abordagem marxista, a dinâmica comercial existente entre a cidade e outras localidades, bem como o importante papel desempenhado por ela na produção de gêneros alimentícios para o abastecimento regional. Com essa análise, Prado Jr. desconstruía a imagem de isolamento e estagnação econômica de São Paulo.

Observando as particularidades do processo de desenvolvimento da cidade de São Paulo, Sérgio Buarque de Holanda,⁵ em seu texto *São Paulo*, enfatiza o papel decisivo da Província de São Paulo, que destacou representantes de sua capital no processo que resultou na emancipação do país. O historiador, em sua análise, atenta para a existência de uma dinâmica urbana e para a presença de grupos sociais que não ficaram alheios aos assuntos da nação.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **São Paulo**. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. vol. 2. [s.n.] T.2, p.415-72. 1995.

Na mesma direção, caminhou o estudo *Sociedade Movediça* de Denise Soares Moura⁶, que indicou um princípio de dinamização nas esferas social, político e cultural da cidade de São Paulo já na primeira metade do século XIX, entre os anos de 1808 a 1850. De acordo com a historiadora, tais transformações eram resultantes da presença da Corte no país e de seus desdobramentos: a independência e a implantação do Estado.

Na perspectiva de encontrar indícios de desenvolvimento na cidade de São Paulo, Moura apoiou-se em documentação diversificada que incluía documentos de polícia como autos-crimes, autos-cíveis, jornais, papéis avulsos, documentos judiciais, registro Geral da Câmara, Revista da Sociedade Philomathica, entre outras fontes.

Destacando a força da nova historiografia sobre São Paulo, registrou-se também o estudo *Entre a casa e o armazém* de Maria Luiza Ferreira de Oliveira⁷, que investigou, entre os anos de 1850 e 1900, os aspectos da urbanização na cidade de São Paulo, abordando particularmente as formas de sociabilidade forjada pelos segmentos médios urbanos.

Para desenvolver esse estudo, Oliveira analisou inventários, jornais e papéis avulsos disponíveis no Arquivo Municipal de São Paulo. Apontou a existência de uma dinâmica urbana, marcada por um comércio ativo, caracterizado pela formação de uma rede de solidariedade, que tornava os segmentos urbanos menos dependentes dos grupos agrários.

A construção de uma nova imagem da cidade de São Paulo colaborou para o surgimento de estudos preocupados em compreender as sociabilidades urbanas e os elementos que a compunham. A presente dissertação segue o mesmo viés interpretativo, investigando as primeiras organizações antiescravistas surgidas na cidade de São Paulo, formadas pelos segmentos médios urbanos e por fazendeiros progressistas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, privilegiaram-se os jornais que circulavam na cidade de São Paulo no período em questão: *Correio Paulistano*, *O Ipiranga*, *Radical Paulistano* e os semanários *Diabo Coxo* e o *Cabrião*. Os periódicos foram a principal fonte deste estudo, através dos quais foi possível conhecer o estatuto das sociedades, os nomes de alguns de seus fundadores e mesmo as ações praticadas pelos antiescravistas. As sociedades emancipacionistas sabiam da importância que a imprensa tinha para a divulgação das idéias e práticas antiescravistas.

⁶ MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Sociedade movediça**: economia, cultura e relações sociais em São Paulo (1808-1850). São Paulo: Editora UNESP, 2005.

⁷ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém**: relações sociais e experiência da urbanização em São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

Além dos jornais, foram importantes as fontes encontradas no Arquivo da loja maçônica Piratininga. O único do gênero a que se teve acesso. Nele poucos documentos puderam ser consultados: a carta de alforria da escrava de nome Gertrudes - concedida em parceria com a sociedade maçônica Amizade - e algumas atas de reunião, uma delas referente à solicitação de Joaquim Ignácio Ramalho para que a loja proibisse a iniciação de profanos que tivessem envolvimento direto com o comércio de cativos. Foram analisados também documentos de polícia e do Juizado de Órfãos, que ajudaram a compreender o destino das crianças alforriadas pelas sociedades antiescravistas.

O primeiro capítulo da dissertação faz uma breve contextualização dos principais acontecimentos que colaboraram para que as primeiras idéias antiescravistas se manifestassem. Esta etapa do trabalho também se dedicou a compreender as formas como as sociedades antiescravistas se organizavam, funcionaram e se estruturaram. Para tanto, as sociedades emancipacionistas foram divididas em dois grupos: aqueles exclusivamente emancipacionistas e as maçônicas. Para finalizar o capítulo, foram abordados os grupos sociais que formaram estas sociedades.

O segundo capítulo investiga o processo de alforriamento realizado no interior de cada sociedade emancipacionista, destacando os critérios e as preferências adotadas por elas. Observou-se que as iniciativas das organizações de libertar cativos não estavam isentas dos olhares dos escravistas e mesmo da polícia. Tais relações mereceram destaque neste estudo, sobretudo porque a oposição às práticas antiescravistas era circunstancial e eram frequentes as saídas a público das sociedades antiescravistas para justificar suas ações. Por esta razão, fez-se necessário problematizar as relações controversas estabelecidas entre os escravistas, as organizações emancipacionistas e a polícia.

Por fim, o terceiro capítulo da dissertação discute a formação das redes de sociabilidade construídas em torno das sociedades antiescravistas e em outros espaços como as sociedades carnavalescas e a Academia de Direito. Cruzando informações sobre os participantes das organizações notou-se que alguns de seus membros compuseram mais de uma organização ao mesmo tempo.

Ao analisar os principais jornais que circularam na cidade de São Paulo no período, notou-se a presença de membros das organizações antiescravistas entre seus funcionários - redatores e colaboradores - o que leva ao entendimento de que havia uma sociabilidade intensa entre esses grupos. Assim, tendo em vista o papel da imprensa para a circulação das ideias antiescravistas, foi preciso investigar o seu alcance social. Observou-se que embora se

tratasse de uma sociedade de poucos letrados, as notícias ainda que indiretamente atingiam as mulheres, os homens livres pobres, os forros e até mesmo os cativos.

Capítulo 1: A estrutura e o funcionamento das sociedades antiescravistas paulistanas

Este capítulo apresentará as sociedades antiescravistas que surgiram na cidade de São Paulo, no período entre 1850 e 1871, identificando os atores sociais que as compuseram e as formas como estavam estruturadas. Além disso, destacará a circulação das ideias emancipacionistas nesses espaços, num contexto de transformações socioeconômicas observadas após a sanção da Lei Eusébio de Queiros de 1850.

As consequências da Lei Eusébio de Queirós podiam ser sentidas mais fortemente nas províncias do Sul, cuja economia cafeeira estava em crescente expansão, sobretudo as do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.⁸ Diante desse novo cenário, recorreu-se imediatamente ao tráfico interno, com a compra de cativos das províncias do Norte do país.

A província de São Paulo, assim como as demais, passou a ser abastecida de cativos trazidos do Norte, e recorreu também à mão-de-obra servil urbana disponível. A diminuição de cativos nas cidades se processou muito rapidamente, enquanto no campo houve a concentração deles.⁹ A lei Eusébio Queirós “colocava um limite estrutural ao regime escravista”¹⁰, mas ainda assim, até pelo menos 1856, havia notícias da incidência de desembarques clandestinos em diversas regiões isoladas do país.

No período de junho a dezembro de 1850, foi contabilizada a entrada de cerca de 5.000 escravos na Bahia e, em janeiro de 1853, houve desembarque de cativos nas cidades de Santos e Rio de Janeiro. No ano de 1854, foi identificada a existência de uma associação formada por nomes importantes da província do Rio de Janeiro que pretendia manter vivo o tráfico internacional de cativos.¹¹ Em 1856, registrava-se a chegada de mais escravos vindos do Sul dos Estados Unidos, mas, em contrapartida, inúmeras denúncias contra o tráfico foram encaminhadas pelo Ministério da Justiça ao presidente da província de São Paulo, entre as quais, o projeto de Domingos José da Costa, construtor da Marinha, que pretendia edificar três barcos com destino à África. O envolvimento de estrangeiros no comércio internacional

⁸ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites no século XIX**. 3º Ed. São Paulo: Annablume, 2004. COSTA, Emília Viotti de. **Da senzala à colônia**. 4º Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

¹⁰ BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008. p.111.

¹¹ COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 7º Ed. São Paulo: Global, 2001.

também ficou registrado¹², mas diferentemente do que ocorreu com a lei de 1831, a fiscalização do governo se fez presente.

Mesmo não havendo diferenças substanciais entre os textos que compunham as leis de 1831 e de 1850, no tocante ao seu conteúdo, está, em muitos aspectos, retomava o texto daquela, mas diferente da primeira, era mais extensa e pormenorizada acerca das punições e multas impostas não somente aos traficantes ilegais, mas a todos que estivessem envolvidos, mesmo que indiretamente:

Art. 3º São autores do crime de importação, ou de tentativa dessa importação o dono, o capitão ou o mestre, o piloto e o contramestre da embarcação, e o sobrecarga. São cúmplices a equipagem, e os que conservarem o desembarque de escravos no território brasileiro, ou que concorrerem para os occultar ao conhecimento da Autoridade, ou para os subtrahir á apreensão no mar, ou em acto de desembarque, sendo perseguido.¹³

Segundo Ilmar Rohloff Mattos o sucesso da Lei Eusébio de Queirós estava relacionada à questão da soberania e segurança nacional, e não apenas ligada ao contexto de estabilidade social e política do país.¹⁴ O governo teria encaminhado a questão da proibição do tráfico internacional como um problema de Estado, que envolvia a pressão inglesa, e como tal, teria reforçado que a ideia de extinguir o tráfico internacional era uma iniciativa do Império e não um ato de submissão às determinações inglesas, sobretudo, depois da sanção do Bill Aberdeen (1845) pelo Parlamento inglês.¹⁵

Mattos argumenta ainda que o projeto de extinção do tráfico foi aceito ou acordado, não apenas pelos grandes proprietários de escravos, mas por todos que aqui habitavam. O governo teria insistido na ideia de que era preciso acabar com o tráfico, para evitar que a crescente presença africana no território nacional ampliasse o desequilíbrio entre a população branca e livre e a africana cativa. O Império teria, portanto, acabado com o tráfico internacional para garantir que o tráfico interno transcorresse em tranquilidade, sem a ameaça inglesa e sem o temor da presença excessiva de africanos no país. De acordo com o autor:

¹² COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. Op.cit., p. 34.

¹³ LUCENA, Humberto (Org). **A abolição no Parlamento**: 65 anos de luta, 1823-1888. Brasília: Senado Federal, 1988. p.159.

¹⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff. **Tempo saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

¹⁵ A Lei Bill Aberdeen, aprovada pelo Parlamento inglês, determinava que fossem apreendidas todas as embarcações que transportassem africanos para o Brasil.

[...] a repressão ao tráfico não deveria aparecer como obra saquarema, e sim como uma ação civilizadora da Coroa, sempre acima dos partidos e dos interesses particulares e imediatos. O Estado não foi um agente antiescravista, pelo contrário, ele foi o agente privilegiado na procura da preservação do monopólio da mão-de-obra.¹⁶

Com essa argumentação, Mattos minimiza a importância que teve a declaração da Maioridade de Pedro II em 1840 e o fim das rebeliões regenciais para efeito de aprovação da Lei Eusébio de Queirós.

Após a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, os olhares se voltaram para a escravidão interna, com argumentos que previam a substituição da mão-de-obra servil pela livre, sobretudo, imigrante. Tais ideias foram ganhando espaço gradativamente na sociedade escravista. O tema esteve fortemente presente na fala dos segmentos urbanos, grupos menos dependentes da economia agrária¹⁷, atraindo também alguns fazendeiros progressistas, como Nicolau Vergueiro, que recebeu com simpatia as ideias antiescravistas.

Projetos emancipacionistas foram elaborados¹⁸, entre os quais o projeto do deputado da Câmara Silveira da Mota. O plano apresentado por ele em 1857 previa o afastamento dos cativos da cidade para o campo, com o fim indireto de estimular a imigração europeia.¹⁹ O mesmo deputado propôs que se proibisse a realização de leilões públicos de escravos nas cidades e a aquisição de propriedade escrava por estrangeiros, conventos e pelo Estado.

Tais projetos sinalizavam que a prioridade da posse do escravo era dos grandes proprietários. Para os senhores de escravos urbanos, a escassez de cativos no mercado já era realidade antes mesmo da aprovação da lei Eusébio de Queirós; a medida teria apenas intensificado a saída da população cativa da cidade, visto que somente dez por cento da população escrava se concentrava nos centros urbanos.²⁰

¹⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff. **Tempo saquarema**. Op.cit., p. 227.

¹⁷ Alguns fazendeiros já consideravam a possibilidade de implantação de um novo sistema de trabalho: entre eles Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

¹⁸ É importante destacar que alguns projetos emancipacionistas já haviam sido elaborados antes da lei Eusébio de Queirós em 1850.

¹⁹ MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio jurídico histórico-social. 3ªEd. Rio de Janeiro: Vozes. vol. I. 1976.

²⁰ DIAS, Maria Odila da Silva. **Nas fímbrias da escravidão urbana**: negras de tabuleiro e de ganho. In: Estudos Econômicos. IPE Instituto de Pesquisas econômicas. vol.15. p. 89-108. p.90. 1985.

Na cidade de São Paulo, a diminuição dos cativos²¹ foi seguida pela expansão dos grupos urbanos menos ligados à propriedade agrária e por fazendeiros progressistas. Tais grupos formados por funcionários públicos de menor escalão, profissionais liberais, advogados, médicos, engenheiros, jornalistas, estrangeiros, militares de baixa patente, pequenos comerciantes e religiosos sentiam que o fim da instituição escravista estava próximo, o que colocava em evidência a necessidade de substituição da mão-de-obra cativa pela livre.

Os segmentos médios urbanos da cidade de São Paulo eram menos dependentes da mão-de-obra escrava, se comparados aos grupos mais pobres da cidade, cujo trabalho servil era essencial à sua sobrevivência.²² Aqueles, a partir da década de 1850, embora ainda possuíssem escravos, passaram lentamente a priorizar o investimento no setor imobiliário, deixando para segundo plano o investimento em cativos.

O preço do escravo havia-se tornado exorbitante - escravos jovens e saudáveis podiam custar até 1.100\$000, preço equivalente a um carro ou a uma carruagem conduzida por cavalos.²³ “Multas, impostos e os altos preços dos alimentos”²⁴ foram fatores que contribuíam também para o encarecimento do cativo.

O investimento em terra, ou seja, bem de raiz, passou a ser amplamente difundido entre as décadas de 1850 e 1860, até mesmo entre advogados e médicos. A terra passou a simbolizar *status*, sobretudo depois da sanção da Lei de Terras em 1850.

Os inventários analisados por Maria Luiza Ferreira de Oliveira, que traduzem os bens acumulados por inventariados dos seguimentos médios paulistanos nascidos entre 1810 e 1835, indicam que este grupo investiu 43% em imóveis ou bens de raiz e apenas 5% em escravos.²⁵

A capital paulista, nesse período, passava por um significativo “progresso material, tornando-se uma das mais belas cidades do Império. Tinha já casas de aspecto atraente e as

²¹ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza São Paulo, 1845-1895**: contribuição ao estudo da passagem da economia Mercantil escravista à economia exportadora capitalista. São Paulo: HUCITEC. Prefeitura do município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

²² DIAS, Maria Odila da Silva. **Nas fímbrias da escravidão urbana**. Op.cit. 32.

²³ O número de animais arreados era um dos elementos definidores do valor de um veículo. Por exemplo, um carro com seis animais, podia chegar ao valor de 1.800\$000.

²⁴ DIAS, Maria Odila da Silva. **Nas fímbrias da escravidão urbana**. Op.cit. p.35.

²⁵ OLIVEIRA, Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o Armazém**. Op.cit. p. 47.

ruas largas e bem esquadrihadas”²⁶, a cidade havia expandido o seu núcleo urbano para novas áreas: Brás, Santa Efigênia e Consolação.

Observa-se entre os segmentos médios urbanos a busca de novas formas de ampliação de renda. Os comerciantes que possuíam um imóvel de tamanho médio ou grande dividiam a propriedade em partes, para que, dessa forma, pudessem aumentar suas rendas. No mesmo sentido, agiam os paulistanos que tinham mais de um imóvel, que optavam por morar de aluguel em casa modesta e alugar os seus próprios. Ou seja, o sustento desses grupos dependia cada vez menos dos cativos de ganho e de aluguel.²⁷

A situação socioeconômica de Francisca Carolina Carvalho Luz representa bem esse novo comportamento. Filha do major Manuel da Luz, que na primeira metade do século XIX teve sua vida assentada na economia agrária, Francisca preferiu investir no aluguel de imóveis urbanos e na compra de terras. Após o falecimento de seu marido, Francisca deixou de viver com seu filho, em sua propriedade, localizada na Rua Direita (de quatro janelas de sacada - classificada como uma propriedade média, uma das principais do centro da cidade), para morar de aluguel “na rua Tabatinguera, pagando 100\$000 mensais ao dito Aurélio Joaquim Souza Fernandes, alugando o sobrado na rua Direita por 250\$000 [...] das duas casas na rua do Trem recebia 90\$000”.²⁸

Em meados do XIX, diversos elementos urbanos já “processavam” a ideia de patente substituição da mão-de-obra servil, e a propriedade escrava já não tinha o mesmo peso, diminuindo progressivamente e tornando-se presença cada vez mais reduzida nos inventários.

Na província de São Paulo, entre 1845 e 1850, o cativo aparecia como principal fonte de riqueza individual, entretanto nos períodos de 1851-1861 e 1861-1871 o investimento em imóveis se sobrepôs ao de cativos e esses números continuaram crescentes nos períodos subsequentes,²⁹ como destaca Enidelce Bertin no trecho abaixo:

A década de 1850 é emblemática, podendo ser considerada o período em que São Paulo realmente assumiu a direção para o crescimento, não apenas pelos números da cafeicultura, mas também pelas instalações de manufaturas, ferrovias (1864) e estradas. Começava uma tímida diversificação no

²⁶ FREIRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 4ªEd. São Paulo: Global, 2008. p.67.

²⁷ O escravo de ganho, assim como o escravo de aluguel eram as formas assumidas pela escravidão urbana, no qual o proprietário vendia ou alugava a força de trabalho dos cativos com a intenção de obter lucros.

²⁸ OLIVEIRA, Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém**. Op.cit. p.48.

²⁹ MELLO, Zélia Cardoso. **Metamorfoses da riqueza em São Paulo, 1845-1895**. Op.cit. p.96.

mercado de trabalho; cresciam as expectativas emancipacionistas. A fundação da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, Comércio e Artes (1853), que pretendia incentivar a produção agrícola paulista, e a fundação da Sociedade Abolicionista (1856) pelos acadêmicos, são alguns exemplos de mudança na cidade, que com perspectivas próprias para a condução da produção e para a solução dos problemas de abastecimento da mão-de-obra, acabaria por influenciar diretamente os novos rumos que a nação viria a adotar na década de 1880.³⁰

Ainda de acordo com Denise Soares Moura, as mudanças operadas na cidade vinham sendo gestadas já nos primeiros anos da primeira metade do século XIX e teriam tido como ponto de partida a chegada da corte portuguesa no Brasil em 1808. Os aspectos de desenvolvimento da cidade podiam ser observados de diversas formas, por meio da introdução da imprensa na cidade em 1827, através da fundação da Academia de Direito em 1828 e com a institucionalização das forças policiais.³¹

Além disso, a paisagem urbana não parava de modifica-se foram construídos novos chafarizes: no largo do Pelourinho (atual Sete de Setembro), no largo de São Gonçalo (atual praça João Mendes), no largo São Francisco e, por último, no largo São Bento. A iluminação da cidade também passou por transformações: até 1852 era à base de azeite e óleo de peixe e depois a gás de hidrogênio, elementos que indicavam melhoria da infraestrutura da cidade.³² Em 1864, chegava à capital da Província a estrada de ferro. Segundo anunciou o semanário *Diabo Coxo*, a vinda do trem gerou reações diversas da população paulistana:

Foram os trens comprimentados por uma multidão de pessoas gradas entre as quaes avultavão os exímios diaristas, reinando entre todos indivisível entusiasmo [...] As pessoas que lá foram admirarão de bocca escancarada a tal cousa, e algumas mais curiosas, se não tolas, aproximaram-se d'ella para verificar si era de ferro ou de borracha!...Outras murmuravão com desdém: - pensei que fosse obra mais custosa porque melhor se poderia fazer na fábrica de Ypanema. Um tropeiro que estava a meu lado exclamou com admiração – de certo há de ter umas dez pessoas dentro do caixão para virar as rodas! Até um empregado público de elevada cathegoria disse que lá não fora porque não queria ser testemunha de desgraças!?.³³

³⁰ BERTIN, Enidelce. **Alforrias em São Paulo do século XIX**. Op.cit. p.25.

³¹ MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Sociedade movediça**. Op.cit.

³² MORSE, Richard. **Formação Histórica de São Paulo**. Op.cit. 40.

³³ Diabo Coxo, 27 de agosto de 1864.

Em conformidade com o *Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Província de São Paulo*, de 1857, havia na cidade cinquenta lojas de fazendas.³⁴ O comércio e o setor de serviços também expandiam e a população estrangeira contribuiu significativamente com esse crescimento.

Em 1854, foram criados novos estabelecimentos, dos quais, a maior parte pertencia ou estava sob a administração de estrangeiros: Hotel Paulistano, de Adolfo Dusser; Hotel do Comércio, de Hilário Magro; Hotel da Providência, Madame Lafarde; Hotel Universal, do francês Léfèbre, e, no ano de 1857, o recém-criado Hotel Palm. Além dos hotéis, os estrangeiros desempenharam outras atividades autônomas: barbeiros, médicos, dentistas, horticultores, joalheiros, alfaiates, costureiros e varejistas.

Os franceses se dedicaram sobretudo à alfaiataria e à moda em geral. Na década de 1860, destacaram-se as francesas Madame Pruvot, Madame Martin e a Madame Rochat.³⁵ A presença de imigrantes americanos e ingleses também foi representativa na cidade. Em 1870, o senhor Chamberlain fundava a escola americana, que daria, mais tarde, origem ao Instituto de Ensino Mackenzie. Nesse período, a população de italianos se fazia presente, mas ainda era muito pequena.³⁶

Os portugueses marcaram presença, sobretudo no comércio, assim como os alemães. Entre as décadas de 1850 e 1860, a população alemã foi representativa na cidade. Um número expressivo deles se dedicou aos negócios de secos e molhados, espalhados pelas principais ruas do centro da capital paulista. Além desse tipo de comércio, os alemães se tornaram referência no ramo de joias e relógios. Em 1857, havia cerca de dez relojoeiros ou joalheiros na cidade. O alemão Luís Bamberg em 1858, destacou-se na cidade pela criação de uma casa de joias e relógios na Rua da Imperatriz. Os primeiros alemães que aportaram na província de São Paulo chegaram em 1827 e uma segunda leva, em 1859.³⁷

Referindo-se à vivência estrangeira em São Paulo, Maria Luiza Ferreira de Oliveira descreveu: “Os imigrantes que aqui aparecem devem ter chegado à cidade no mínimo na

³⁴ *Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial da Província de São Paulo*, 56 Apud. MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

³⁵ MARTINS, Antonio Egídio. **São Paulo Antigo** (1554-1910). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

³⁶ MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo**. Op.cit. 80.

³⁷ SIRIANI, Silva Cristina Lambert. **Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital** (1827-1889). Coleção Teses e Monografias. Vol. 6. São Paulo: Arquivo do Estado Imprensa Oficial do Estado, 2003. p.25.

década de 1860, porque já apresentam uma vida enraizada e estabelecida, muitos vivendo com brasileiras [...]”³⁸. A entrada de imigrantes na cidade, assim como os novos estabelecimentos, indicam a dinamização da capital paulista entre a décadas de 1850 e 1860.

1.1. A fundação das sociedades antiescravistas

O surgimento das sociedades emancipacionistas estava diretamente ligado às transformações socioeconômicas pelas quais passou a cidade de São Paulo, onde emergiram novos atores sociais urbanos e a discussão sobre a substituição da mão-de-obra cativa se tornava premente. Nesse contexto surgiram as organizações: Amizade³⁹ (1832); Piratininga (1850); Libertadora (1856); Onze de Agosto (1857); Fraternalização⁴⁰ (1864); América (1868) e a Redentora (1869).

Embora todas elas tivessem em comum o interesse em promover a alforria dos cativos, foram divididas em dois grupos para facilitar sua compreensão: 1) as sociedades que nasceram com o único fito de libertar cativos e 2) as lojas maçônicas, que, embora não fossem exclusivamente emancipacionistas, também saíram em defesa dos escravos.

Entre as sociedades exclusivamente emancipacionistas, destacaram-se a Libertadora, a Onze de Agosto, a Fraternalização e a Redentora. Esta última foi criada pela loja maçônica América, razão pela qual será apresentada junto com as sociedades maçônicas.

A Libertadora, a Onze de Agosto e a Fraternalização foram criadas exclusivamente por estudantes, ao passo que as lojas maçônicas Amizade, Piratininga e América abrigaram grupos urbanos diversificados. Primeiro serão apresentadas as lojas maçônicas e depois, as estudantis.

1.2. As idéias emancipacionistas nas lojas maçônicas paulistanas

Embora não fosse em si um princípio maçônico, a defesa da liberdade dos cativos acabou sendo uma das principais questões abordadas pela maçonaria paulistana. A

³⁸ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Da casa ao Armazém*. Op.cit. p.45.

³⁹ A loja Amizade, embora tenha sido fundada antes, aparece entre as organizações, por ter atuado junto com a sociedade Piratininga.

⁴⁰ Esta sociedade a partir de 1870 passou a ser chamada de Fraternalização Primeira.

maçonaria⁴¹, de modo geral, foi fortemente influenciada pelas ideias iluministas e congregava homens de origens e religiões distintas, cuja utopia estava pautada na fraternização como meio de estabelecer ligações com lojas de outras cidades, províncias e países. E apesar de seu caráter cosmopolita, a maçonaria não se via impedida de, em cada país, apresentar-se de acordo com as suas especificidades.⁴²

No Brasil, a maçonaria preocupou-se com os problemas políticos e sociais, e, quando a discussão sobre o fim da instituição escravista estava em pauta, a maçonaria mais uma vez se manifestou, como se observa no trecho abaixo:

[...] pensamento na direção dos direitos naturais e da felicidade. Dessa forma, a ilustração e a maçonaria contribuíram para alimentar a condenação doutrinária à escravidão. Um crescente número de maçons percebeu que a escravidão negra simbolizava todas as forças que ameaçavam o verdadeiro destino do homem.⁴³

A escravidão foi tema recorrente nas reuniões maçônicas. Seria, portanto, um grave erro negligenciar a participação da maçonaria, sobretudo a paulistana, na questão relativa à emancipação dos escravos nesse período. Na cidade de São Paulo, as lojas tiveram papel importante na divulgação das ideias emancipacionistas.

A loja Amizade foi a primeira com sede na cidade de São Paulo.⁴⁴ A organização foi fundada por cinco estudantes da Academia de Direito: José Augusto Gomes de Menezes e Vasconcellos Drumond, João Manuel Lopes Pimentel, Manuel e Jesus Valdetara, Luis Fortunato de Britto, Bernardino José de Queiroga, e pelos advogados: Bento Joaquim de Sousa e Constâncio José Xavier Soares.⁴⁵ Embora a sociedade tenha sido fundada por estudantes da Academia de Direito, logo contou com a participação de comerciantes, políticos, funcionários públicos e comerciantes da cidade.

⁴¹ Embora a maçonaria seja conhecida há ainda poucos estudos sobre ela no Brasil, sobretudo, pela escassez documental.

⁴² AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Maçonaria**: história e historiografia. In: *Revista USP, Dossiê*. Sociedade de Massas e Identidades. n°32, p.178-89, dez./jan./fev. 1996-97.

⁴³ COSTA, Frederico Guilherme. **A maçonaria e a emancipação do escravo**. Paraná/Londrina: A Trolha, 1999. p. 35.

⁴⁴ A primeira loja maçônica surgiu em 1800 na cidade de Niterói - Rio de Janeiro – denominada União.⁴⁴

⁴⁵ CASTELLANI, José e FERREIRA, Cláudio. **A Amizade**: a primeira Loja Maçônica na História de São Paulo (1832-1996). 1º Ed. São Paulo: Editora Amizade. 1996. p. 25.

Coincidentemente ou não, a Amizade foi criada um ano depois de sancionada a Lei de 7 de novembro de 1831, primeira tentativa frustrada de pôr fim ao tráfico internacional de escravos.⁴⁶

A loja Amizade foi o primeiro espaço em que se articularam as ideias emancipacionistas, fora da Academia de Direito e, após 18 anos de atuação, apoiou a fundação de uma nova loja, a Piratininga, em 1850. Entre seus criadores, estava Joaquim Ignácio Ramalho, que já compunha o quadro da loja Amizade e havia sido eleito o primeiro venerável⁴⁷.

Segue abaixo a Ata de inauguração da loja Piratininga com os nomes dos fundadores:

Sessão d'Instalação da Augusta. e Loja Piratininga aos 28 dias do 6º mez do Anno da Venerável Loja.: 5850.

Aos vinte e oito dias do 6º mez do anno da verdadeira luz 5.850, reunidos ao Valle do Tabatinguera os irmãos maçons Dr. Ildefonso Xavier Ferreira, Cap. José Martini, cônego Joaquim Anselmo d' Oliveira, Dr. Manuel José Chaves, Joaquim Ignácio Ramalho, Capm José Xavier Ferreira, Cap. Luiz Soares Viegas, Ten. Con. José Antonio da Fonseca, Major Luiz José Monteiro, Ten. Con. João Carlos Baumann, Ten. José Delphino de Camargo, Francisco Xavier Vahia Durão, Marcus Diniz Gomes Nogueira, Francisco da Silva Guimarães, padre Mamede José Gomes da Silva, Antonio Joaquim de Lima, Francisco Xavier de Barros Fo., Joaquim Medina Celli, José da Silva Fluminense, Cap. José Maria Gavião Peixoto, Antonio Nunes de Aguiar Júnior, Rodrigo Netto Firmino de Moraes, Camillo Lellis da Siva e Dr. Francisco Joaquim Catete, e foi installada a Loja Maçônica com o título distintivo de Piratininga ao Valle do Tabatinguera com todas as formalidades e usos maçônicos do rito escossez antigo e acceito. De que para constar se lavrou a presente Ata.⁴⁸

Quando a Piratininga foi fundada em 1850, a população da cidade de São Paulo havia dobrado – de 10 mil habitantes para pouco mais de 20 mil. Isso, de certa forma, pode explicar por que entre os criadores da nova loja havia a presença de segmentos sociais diversificados, como funcionários públicos, comerciantes, militares, advogados e clérigos. Já a ausência de

⁴⁶ A expansão da economia cafeeira demandava cada vez mais de braços para a lavoura o que estimulou o comércio internacional de cativos, no período de 1840 a 1851 foram registradas a entrada de 371.615 escravos.

⁴⁷ O cargo de venerável dentro do círculo maçônico era o mais importante dentro de uma loja maçônica. Para que um maçom assumisse o posto de venerável era preciso que tivesse popularidade, já que havia votação para escolher o candidato.

⁴⁸ Ata de fundação da loja maçônica Piratininga. apud CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.7.

estudantes entre os fundadores da nova loja indicava que as ideias emancipacionistas não estavam restritas ao espaço da Academia de Direito e atraíam diversos grupos sociais.

A Piratininga foi fundada no mesmo ano em que foi aprovada a Lei Eusébio de Queiros e os reflexos da mesma foram sentidos nas primeiras reuniões realizadas pela organização. O então venerável da loja Joaquim Ignácio Ramalho propôs em reunião que a sociedade somente aceitasse a iniciação de profanos⁴⁹ que não tivessem relação direta com o tráfico de escravos e que fossem favoráveis às ideias antiescravistas.⁵⁰

Embora a Lei Eusébio de Queirós tivesse estimulado as primeiras manifestações antiescravistas, foi em meados da década de 1860 que tais práticas se intensificaram, influenciadas por uma série de acontecimentos que marcaram o Império. A abolição da escravatura nos Estados Unidos em 1863⁵¹ pressionou o Imperador a solicitar a um dos membros do Conselho de Estado, Antônio Pimenta Bueno, um projeto de emancipação dos escravos em 1865. O plano libertaria as crianças filhas de mães escravas e previa também a libertação dos escravos de nação (de propriedade do Estado), que ocorreria num prazo de cinco anos. No ano seguinte, a Junta Francesa de Emancipação fazia apelo para que o Imperador agisse em prol da emancipação dos cativos.

A pressão sobre o Império foi intensificada após a crise de 1868, quando D. Pedro II dissolveu o gabinete liberal. A súbita mudança das forças políticas, que levou os conservadores ao poder, representava o fim da estabilidade política do Império.⁵² Em decorrência dessa crise, o Partido Liberal se dividiu. A ala mais radical do Partido fundou o Clube Radical Paulistano, que tinha entre seus idealizadores Luiz Gama, Américo de Campos e Rui Barbosa.

Entre as propostas defendidas pelo *Clube Radical Paulistano*, estava a extinção do sistema escravista e do poder Moderador. No contexto em que as ideias liberais ganhavam mais adeptos, foi criada a loja maçônica América. A nova organização não ficou imune às discussões políticas, sobretudo, porque entre seus fundadores havia representantes da ala radical do Partido Liberal.

⁴⁹ Era chamado de profano todos aqueles que buscavam ser inseridos em um círculo maçônico.

⁵⁰ Ata de reunião da loja maçônica Piratininga. Nº15, de 28 de outubro de 1850.

⁵¹ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Crise do regime**. In: O Brasil Monárquico: do Império à República. São Paulo: Difusão Européia do Livro. Vol. 5. Tomo II, p.6-20. 1972.

A loja América deu início às suas atividades em novembro de 1868 e foi regularizada no ano seguinte. Entre os fundadores da América estavam Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (lente da Academia de Direito e fazendeiro), Vicente Rodrigues da Silva (negociante), Dr. Inácio Aquiles Betoldi (médico), Salvador Furtado de Mendonça Drummond (advogado e jornalista), Rufino Mariano de Barros (negociante), José Maria de Andrade (advogado), Ciríaco Antonio dos Santos e Silva (funcionário público), Antonio Louzada Antunes (funcionário público), Dr. Olímpio da Paixão (advogado), Joaquim Tavares Guerra (estudante), Jerônimo José de Andrade (negociante), Luiz Gonzaga Pinto da Gama (rábula⁵³ e jornalista), Ferreira de Meneses (advogado), Américo Brasiliense de Almeida Melo (advogado) e Américo Brasília de Campos (advogado e jornalista).⁵⁴ Dois anos depois da criação da loja América, o número de iniciados chegou a 130,⁵⁵ contando com a presença de alguns fazendeiros progressistas em seu quadro. Assim como a loja Piratininga, a América contou com a participação de grupos distintos, entretanto, entre os seus fundadores não foi registrada a presença de clérigos.

A Amizade teve como modelo maçônico a loja Inteligência, criada um ano antes – 19 de agosto de 1831 - na cidade de Porto Feliz. Muitas lojas maçônicas foram fundadas na província de São Paulo na década de 1830, entre elas Firmeza e Caráter (1833), Fraternização (1833), União do Ypiranga (1833), Amor da Sabedoria (1833), Imparcialidade (1833), Beneficência Ituana (1833), União Paranaguense (1837), Cruzeiro do Sul (1838).⁵⁶

A cidade de São Paulo também foi palco de outras sociedades maçônicas entre fins da década de 1840 e início de 1850, entretanto estas foram rapidamente desarticuladas. Entre elas estavam as lojas Fraternização e Ypiranga, ambas extintas em 1853. Não se sabem ao certo os motivos que levaram essas organizações a desaparecerem, mas é possível supor que tenham afundado em dívidas ou entrado em conflito com outras lojas, o que ocorria com certa frequência no interior dos círculos maçônicos.

⁵³ Rábula era a denominação dada àqueles que advogavam sem ter o título de bacharelado em Direito.

⁵⁴ FONTE: <[HTTP://www.américa.org.br/](http://www.américa.org.br/)> Acesso em: 25 de agosto de 2010.

⁵⁵ CÂMARA, Nelson. **O advogado dos escravos**: Luiz Gama. São Paulo: Lettera.doc, 2010.

⁵⁶ CASTELLANI, José e FERREIRA, Cláudio. **A Amizade**. Op.cit.50.

Quando uma loja maçônica desaparecia, era comum que os maçons migrassem para outras, buscando com isso manter-se dentro do círculo maçônico, sobretudo, porque fazer parte do quadro de uma loja maçônica era sinônimo de prestígio social.⁵⁷

Dentro dos princípios que envolviam a maçonaria havia o entendimento de que fazer parte dela significava o encontro com a luz, a razão, o esclarecimento e a sabedoria, e tudo o que estava fora dela simbolizava sombra e escuridão. Os rituais que abarcavam a incorporação do indivíduo na maçonaria, de certa forma, criavam uma atmosfera de magia, no qual havia dois planos distintos: o universo maçônico e o que estava alheio a ela.⁵⁸

No interior do círculo maçônico, era comum que a cada nova loja fundada, os componentes das já estabelecidas enviassem representantes para a cerimônia de inauguração da nova sede. Outras ocasiões comemorativas também uniram os maçons, como aniversários das lojas e até mesmo situações menos agradáveis, como o falecimento de um deles.

A cerimônia de inauguração da loja Amizade contou com a presença de representantes da loja Inteligência e da loja União, como se observa no trecho abaixo:

No dia 13 do 3º mez, em caza de residência do Irmão Badaró, achando-se presentes os II.: Trajano (1), membro e plenipotenciário da Augusta e Responsável pela Loja: INTELLIGENCIA, do Oriente de Porto Feliz, Voitaire, Membro da dita loja; Wans-Walles Responsável pela loja UNIÃO, do Oriente do Rio de Janeiro [...].⁵⁹

A presença da loja União, do Rio de Janeiro, no ritual de inauguração da Amizade indicava a importância que a criação de uma nova loja tinha dentro uma ordem maçônica.⁶⁰ As constantes reuniões entre as lojas acabavam promovendo o encontro de homens de localidades distintas, que muitas vezes não concordavam com a forma de encaminhar os projetos de cada loja, pois a forma de geri-las não dependia exclusivamente da ordem à qual estavam subordinadas, haviam também questões relativas à realidade do local onde a loja

⁵⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Maçonaria**. Op.cit. p. 180.

⁵⁸ O processo de admissão de um profano ao círculo ocorria da seguinte modo: era depositada em um recipiente duas esferas uma negra e uma branca. A esfera branca representava à aprovação e a negra a reprovação. Em princípio bastava que o profano recebesse uma única esfera negra para que fosse desqualificado, posteriormente o ritual tornou-se mais flexível e uma ou duas esferas negras ainda dava esperanças de aprovação ao profano.

⁵⁹ CASTELLANI, José e FERREIRA, Cláudio. **A Amizade**. Op.cit. 45.

⁶⁰ A fundação de novas lojas era essencial, pois fortalecia o Oriente ao qual estava ligada, incorporando novos irmãos e ampliando os espaços de influência político-social.

estava inserida. Tal fato particularizava as atividades promovidas por cada loja, no que se referia à filantropia e as ações emancipacionistas.

Cada loja maçônica estava ligada a uma ordem e, para que uma nova ordem fosse criada, era necessário que tivesse, pelo menos, três lojas vinculadas a ela. As lojas Piratininga e Amizade estavam ligadas ao Supremo Conselho do Grande Oriente Brasileiro, enquanto a América estava subordinada ao Supremo Conselho do Grande Oriente dos Beneditinos, ordem instalada no Brasil em 1863 e reconhecida dois anos depois pelo Grande Oriente Lusitano de Portugal e pelo Grande Oriente da França. O Grande Oriente dos Beneditinos estava sob a liderança de Joaquim Salgado Marinho, eleito como o primeiro Grão Mestre da ordem.

Cada loja maçônica adotava um rito, como o francês moderno, o escocês, o inglês, o belga ou o português. O calendário seguido pelas ordens também variava, a Piratininga e a Amizade seguiam o escocês, que tinha início em primeiro de março, e a loja América, o rito francês.

A diferença entre os ritos em termos de atividade maçônica determinava se a atuação de uma loja privilegiaria a política ou a filantropia. A corrente francesa dava maior ênfase à política, enquanto a inglesa priorizava maior a filantropia. Outro aspecto interessante inerente ao ritual maçônico era a adoção de nomes simbólicos pelos maçons: o padre Ildefonso Xavier Ferreira – fundador da Piratininga - era conhecido na maçonaria pelo nome de Niso; José Martini transformava-se em Alexandre Magno; Marcus Diniz Gomes Nogueira era Napoleão, e assim sucessivamente.⁶¹

Provavelmente essa substituição de nomes por pseudônimos tinha um sentido político, de homenagear figuras de peso da política do Império, como D. Pedro I, nome adotado por Francisco Joaquim Catete. Entretanto poderia ser uma tentativa de diferenciar aqueles que faziam parte da maçonaria dos demais.

Para ser iniciado em uma loja maçônica, era necessário que o profano, ou seja, o indivíduo que pretendia ser incluído na maçonaria tivesse algum tipo de laço de amizade ou sanguíneo com um maçom, que o indicaria e levaria a proposta para ser discutida em sessão no círculo. Muito comum era a indicação de filhos de maçons, esses tinham certos privilégios, como, por exemplo, ser iniciados com idade inferior à permitida pela loja aos demais profanos.

⁶¹ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.11.

Foi por intermédio de Américo de Campos que Carlos Gomes foi iniciado na loja Amizade em 24 de junho de 1859. Carlos Gomes, recém-chegado à cidade de São Paulo para realizar um concerto, acompanhado de seu irmão José Pedro de Sant'anna Gomes e seu amigo Henrique Luís Levi, hospedou-se em república de estudantes da Academia de Direito, e logo conheceu Américo de Campos. Desta amizade surgiu a ideia de indicar Carlos Gomes para ser iniciado na loja Amizade, cuja iniciação foi registrada em Ata:

Sessão do 24º dia do 5º mez do Anno de 5859. Hé aberta a loja [...] com as formalidades de Sentilo para. haver número sufficiente de Irmão: passada Sessão.: não se lê por não estar presente o Irmão: Secretário: nem o Adjunto - A visita feita em família pelo Irmão do grau 3º: há applaudida, retribuída e não coberta [...] o profano Antonio Carlos Gomes e José Pedro de Sannt'Anna Gomes aos quaes havião sido favoráveis os escrutios, disposta a loja em pezo na iniciação dos mesmos, depois das provas e formalidades virão a luz, prestarão juramento, forão proclamados e tomaram assento no topo da columnna do Meio-Dia. Estas brilhantes aquisições são applaudidas, correspondidos os applausos.: e não cobertos.⁶²

Como forma de segurança, a Amizade e a Piratininga firmaram acordo em primeiro de outubro de 1851, no qual estabeleciam que ambas teriam acesso às informações a respeito das iniciações, filiações, regularizações e elevações de grau dos membros das duas lojas. Se um profano fosse recusado em uma das lojas, seria automaticamente recusado na outra e, se fosse aprovado em uma delas, tinha mais chance de ter aprovação da outra, caso não houvesse à frente nomes de profanos que ainda não fizessem parte de nenhum círculo maçônico. Nem todos os maçons da loja Amizade necessariamente comporiam o quadro da Piratininga ou vice-versa, já que fazer parte de uma loja representava custos financeiros, e o maçom que fizesse parte de duas lojas teria que pagar duas mensalidades, uma para cada loja.

O objetivo principal desse acordo era garantir a integridade das lojas e impedir a iniciação dos profanos que não tivessem as qualificações consideradas necessárias pelos maçons para serem incorporados às lojas. Segue abaixo o acordo firmado entre as duas lojas:

As Commissões.: das Loja Amizada e Piratininga.: offerecem ás Lojas: respectivas os seguintes artigos, para serem reputados como leis, afim de se perpetuar a harmonia entre as Officinas:
1º - Imediatamente que for algum prof.: proposto em qualquer das Lojas, o Secretário.: fará a participação a outra Officinas:

⁶² Ata da loja Amizade apud CASTELLANI, José e FERREIRA Cláudio Op.cit. p. 40.

2º - Dentro de um mez, contado da data da participação, a outra Officinas: não poderá admittir proposta do mesmo profano:, nem dar andamento a qualquer proposta, que já houvesse apparecido.

3º - Se o profano.: for reprovado na Loja; que primeiramente o propôs, considerar-se-há reprovado em ambas, para cujo effeito haverá regularmente participação de reprovações. Isto se entende também com as filiações e regularisações.

4º - Se o profano:, regularisado: ou filiada: tiver sido approvedo findo o mez, na forma supra, poderão ser approvedos, iniciados, ou admittidos na outra. Se nesta segunda proposta for reprovado, nem por isso caduca a prévia approvação da outra Loja.: A prudência do Venerável.: Mestre.: vedará taes admissões.

5º O profano: Paulino José Soares de Souza (3), sobre quem há duvida, e os que se acharem em iguaes circunstâncias, poderão desde já serem iniciados em qualquer das Officinas:

6º - Os casos pendentes, isto é, os profanos: approvedos em qualquer das Offinas.: ficão sujeitos ás regras agora estabelecidas, contando-se o mez da assignatura e data deste convenio.

São Paulo, 1º de outubro de 1851 = = Burcke 32.: Venerável.: = Niso 33.: 1º Vigilante: =. Rousseau Venerável: 32. : = Piratininga 32.: = Francklin grau.: 18.: 2º. Vigilante.⁶³

Os motivos que frequentemente impediam um profano de ser iniciado em um ciclo maçônico eram excesso de pedidos por iniciações e o comportamento suspeito do profano. Em 1850, duas iniciações foram negadas na loja Piratininga: a de Francisco José de Azevedo Junior, por este já ser maçom da loja Amizade, e a de Francisco Leite Ribeiro Guimarães, que foi recusado por ter idade inferior à mínima permitida.

O profano que fosse recusado e ainda desejasse compor o círculo maçônico podia fazer um novo pedido. Assim fez Américo de Campos, que teve seu pedido de iniciação negado pela Amizade, mas em uma segunda tentativa, em 1857, obteve sua aprovação. Possivelmente, a rejeição ao primeiro pedido de Américo de Campos estava relacionada às numerosas solicitações de profanos interessados em compor o quadro da loja.⁶⁴

Na Piratininga, os pedidos de iniciação feitos por estudantes foram constantes, sobretudo nos primeiros anos da loja. Isso se deveu a um estímulo da própria loja de aproximar-se dos estudantes da Academia. Provavelmente Joaquim Ignácio Ramalho, então figura conhecida na cidade e lente da Academia de Direito, e José Bonifácio, o Moço, que também era professor da Academia de Direito, tenham sido os principais responsáveis pela

⁶³ Ata da loja Piratininga apud CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.29.

⁶⁴ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.25.

iniciação dos estudantes na loja.⁶⁵ A estratégia tinha sentido político e visava fortalecer e ampliar seu quadro. No ano de 1852, a loja atingiu o número de 92 membros.

A Academia de Direito era um dos mais importantes centros de produção intelectual do país. Tinha composição variada, 90 %⁶⁶ dos alunos que cursavam o curso jurídico vinham de outras províncias, o que significava que, depois de formados, estes poderiam difundir por diferentes partes do país os princípios maçônicos. Além disso, a Academia de Direito tinha a finalidade de preparar a elite pensante nacional, que ocuparia os principais cargos políticos: ministros, diplomatas, presidentes e deputados. O estímulo à iniciação dos estudantes era, portanto, uma estratégia política:

A mocidade attenta ao menor movimento da sociedade, nas aulas, nos clubs, nas associações discutem todos os grandes problemas sociaes. Os actos ministeraes, as suas idéias, o modo de realisal-as, as relações de paiz, a guerra no estrangeiro, tudo se discute e se escreve e decidido ex cathedra só espera a sanção do futuro.⁶⁷

De acordo com Marco Morel⁶⁸, era uma das características da maçonaria apresentar-se como apolítica, para evitar a perseguição dos governos⁶⁹e, ao mesmo tempo, tornar possível a aproximação de pessoas influentes na organização. A presença de homens importantes na maçonaria poderia ser um caminho interessante e estratégico de conquistar mais prestígio para a loja e para o Oriente a que estava ligada.

Em 29 de abril de 1852, era registrada na Piratininga a iniciação dos estudantes: Pedro Vellozo Rabello, de 19 anos, Antônio Moreira Tavares, de 20 anos e Luiz Francisco da Veiga

⁶⁵ NOGUEIRA, José Luis de Almeida. **A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências**. São Paulo: Saraiva. vol.3. 1977. p. 90.

⁶⁶ BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. Op.cit.55.

⁶⁷ Carta enviada sem assinatura a *Revista Mensal do Ensaio Filosófico*. 31 de julho de 1856. p.15.

⁶⁸ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. Op. cit. 49.

⁶⁹ Após a chegada da corte de D. João VI no Brasil tornou-se propícia a proliferação de lojas maçônicas em todo o território até pelo menos 1818, quando o governo português decretou o fechamento de todas. As organizações voltariam a funcionar depois de 1822, após a partida de D. João VI, mas por pouco tempo, pois logo em seguida D. Pedro I proibiu a maçonaria, em razão dos desentendimentos e das polarizações no Grande Oriente do Brasil. De um lado, encontrava-se José Bonifácio que se opunha a presença de D. Pedro I na maçonaria e, do outro Joaquim Gonçalves Ledo que desejava ampliar os poderes da ordem incluindo a participação do Príncipe Regente na maçonaria. Estas disputas se acirraram após a independência. Em 1831, as lojas foram novamente reabertas.

de 20 anos, assim como, do comerciante Miguel Antunes Garcia, de 29 anos. O pedido de iniciação ocorria sob os seguintes preceitos:

O Irmão: Venerável.: pede ao Irmão.: Mestre.: de Cerimonia.: que se informe se há algum profano.; na Sala dos Passeios pedidos que se queira iniciar em nossa augusta e mystério de Trabalho - O Irmão: Mestre de Cerimônia volta afirmando haverem dous: um de nome José Antonio Getúlio D'Almeida Machado, Brasileiro, solteiro, Catholico Apostolico Romano, mineiro, estudante e de 26 annos de idade, e o outro chamado Quintino Ferreira de Souza, Brasileiro, Catholico Apostolico Romano, solteiro, estudante, fluminense, e de 19 annos de idade. Estes dous profanos.: levados ao pórtico do Templo:, passarão depois por todas as provas symbolos. e emblemas.: de nossa Resposta.: Ordem. A pedido do Irmão: Venerável.: proclamou em face da Loja: os dous neophytos apparece.: maçonaria.: do rito.: escocês e accordo: e membros effectivos: do quadro, e igualmente convidou á todos os Irmãos: que unidos á elle a ajudassem á applaudir tão feliz quão acertada acqvisição.⁷⁰

O estudante, José Vieira de Couto Magalhães, que se havia matriculado, em 1855 na Academia de Direito, no mesmo ano, já constava no quadro da loja Piratininga. E, no ano seguinte, participava da sociedade Libertadora.⁷¹

Não há informações suficientes para afirmar que Couto Magalhães estivesse entre os fundadores dessa sociedade, que promoveu apenas a libertação de um cativo, entretanto, Couto Magalhães saiu em defesa da sociedade na ocasião de sua extinção, “era empreza superior ás forças, dos que a intentavam, mas nem por isso menos gloriosa: era um esforço que, quando menos, mostrava muita generosidade da parte dos que o tentavam [...]”⁷²

Supõe-se que os laços estabelecidos entre a Piratininga e os estudantes da Academia de Direito possam ter influenciado, mesmo que indiretamente, na fundação da sociedade emancipacionista Libertadora, que funcionou nas dependências da Academia em 1856.

O mesmo empenho que Joaquim Ignácio Ramalho teve em atrair estudantes para a Academia foi dedicado para conquistar a primeira sede da Piratininga. Quando a loja foi criada não tinha sede própria. A Piratininga dividia o mesmo espaço com a loja Amizade na rua Tabatinguera. Entretanto, no ano de 1851, a loja Amizade solicitou a saída da Piratininga do templo, que, por sua vez, não lhe pertencia. Tão logo a loja Piratininga criou uma comissão

⁷⁰ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.38.

⁷¹VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a história da Academia de São Paulo**. São Paulo: Livraria da academia. Saraiva Largo do ouvidor, 1924. p. 489.

⁷² VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a história da Academia de São Paulo**. Op.cit. p.482.

que ficou encarregada de procurar uma nova sede. Após diversas tentativas frustradas de encontrar um imóvel, Joaquim Ignácio Ramalho providenciou outro espaço para a loja Piratininga. O novo templo foi inaugurado em 1853.

Ramalho, por meio de seus contatos políticos, conseguiu obter da Câmara Municipal da cidade de São Paulo a doação de um terreno para a construção da nova sede, que ficaria alocada na Rua Acu, entre a Rua São Bento e a Ponte do Acu.⁷³

Apesar do pedido da Amizade para que a Piratininga se retirasse do estabelecimento, as duas lojas continuaram próximas, formando inclusive uma comissão especial encarregada de cuidar da alforria de escravos nos primeiros anos da década de 1850.⁷⁴

1.2.1 Além das alforrias: educação e caridade

As lojas maçônicas, além de alforriarem cativos, dedicaram-se às obras de caridade, ofereceram ajuda aos necessitados e incentivaram iniciativas em prol da educação popular e gratuita.

As três lojas maçônicas paulistanas desenvolveram trabalhos sociais na cidade. As lojas Amizade e Piratininga, juntas, colocaram em ação um projeto que oferecia assistência social aos leprosos. O plano foi iniciado depois que um dos maçons da loja Piratininga apontou e levou o problema enfrentado pelos lázaros à direção da loja, como destaca o trecho abaixo:

[...] o estado lastimável dos lazarus pobres desta cidade, e o nenhum socorro que encontram na sociedade, apesar do hospital, que aqui existe, ainda mandado fazer pelos capitães Generais, e onde os lázaros mais soffrem do que se nada tivessem.⁷⁵

Conhecidas as dificuldades enfrentadas pelos lázaros, as lojas Piratininga e a Amizade se articularam e aprovaram uma comissão que incluía um médico, cujo nome o texto não revelou, além de Joaquim Ramalho e Avellar Brotero. A Piratininga ofereceu 200 mil réis em

⁷³ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.33.

⁷⁴ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p. 21.

⁷⁵ Ata da loja Piratininga apud CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.52.

nome da loja e a Santa Casa um conto e 200 mil réis⁷⁶. Avellar Brotero ficou responsável por definir o espaço onde seria desenvolvido o novo projeto. A comissão logo concluiu que seria mais conveniente procurar uma irmandade religiosa já estabelecida, pois demandaria menos recursos que fundar uma nova organização. A associação escolhida foi a Irmandade de Nossa Senhora da Consolação, que, na ocasião, estava em processo de falência, por falta de membros e de recursos.⁷⁷

Tradicionalmente⁷⁸, a assistência social e filantrópica, realizada na cidade, eram praticadas pela Igreja católica, e muito pouco por sociedades laicas, mas, ainda assim, a maçonaria paulistana envolveu-se com as atividades filantrópicas. As ações de caridade praticadas pelas lojas Amizade e Piratininga tiveram forte influência da Igreja Católica, provavelmente porque a Amizade contava com a participação de um número significativo de clérigos em seu quadro.

Além das ações conjuntas realizadas pelas duas lojas, elas também tinham projetos filantrópicos individuais. A Piratininga atendeu a diversos pedidos de auxílio e sempre que possível concedeu benefícios a pobres e viúvas de maçons que haviam contraído dívidas. Tais ajudas acabaram comprometendo a economia da loja, no ano seguinte. Em 1852 a loja tinha 900 mil réis em cofre e 700 mil em dívidas.⁷⁹ Segundo José Castellani:

[...] a situação financeira da Loja poderia ser bem melhor, se não fossem os constantes auxílios solicitados e atendidos pelos obreiros do quadro, mesmo quando a Hospitalaria não tinha, em caixa, a quantia suficiente. [...], rara era a sessão em que não entrasse, trazido por algum obreiro ou mesmo por profanos, algum pedido de auxílio [...] Somente durante o ano de 1851, a Loja atendeu a mais de cinquenta pedidos de auxílio [...].⁸⁰

Além da falta de controle sobre os auxílios concedidos, a loja contava com outro problema interno: os maçons inadimplentes. Em 4 de fevereiro de 1857, por exemplo, a Piratininga, em sessão, teve que solicitar a saída de maçons de seu quadro: José Felipe Salman, Dr. Antônio Moreira Tavares, Manoel Baptista da Cruz Tamandaré, Avellino

⁷⁶ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.51.

⁷⁷ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.28.

⁷⁸ SANT' ANNA, Nuto. **São Paulo Histórico**: aspectos, lendas e costumes. São Paulo: Coleção do Departamento de cultura, 1944. Vol. 4. p. 54.

⁸⁰ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.30

Rodrigues Milagres, Leopoldo Justiniano Esteves, Tenente Manoel Rodrigues de Oliveira Netto, José Innocencio de Saldanha Guerreiro, Antônio Ramos Figueira, Firmino de Campos Pentead, Ernesto Ferreira França, capitão Francisco de Assis d'Araujo Macedo, Joaquim Gomes Pinheiro Machado, Antônio Augusto d'Araújo, Major João Homem Guedes Portilho, Dr. Antonio Ferreira Vianna, Dr. Antônio Carlos Ribeiro d'Andrade, Leopoldo Augusto Bueno, Custódio José Leite Salles, Antônio José de Moraes Pupo e Joaquim Augusto de Souza. Alguns não chegaram a ser desligados efetivamente da loja, como Salman, Augusto Bueno, Rodrigues Milagres e Moraes Pupo, que, em sessão realizada ainda no mesmo mês, em 16 de fevereiro, se comprometeram a pagar parte de suas dívidas, sendo, por isso, readmitidos.⁸¹

Uma das soluções encontrada para a crise que acometia a loja Piratininga foi definida em sessão: alugar uma de suas salas disponíveis para uma sociedade científica recém-fundada. Com esse contrato, a Piratininga passou a receber mensalmente a quantia de 6 mil réis. A sociedade científica que ocuparia o espaço se reuniria semanalmente. Com a renda, a loja conseguiria manter alguns de seus projetos filantrópicos.

Já as ações filantrópicas realizadas pela loja América concentraram-se em promover a educação popular e gratuita. Aqui pode ser retomado um dos princípios maçônicos elucidado em páginas anteriores, de que cabia aos maçons promover o progresso da humanidade, e a educação era o caminho para esse fim.

A loja América definia a ação filantrópica que desenvolvia da seguinte forma: “[...] caridade é poderoso elemento da civilização e regeneração social, e a loja orgulha-se de por sua parte cooperar para a vulgarização de princípios e práticas de atos perfeitamente conformes com as aspirações públicas e sentimentos de humanidade”.⁸² Para a loja América era imprescindível que suas ações fossem apresentadas publicamente. Segundo Morel, esta era uma das tendências da maçonaria moderna, que almejava defender suas ideias como forma de legitimar-se perante a sociedade.⁸³

Se, por um lado, a exposição contribuiu para que a loja América fosse reconhecida não somente na cidade, mas em outras localidades, gerou, por outro lado, a oposição de grupos resistentes às ações desenvolvidas pela loja, sobretudo, as práticas que favoreciam os cativos.

⁸¹ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.59.

⁸² Correio Paulistano, 10 de novembro de 1871.

⁸³ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC. São Paulo, 2005. p.254.

Os proprietários de escravos viam essa organização como espaço que visava promover a insurreição dos cativos. Membros da organização tiveram diversas vezes que sair em defesa da loja América:

Sei que algumas pessoas desta cidade, aproveitando caridosamente o ensejo do movimento acadêmico, mandaram dizer para a corte, e para o interior da província, que isto por aqui pezo de enormes calamidades, ardia entre desastres temerosos, e desolações horríveis, atendos por agentes da Internacional!... e que eu (que não deveria por certo, faltar a sinistra balbudia) estava capitaneando uma tremenda insurreição de escravos [...] Sou Agente da Loja América em questão de manumissão, e, com o eficaz apoio dela, tenho promovido muitas ações perante os tribunais, “em favor de pessoas livres, ilegalmente mantidas em cativo”. A isto somente, e à promoção de subscrição filantrópicas em proveito dos que pretendem alforriar-se, tem-se limitado todo o meu empenho em prol da emancipação; nem outra há sido a nobre missão da Loja América.⁸⁴

Luiz Gama tentou esclarecer de maneira objetiva e detalhada como agia junto à América nos tribunais, reafirmando a legalidade das ações empreendidas pela loja. Nesse período, a maçonaria paulistana passou a ser vista como um importante espaço de ação e divulgação das idéias emancipacionistas, sobretudo em fins da década de 1860.

Uma parte significativa dos projetos sociais empreendidos pela loja América ficou registrada nas páginas dos principais jornais que circularam na cidade e na Província. Em 16 de junho de 1869, a loja fundou uma escola que oferecia instrução primária para menores de ambos os sexos e instrução noturna para adultos, como destaca o trecho abaixo:

O Sr. secretário da loja maçônica América, estabelecida nesta capital, confiou-nos os livros de matrículas das duas aulas – uma noturna e outra diurna – creadas e mantidas pela mencionada loja, dos quaes extrahimos o seguinte resumo: Eschola noturna – matricularam-se 252 alumnos, a saber: livres, 217; escravos 35. São: solteiros 231; viúvos 2; casados 16; de 5 à 10 annos 36; de 10 à 20, 132; de 20 à 30, 55; de 30 à 40, 16; de 40 à 70, 13. Brasileiros 222; portuguezes 18; africanos; allemães 3; suisso 1; hespanhol 1; italiano 1; militares 6; alfaiates 25; sapateiros 10; pedreiros 13; carpinteiros 20; marceneiros 10; charuteiros 3; padeiros 4; ourives 1; commerciantes 4; correiros 5; chapeleiros 4; ourives 1; carroceiros 5; caixeiros 3; marchante 1; agente 2; cocheiros 4; ferreiros 8; barbeiro 1; canteiro 1; cosinheiros 2; oleiros 2; typographo 1; pintores 3; serralheiro 1; lavradores 2; funileiro 1; creados 88; sem offício 21. Os indivíduos notados sob designação – sem offício – são menores. Eschola diurna – para menores de ambos os sexos. Matricularam-se 39 alumnos, sendo: do sexo masculino,

⁸⁴ Correio Paulistano, 10 de novembro de 1871.

20. Destes são escravos 2, estrangeiros 2, brasileiros 18. Do sexo feminino 19, sendo estrangeiras 2, escrava 1.⁸⁵

O documento dá a dimensão do alcance social do projeto criado pela América, que atingia a todos os segmentos sociais, inclusive os cativos. A escola registrou a matrícula de 37 escravos, dos quais 35 eram adultos e dois eram crianças. Se comparado com o total de alunos matriculados, o número de cativos era pequeno. Isso podia ser explicado pelo fato de os cativos dependerem da autorização de seus senhores para se matricularem. Os senhores provavelmente se sentiam ameaçados com o projeto organizado por uma loja maçônica que promovia a libertação dos cativos e que frequentemente aparecia como suspeita de articular insurreições de escravos.

A escola estava localizada na Rua 25 de março. Nas aulas, além de ensinar-se a ler e a escrever, pregava-se a liberdade e a abolição do cativo. Entre os professores que ministraram aulas para o curso noturno estava Rui Barbosa, Luiz Gama, Antônio José Cardoso, Henrique Antonio Barnabé Vicent, Rodrigues da Silva e registrava-se também a presença de dona Guilhermina Santa Anna Junker, responsável por lecionar para os menores.

A escola noturna deu início às aulas em 22 de abril de 1869 e funcionaria na Rua Municipal, na casa nº53 das 18h às 20h, já a aula diurna teve início em 15 de junho e funcionaria das 8h ao meio dia. O relatório publicado pela loja América em 1871, dois anos depois, apontava a matrícula de 214 alunos, dos quais cem frequentavam efetivamente a escola.⁸⁶

Além da escola, a loja América havia criado também uma biblioteca, em 1871, localizada na Rua do Rosário, região central da cidade. Todo o acervo era fornecido pela própria organização, e incluía livros e jornais, demonstrando que a escola visava a oferecer muito mais do que apenas instrução.

O estabelecimento educacional indiretamente colaborou para ampliar a divulgação das ideias antiescravistas, dadas as dimensões que o projeto assumia na cidade. A implantação desses projetos indicava que a loja América contava com largos recursos e muitos parceiros.

É interessante destacar que as propostas empreendidas pela loja América também se estendiam às demais lojas ligadas à Ordem dos Beneditinos, como informa o texto publicado pela loja América:

⁸⁵ O' Ipiranga, 16 de junho de 1869.

⁸⁶ AZEVEDO, Alciene. **Orfeu de Carapinha**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

[...] Ficam também obrigadas todas as Officinas brasileiras, a empregar todos os esforços possíveis, dentro da esfera de seus recursos pecuniários, afim de divulgar activamente a educação popular, creando, nos seus competentes Valles, escolas gratuitas de ensino primário, já noctunas ou domingueiras, para adultos de todas as classes, já diurnas e diárias para crianças de um e de outro sexo.⁸⁷

A loja América exerceu influência não apenas entre as lojas do Oriente dos Beneditinos, mas também entre outras ordens. Em 1870, a loja Amizade estimulada pela crise política de 1868, que havia desencadeado maior pressão contra a instituição escravista, criou, assim como a América, uma sociedade emancipacionista, também denominada de Fraternização.⁸⁸ “[...] de onde se vê que o nobilíssimo empenho que traz agora em mãos a Loja América já encontrou eco e honrosa imitação em outro círculo maçônico desta capital [...]”⁸⁹

O anúncio no jornal feito pela loja Amizade, diferentemente dos projetos anteriormente desenvolvidos por ela, não fazia qualquer menção à participação da Piratininga, indicando, portanto, que esta era uma iniciativa organizada exclusivamente por maçons da loja Amizade.

A loja América serviu de inspiração não apenas para a loja Amizade. Bernardino Pamplona de Menezes, recém-estabelecido no Rio de Janeiro - após ter concluído os estudos na Academia de Direito na cidade de São Paulo - escreveu a Rui Barbosa, em 20 de março de 1870, elogiando os projetos desenvolvidos pela loja América. Menezes demonstrava grande interesse em criar uma organização com as mesmas características da América no Rio de Janeiro, junto com Joaquim Saldanha Marinho.

1.2.2. A participação das mulheres nas ações emancipacionistas

Em julho de 1869, a loja maçônica América articulou a criação da sociedade emancipacionista Redentora, que no ano seguinte convidou mulheres da cidade para participarem e administrarem a organização.

⁸⁷ Correio Paulistano, 16 de junho de 1869.

⁸⁸ Apesar de possuir o mesmo nome, esta sociedade não tinha nenhuma relação com a Fraternização fundada em 1864.

⁸⁹ Correio Paulistano 10 de abril de 1870.

A sociedade emancipacionista Redentora foi criada com o fim exclusivo de alforriar crianças menores de sete anos, e todas as ações realizadas por ela foram registradas e publicadas pelo jornal *Correio Paulistano*, desde as eleições da diretoria da sociedade até as cartas de alforria concedidas por ela, as quais vinham, em sua maioria acompanhada dos valores gastos com o documento, como registra o anúncio abaixo:

Sociedade Redemptora
Diretoria
Presidente: D. Veridiana Valéria da Silva Prado
Vice presidente: Alda Boys de Mello
Secretária: Luiza Emília da Conceição Azevedo Marques e Maria das Dores
Deliberou-se as alforrias: Maria de 3 anos, escrava da sra. D. Eulalia Fausta da Silva, pela quantia de 300\$00 réis.
Um escravo, de 3 anos, de herança de José Leme, sob proposta do Sr. Dr. Américo Ferreira de Abreu, 150\$00 réis [...].⁹⁰

A Redentora contou com a matrícula de 113 mulheres, número bastante representativo para o período. A participação dessas senhoras demonstra que as idéias antiescravistas não se restringiram ao círculo letrado masculino da sociedade paulistana. A semelhança dos sobrenomes sugere que essas mulheres tinham algum grau de parentesco com os maçons da loja América. A organização não informou quem eram as matriculadas, havendo apenas registro dos nomes e dos cargos ocupados pelas senhoras que atuaram na administração da Redentora.

Anna Bem Vinda Ribeiro Andrada, Luiza Emília da Conceição e Azevedo Marques, Maria das Dores Gomes, Anna Marcellina de Carvalho Andrada Machado e Carlota de Sampaio e Câmara compunham o grupo de senhoras que formou a primeira diretoria da sociedade. Elas ocuparam, respectivamente, os cargos de presidente, secretárias e tesoureiras.

Não há muitas informações a respeito da vida dessas mulheres. Sabe-se apenas que Anna Marcellina de Carvalho Andrada Machado era esposa de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, maçom fundador da loja América e primeiro venerável da organização, e que Veridiana Valéria da Silva Prado, que ocupou o cargo de presidente da sociedade em 1871, era filha de Antônio da Silva Prado, barão de Iguape, e comerciante de açúcar. Veridiana nasceu em 11 de fevereiro de 1825 em São Paulo e casou-se no ano de 1838, ao completar 13 anos, com seu meio tio Martinho da Silva Prado, quatorze anos mais velho.

⁹⁰ Correio Paulistano, 29 de novembro de 1870.

Embora morasse em sua fazenda, Campo Alto, Veridiana passou longas temporadas na cidade, em sua chácara, lugar escolhido para dar à luz seus seis filhos. Sua residência estava localizada na Rua da Consolação, vizinha à chácara de Joaquim Ignácio Ramalho. Era em sua chácara que Veridiana promovia com frequência reuniões para debates políticos, encontros literários e sociais.



Foto 1 – Casa de Veridiana da Silva Prado, na Rua da Consolação, sobrado de taipa construída no século XVIII, demolida na década de 1940.⁹¹

Veridiana era senhora muito respeitada na sociedade paulistana entre seus pares e admirada pelas senhoras de outros grupos sociais.⁹² A presença de mulheres como ela na organização despertava a atenção da sociedade paulistana e estimulava o ingresso de outras senhoras na Redentora. Em 1871, a organização anunciava: “o número das pessoas emancipadas até hoje por esta sociedade sobe a dez, além de outras que por seu intermédio foram concedidas.”⁹³

⁹¹ HOMEM, Maria Cecília Naclério. **Higienópolis**: grandeza e decadência de um bairro paulistano. Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1980. p.70.

⁹² HOMEM, Maria Cecília Naclério. **Higienópolis**: grandeza e decadência de um bairro paulistano. Op.cit. p.69.

⁹³ Correio Paulistano, 10 de novembro de 1871.

Era uma importante estratégia para a loja América contar com a presença de mulheres na direção da sociedade Redentora, com o que ampliavam-se os espaços de atuação das ações antiescravistas.

A Redentora foi a única entre as sociedades estudadas que teve o estatuto reconhecido oficialmente pelo governo provincial. O prestígio dela, entretanto, não deve ser atrelado à participação das mulheres, pois, quando elas ingressaram na organização, o estatuto já havia sido aprovado.

A participação de mulheres em sociedades antiescravistas podia ser justificada pela coexistência de dois padrões morais de comportamento.⁹⁴ De um lado, havia mulheres que tinham suas vidas restritas ao convívio doméstico, como bem retratou Maria Paes de Barros, que ao relatar suas memórias, atentou para as limitações sociais impostas às mulheres em diversos espaços, como indica este trecho de sua biografia:

A parte feminina da família, sobretudo, levava vida quase unicamente restrita ao lar. A senhora só saía à rua pelo braço do marido, as meninas unicamente com os pais ou parentes idosos. O pretexto único eram as visitas, pois as compras eram feitas pelos pajens, visto que uma senhora nunca entrava numa loja [...] a instrução muito elementar, por não haver colégios para o sexo feminino, nem tampouco livrarias, as ocupações das meninas cingiam-se à vida doméstica. Raramente lhes chegava ao alcance algum livro, exceto o de missa ou uma dessas narrativas de fama universal, como o Paulo e Virgínia.⁹⁵

Do outro lado, havia as mulheres que, nesse mesmo contexto, tiveram suas vidas marcadas pelo trabalho, como bem observaram Maria Odila Leite da Silva Leite e Eni de Mesquita Samara em suas análises sobre a vida das mulheres na cidade de São Paulo no século XIX.⁹⁶ Na cidade, havia mulheres ocupando-se de diferentes atividades: doceiras, engomadeiras, quitandeiras, cozinheiras, costureiras, rendeiras, tecelãs e assumindo também a

⁹⁴ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. Op.cit. p. 65.

⁹⁵ BARROS, Maria Paes de. **No tempo de Dantes**. 2º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.30.

⁹⁶ Os trabalhos das duas autoras seguem a tendência historiográfica que promoveu uma profunda transformação nos parâmetros metodológicos e teóricos da história social e política a partir da década de 1980. Tais metodologias foram influenciadas por uma série de acontecimentos, entre eles o processo de redemocratização no Brasil. Esta nova tendência historiográfica abriu espaço para novas abordagens e novas fontes: códigos de leis, testamentos, inventários, ofícios, documentos de polícia, requerimentos, relatórios, processos de divórcios. Tais abordagens promoveram o tema de gênero, muito bem explorado pelas autoras, que buscaram encontrar brechas para compreender o universo feminino do século XIX e observar os meandros que marcaram as relações entre homens e mulheres, dando novas interpretações aos estudos que até então atestavam a submissão feminina.

chefia de pequenas indústrias. Por volta de 1850, funcionou na cidade a indústria de velas e sebo de Manuela do Nascimento, localizada na Ponte dos Piques e outra na Rua São Bento, de Ana Joaquina da Cruz.⁹⁷

As mulheres casadas e viúvas eram assistidas juridicamente e, por isso, na falta de seus maridos, podiam chefiar os negócios da família. As mulheres casadas, após contraírem núpcias, compartilhavam dos bens de seus cônjuges. De acordo com a legislação brasileira, cabia ao marido a função de proteger e prover a família; a esposa tinha o dever de preservar a moral, os costumes e ser obediente. Mas na ausência do marido, estas mulheres assumiam todas as funções necessárias para a manutenção da família e isso incluía os negócios.

Na cidade de São Paulo, a ausência de homens era comum, pois muitos deles saíam em expedições pelo sertão, desempenhando a função de intermediários de comerciantes, cujos principais destinos eram o Rio de Janeiro, Sul de Minas, Mato Grosso e Goiás⁹⁸. Alguns homens casados nunca retornavam, pois formavam novas famílias. Além disso, a expectativa de vida das mulheres era bem maior e a incidência de mulheres viúvas na faixa dos vinte e poucos anos na sociedade paulistana era substancial.⁹⁹

As mulheres viúvas dispunham dos mesmos privilégios que as mulheres casadas, pois, mesmo após a morte do marido, mantinham seus direitos, desde que tais uniões fossem reconhecidas pela Igreja e pelo Estado. Mas, se desejassem casar novamente, corriam o risco de perderem a guarda de seus filhos e não tinham a segunda união reconhecida oficialmente, a menos que o primeiro matrimônio tivesse sido anulado.¹⁰⁰

Nos casos de divórcio, observava-se que as senhoras continuavam com seus privilégios assegurados, já que estas ficavam com metade dos pertences dos ex-maridos. De acordo com o processo de divórcio, a separação deveria ser dos corpos e dos bens, desta forma, se a mulher não achasse justa a partilha, podia recorrer, até que as partes concordassem com a divisão. Segundo Samara, a possibilidade do divórcio era um elemento que indicava a insubmissão feminina, aspecto que podia ser observado indiscriminadamente em todas

⁹⁷ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. Op.cit. p.110.

⁹⁸ DIAS, Maria Odila da Silva. **Cotidiano e poder**. Op.cit. p.35.

⁹⁹ DIAS, Maria Odila da Silva. **Cotidiano e poder**. Op.cit. p.60.

¹⁰⁰ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. Op.cit. p. 107.

camadas sociais. Veridiana, presidente da sociedade Redentora, estava entre essas mulheres, divorciou-se em 1877.¹⁰¹

As mulheres não foram impedidas de terem uma vida social ativa, ainda que não pudessem desempenhar funções públicas, solicitar tutela de crianças, ou ainda servir de testemunhas em testamentos.

A loja América, na ocasião da instalação da sociedade Redentora, destacou a importância das senhoras nas ações antiescravistas:

Nós confiamos plenamente na dedicação das senhoras de São Paulo e nas habilitações das que compõe o diretório, e por isso nutrimos larga esperança de que tão bella instituição hade florir e prosperar, para ventura das miserables crianças que dahi vão receber uma segunda vida como o baptismo da liberdade, e para a honra das senhoras, que de tal arte engrandecer-se-hão aos olhos do paiz engrandecendo a província.¹⁰²

O predomínio de famílias sem a presença masculina na sociedade paulistana ampliava a área de influência feminina, que se expandia desde fins de século XVIII, até que, em 1830, o número de mulheres superasse o de homens.¹⁰³

Redemptora de crianças escravas – Os membros da comissão incumbida pela loja America de convidar as senhoras residentes na capital para a fundação d'aquella sociedade continuam a encontrar entusiastico assentimento na máxima parte das senhoras com que se hão entendido. O número das adherencias mais e mais avulta. Esta generosidade elevação de sentimentos com que sabem as senhoras de São Paulo honrar a si mesmas, honrando a província e o século [...].¹⁰⁴

O artigo publicado pela loja América, acima transcrito, reconhecia a importância da participação das senhoras para o projeto antiescravista.

¹⁰¹ SAMARA, Eni de Mesquita. **Mulheres brasileiras: direitos e alternativas em sociedades patriarcais séculos XVIII E XIX.** In: IX Jornadas de investigacion interdisciplinar sobre La mujer, Madrid Universidad Autonoma, p. 39-52. 1993.

¹⁰² Correio Paulistano 12 de julho de 1870.

¹⁰³ SAMARA, Eni de Mesquita. **Mercado de trabalho, gênero e família no Brasil (1836-1996).** In: Revista da Biblioteca Mario de Andrade. Secretaria Municipal. São Paulo. vol.57. jan/dez. p.55-64. 1999. p.

¹⁰⁴ Correio Paulistano, 10 de abril de 1870.

1.2.3. A presença de religiosos nas lojas maçônicas

Não se sabe ao certo se os clérigos estiveram presentes nas sociedades exclusivamente emancipacionistas, porém nas lojas maçônicas esses tiveram participação marcante. A presença de religiosos foi observada nas três lojas maçônicas da cidade: Piratininga, América e a Amizade, na qual estavam numericamente mais bem representados.

A Amizade registrou no ano de sua fundação o maior número de iniciações de religiosos: Padre Manoel Emygdio Bernardes (1832); Padre José Joaquim Roiz (1832); Padre Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade (1832); Padre José Joaquim dos Quadros Leite (1832); Padre Diogo Antonio Feijó (1833), Padre Maximiano José Corrêa da Silva (1837); Padre Bento Antônio de Barros (1837); Padre Joaquim Bento do Carmo (1838); Frei Joaquim de Monte Carmelo (1843); Padre Fortunato Gonçalves Pereira de Andrade (1849); Frei Vicente Ferreira Alves do Rosário; Cônego Joaquim Anselmo de Oliveira (1849); Padre Simplício Bueno de Siqueira (1849); Padre Antônio Joaquim de Sant'Anna (1851); Padre Thomaz de Molina (1852); Padre Thomaz Inocência Lustoza (1853); Padre Tertuliano Dias Baptista (1853); Padre Sipião Goulart Ferreira Junqueira (1859) e o Cônego João Nunes Ramalho (1859).¹⁰⁵

Em 1858, a posição mais importante na hierarquia de competências de uma loja maçônica - o posto de venerável -¹⁰⁶ foi ocupada na loja Amizade pelo Padre Fortunato Gonçalves Pereira de Andrade. Para desempenhar essa função, era necessário que o membro contasse com uma porcentagem significativa de votos, e receber votos significava que o maçom dispunha de grande carisma entre os pares.

Foi o que aconteceu com Joaquim Ignácio Ramalho, figura carismática, que ocupou o cargo de venerável na loja Piratininga por vários anos consecutivos¹⁰⁷ no longo período em que permaneceu nessa loja. Na primeira eleição em 1850, Ramalho foi eleito o segundo venerável da história da loja, com 35 votos, sendo que para esse posto votaram 41 membros da loja e apenas seis maçons não votaram nele, ou seja, Ramalho desfrutava de grande popularidade.¹⁰⁸

¹⁰⁵ CASTELLANI, José e FERREIRA Cláudio. **A Amizade**. Op. cit. p.36.

¹⁰⁶CASTELLANI, José e FERREIRA Cláudio. **A Amizade**. Op.cit.41.

¹⁰⁷ NOGUEIRA, José Luis de Almeida. **Barão de Ramalho**. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tomo XXXI. pp. 51-54. 1982. P.52.

¹⁰⁸ CASTELLANI, José e FERREIRA Cláudio. **A Amizade**. Op.cit.p.43.

A mesma sessão que elegeu Ramalho para a posição de venerável escolheu o Cônego Joaquim Anselmo de Oliveira, com 39 votos, para ocupar a função de orador da loja - outro posto de destaque. O cargo de mestre de cerimônias foi ocupado pelo Padre Antonio José dos Innocentes e o de 1º diácono pelo Padre Mamede José Gomes da Silva.¹⁰⁹

A ampla participação de religiosos na Amizade não se repetiu com a mesma intensidade na Piratininga, embora, nessa loja tenha sido registrada a presença de religiosos já entre os fundadores: o Cônego Dr. Ildefonso Xavier Ferreira, o Padre Mamede José Gomes da Silva e o Cônego Joaquim Anselmo d'Oliveira¹¹⁰ e, no ano de 1851, ainda foram iniciados os clérigos Fidellis Alves Sigmaringa de Moraes e José Custódio de Siqueira Bueno. A loja América por sua vez, contou com a participação de apenas dois religiosos.

Muitos dos religiosos presentes na maçonaria paulistana tiveram vida política ativa. O padre Diogo Feijó foi um dos atores políticos que atuaram no processo de emancipação do país, iniciado na loja Amizade em 1833. Dois anos antes de tornar-se Regente do Império, além de político, Feijó atuou como professor de História, Geografia e Francês, participou da Revolução Liberal de 1842 em Sorocaba junto com Joaquim Ignácio Ramalho, maçom e venerável da Piratininga.

A mesma vida política intensa teve o padre Ildefonso Xavier Ferreira, um dos fundadores da loja Piratininga. O religioso, assim como Feijó, esteve envolvido com os principais nomes que articularam o processo de independência do Brasil em 1822. Ildefonso Xavier Ferreira nasceu em 1795 e ocupou cargos de importância no funcionalismo público, foi inspetor de instrução pública e juiz de Paz, oficial guarda-livros da secretaria da Academia de Direito de São Paulo e professor substituto da cadeira de Filosofia. Bacharelou-se em 1834, na mesma turma de Joaquim Ignácio Ramalho e defendeu tese em 1837.

Outro religioso envolvido com política foi Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, maçom da loja Amizade, nascido em 14 de março de 1767, estudou na Universidade de Coimbra e os anos de 1830 e 1831 foi presidente de Província e por três vezes deputado.¹¹¹

¹⁰⁹ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.15.

¹¹⁰ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.17.

¹¹¹ De acordo com Sérgio Buarque de Holanda em seu artigo São Paulo, era comuns que membros do clero na cidade de São Paulo desempenhassem diversas funções ao mesmo tempo, assim, podia-se encontrar clérigos atuando também como comerciantes, presidentes de província, professores, advogados, deputados e militares. O sacerdócio não era incompatível com as demais profissões, além disso, muitos ingressavam nela com a perspectiva de assegurar uma “estabilidade material”. Desde tempos coloniais a Igreja estava vinculada ao Estado e era vista por este como parte integrante do funcionalismo.

O envolvimento de membros do clero em assuntos antiescravistas contrariava os princípios da Igreja. Em 1857, a Igreja já havia dado demonstrações de que discordava da forma como agia a maçonaria.¹¹² D. Antonio João de Mello, bispo de São Paulo, publicou uma nota no jornal *Noticiador Catholico*, menosprezando maçonaria paulista. José Martini, maçom da Loja Piratininga propôs:

- 1º - Que esta Augusta: Loja.: commissione alguns de seus Irmaos.: para que commentando a calunniosa noticia incerta no jornal Noticiador Catholico, seja respondida de maneira a patentear os actos praticados pelo Bispo de São Paulo, pelos quaes tem elle merecido a censura publica;
- 2º Que se dirijão prancha.a todas as Lojas. filiaes do Oriente de São Paulo para que estejam prevenidas contra qualquer aggressão que por ventura se intente fulminar entorpecer o desenvolvimento do povo Maçõnico:[...].
- 3º - Que se convide a Maçonaria a Loja Amizade para uma Sessão em que reunida com a Loja: Piratininga se adoptem as medidas, que mais convenientes forem em tal conjunctura, e finalmente, que se participe qualquer deliberação [...].¹¹³

Embora não haja registro sobre os desdobramentos dessa indisposição, observa-se que as lojas Amizade e Piratininga se uniram para reagir ao ataque da Igreja. Em diversas ocasiões, a Igreja se posicionou contra a maçonaria, mas a presença de clérigos nas lojas se manteve até 1872¹¹⁴, ainda que as indisposições entre a maçonaria e a alta hierarquia da Igreja tenham sido iniciadas em 1852.¹¹⁵

¹¹² Temia-se que esta forma de associação fosse sediciosa e conspirasse contra as autoridades legítimas. Diversos foram os concílios apresentados pelas autoridades papais, contra a maçonaria, os Papas Clemente XII (1738), Bento XIV, Pio VII, Leão XII, Pio VIII e Gregório XVI. A primeira condenação pontifícia contra a Maçonaria foi efetuada por Clemente XII, na sua carta apostólica *In eminenti*, escrita em 28 de setembro de 1738 serviu de base para os demais documentos escritos por outros representantes da Igreja contra a maçonaria.

¹¹³ Proposta enviada ao Venerável da Loja Piratininga. In: CASTELLANI, José. **Piratininga**. p.57.

¹¹⁴ Em 1872, a Igreja se indispôs com a Maçonaria brasileira num evento que ficou conhecido por “Questão religiosa”. A Igreja Católica colocava em causa o direito de existência da maçonaria. Na ocasião em que foi aprovada a Lei do Ventre Livre - 28 de setembro de 1871 - foi organizado no dia 2 de março de 1872, no Grande Oriente do Brasil, uma festa, com o fim de comemorar, a aprovação da lei e homenagear o Grão-Mestre Visconde de Rio Branco, autor da lei. Durante a comemoração o padre José Luís de Almeida Martins fez um polêmico discurso, que além de exaltar Rio Branco, destacou em demasia a atuação da Maçonaria brasileira. No dia seguinte, ao discurso efetuado pelo padre Almeida Martins, havia sido publicado no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, a reação do bispo do Rio de Janeiro D. Pedro Maria de Lacerda. Ele solicitou que Almeida Martins abjurasse à maçonaria, este por sua vez, recusou a ordem de seu superior. A suspensão de Martins teve por base o texto de Pio IX, que condenava a maçonaria pelo Consistório de 1865. Além disso, o discurso foi proferido por um padre, ou seja, um representante legítimo da instituição religiosa, talvez, isso tenha corroborado para aprofundar ainda mais a animosidade já existente entre a Igreja e a maçonaria. Após a “Questão religiosa” tornou-se proibida a participação de clérigos nas lojas.

¹¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Da Maçonaria ao Positivismo**. In: O Brasil Monárquico. Do Império à República. Tomo 2, vol.5. São Paulo: Diel, 1985. p. 289-305.

A ligação entre o Estado a Igreja pelo sistema de Padroado não impediu que alguns clérigos se envolvessem no movimento antiescravista. Na cidade de São Paulo, foram inúmeros os religiosos que se lançaram em defesa dos escravos por intermédio das lojas maçônicas. Há de se ressaltar que a população paulistana, embora já contasse com uma economia diversificada e com a presença de estrangeiros de origens distintas, não havia construído ainda uma clara distinção de grupos ou categorias.

Era comum que uma mesma pessoa desempenhasse mais de uma atividade econômica, como os padres, que podiam ser classificados ao mesmo tempo como professores, comerciantes e funcionários públicos. A diversidade de funções era uma das principais características dos segmentos médios paulistanos, até pelo menos os primeiros anos da década de 1870.¹¹⁶

Há muitos outros exemplos de indivíduos que possuíam mais de uma ocupação, como Furtado de Mendonça que era lente da Academia de Direito e delegado de polícia da cidade; Américo de Campos era político, advogado e jornalista; Joaquim Ignácio Ramalho era político, lente da Academia de Direito e jornalista; e Luiz Gama que atuava como advogado, amanuense da polícia, além de ser jornalista e poeta, assim como outras figuras importantes do período.

1.3. As sociedades emancipacionistas estudantis

A sociedade emancipacionista estudantil Libertadora foi a primeira de que se tem notícia na cidade. Criada em 1856, era formada exclusivamente por estudantes. A organização funcionou secretamente por um ano, dentro das dependências da Academia de Direito, obtendo a alforria de apenas um cativo.¹¹⁷

As informações a respeito dessa organização são escassas e não há pistas ou indícios suficientes que pudessem esclarecer as razões que a fizeram desaparecer, muito provavelmente por falta de recursos ou pela desarticulação de seus membros. No ano seguinte, era fundada uma segunda sociedade antiescravista, denominada Onze de Agosto, assim como a Libertadora, não se sabe como ela foi desarticulado.

¹¹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **São Paulo**. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. Vol.2. [s.n.] T. 2. P.415-72. 1995.

¹¹⁷ VAMPRE, Spencer. **Memórias para a história da academia de São Paulo**. Op.cit.

Depois da Libertadora e da Onze de Agosto, surgia na cidade em 7 de setembro de 1864 a sociedade Fraternização, que foi fortemente influenciada pelos ideais iluministas, como indica o trecho transcrito no livro de Antonio Barreto de Amaral “Sob os auspícios dos santos princípios da Liberdade e Igualdade, tendente a estender-se por todo o país, com a finalidade de libertar escravos e dar-lhes instrução primária e profissão apropriada às suas inclinações (Art. 1º dos estatutos sociais)”.¹¹⁸

Embora tenha ela funcionado por seis anos em completo anonimato, no ano de 1870, quando se tornou pública, ganhou grande notoriedade na cidade, principalmente entre os emancipacionistas mais ativos do período: Luiz Gama, Rui Barbosa, Américo de Campos, Américo Brasiliense, Joaquim Ramalho, Castro Alves e outros.

A exposição pública da sociedade Fraternização, em 1870, e a fundação da loja América ocorreram em contexto distinto das demais lojas maçônicas e das organizações estudantis. Quando a Fraternização e a América surgiram, a resistência às ideias antiescravistas havia diminuído significativamente. Robert Conrad destaca que as ideias emancipacionistas haviam ganhado novo fôlego nos anos finais da década de 1860, o que refletiu na postura da loja América perante a opinião pública e provavelmente foi fator determinante para que a sociedade Fraternização deixasse de ser secreta.

Rui Barbosa considerava a sociedade emancipacionista Fraternização pioneira no empreendimento antiescravista na cidade. De acordo com as referências encontradas em *Obras Completas de Rui Barbosa*, teria sido ele o responsável por motivá-la a sair do anonimato.¹¹⁹

O prestígio da Fraternização era reforçado com o apoio da loja maçônica América, que financiou a reestruturação da sociedade e ajudou na elaboração de seu novo estatuto. Esse documento foi preparado por uma comissão formada por Luiz Gama, Francisco de Paula, Rodrigues e Rui Barbosa. O grupo ficaria responsável por defender os cativos ilegalmente escravizados e os cativos desamparados por seus senhores.

A Fraternização foi fundada apenas por estudantes da Academia de Direito: Agostinho Vidal, Morais Pupo, C. Alberto Bulhões Ribeiro, França Carvalho, Thompson Flores, Fausto

¹¹⁸ AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário de História de São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo. Coleção Paulística. São Paulo: Governo do Estado. vol. XIX p. 51. 1980.

¹¹⁹ Obras Completas de Rui Barbosa. vol. I 1865-1871. Tomo I. Primeiros Trabalhos. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1951. Prefácio e organização de Antonio Gontijo de Carvalho.

F. Castro, Fortunato da Graça, Gualberto da Silva, J. B. Furtado de Mendonça, Xavier Rabelo, Jequiriçá, Castro Sobrinho, José Bento e M. Coelho de Almeida.

Segundo informa o artigo publicado no jornal *Correio Paulistano*, entre os anos de 1864 e 1870, a Fraternização atuou não apenas na sociedade paulistana, mas também em outras localidades, formando diversos núcleos emancipacionistas que se comunicavam com a central alocada na cidade de São Paulo, como aponta o trecho abaixo:

[...] Induzidos por uma disposição dos primitivos estatutos que impunham aos sócios da Fraternização o dever de estabelecer associações redemptoras filiares a esta, e os lugares de sua residência, alguns membros conseguiram fundar outras sociedades abolicionistas, também secretamente, e todas ligadas ao nosso núcleo central aqui, tanto no interior desta província como nas de Minas e Rio de Janeiro.¹²⁰

Embora o jornal tenha destacado alguns dos aspectos do funcionamento da Fraternização, como as ligações e núcleos que ela manteve em outras localidades, o periódico não informa detalhes, sobre o modo como operavam esses núcleos. Provavelmente porque a intenção dos membros dessa organização era fugir da propaganda, e, qualquer nota ou documento impresso poderia comprometer a estrutura criada por ela. Seu estatuto determinava que “a fim de ser admitido como sócio tinha o candidato de jurar, sob palavra de honra, guardar profundo silêncio sobre a existência da sociedade, ser humano para com os escravos e trabalhar sempre pela liberdade deles”.¹²¹

Tal proximidade estabelecida entre a sociedade Fraternização e os maçons da loja América indicava que essa organização era conhecida na cidade pelos principais emancipacionistas: Luiz Gama e Américo de Campos e também pelas demais organizações antiescravistas. As notas e informações encontradas em periódicos a respeito da sociedade Fraternização são referentes apenas aos anos de 1870 e 1871.

Enquanto a Fraternização e da Libertadora agiam discretamente, a sociedade Onze de Agosto expunha seu estatuto publicamente, contendo em minúcias suas pretensões emancipacionistas. Esse importante documento permitiu que se conhecesse em profundidade o funcionamento e a estrutura interna de uma organização emancipacionista.

¹²⁰ *Correio Paulistano*, 13 de abril de 1870.

¹²¹ AMARAL, Antonio Barreto do. **Dicionário de História de São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo. Coleção Paulística. Vol. XIX, São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. p.51.

Em 1857, ocupando meia página da seção de variedades do periódico *Correio Paulistano*, a Onze de Agosto publicava o seu estatuto: “Art.1º A Sociedade – 11 de Agosto – tem por fim a libertação de escravos”¹²².

A Onze de Agosto foi fundada por estudantes da Academia de Direito e por alunos dos preparatórios.¹²³ O nome da organização era uma referência direta à data de fundação da Academia de Direito. Comparada às demais sociedades formadas por estudantes no período, a Onze de Agosto tinha o posicionamento mais “radical”, como se observa no estatuto da organização que incita publicamente a adesão, não apenas dos paulistanos, mas de todos os cidadãos da Província de São Paulo à causa antiescravista:

Não deixaremos de fazer um apello aos Paulistas e é, que não olhem para essa instituição com desdém, e que alistando-se as suas bandeiras, sejam tantos sócios, quanto esteios para o seu engrandecimento, e o seu sublime destino. Transcrevendo os seus estatutos, não fazemos mais do que dar uma fiel notícia sobre a sua existência: assim pois cantemos uma *husanna*, á província de São Paulo, e um hymno ao brilhante futuro do Brasil.¹²⁴

Conforme o trecho acima transcrito, nota-se que tamanha exposição, num jornal de grande circulação, pretendia não apenas tornar pública uma nova sociedade que nascia na cidade, mas também atrair o maior número possível de sócios em torno do objetivo emancipacionista. Evidentemente que quanto maior fosse a adesão da sociedade à associação, mais forte e respeitada seria ela, e isso refletiria em suas arrecadações, dando visibilidade e ampliando sua atuação em prol da alforria dos cativos. Para compor o quadro da Onze de Agosto, o sócio não podia deixar de quitar as mensalidades, pois se não o fizesse, estaria sujeito ao pagamento de multas, como determinava o estatuto:

Art. 4º O sócio que deixar de satisfazer as suas prestações três mezes seguidos, será considerado expulso da sociedade.

Art. 5º O sócio que faltar duas sessões seguidas, sem participar ao presidente da casa, será incurso na multa de 2\$000 reis.¹²⁵

¹²² *Correio Paulistano*, 26 de agosto de 1857.

¹²³ Os preparatórios eram equivalentes ao ensino médio de hoje, era composto por disciplinas como inglês, latim, francês, conhecimentos teóricos. Ao termino do preparatório e sendo devidamente aprovado nas disciplinas o estudante estava apto a ingressar na Academia.

¹²⁴ *Correio Paulistano*, 26 de agosto de 1857.

¹²⁵ *Correio Paulistano*, 26 de agosto de 1857.

Supõe-se que a organização submetia o membro ao pagamento de multas com a intenção de reforçar e ao mesmo tempo testar o comprometimento do sócio com a sociedade, além de angariar recursos que serviriam para ampliar a ação em benefício dos cativos, garantindo também a manutenção da estrutura física da organização. A preocupação com as finanças foi uma constante no interior das sociedades emancipacionistas paulistanas, incluindo as lojas maçônicas Amizade, Piratininga e América.

A Onze de Agosto tinha uma postura um pouco menos corporativista em relação às demais sociedades estudantis, pois a organização permitia a participação de todos os segmentos sociais que se identificassem com as bandeiras por ela levantadas, o que em tese a transformava em uma sociedade não estudantil, mas essencialmente paulistana, ainda que a participação de outros segmentos sociais estivesse condicionada a sofrer uma série de restrições. O longo estatuto da sociedade submetia seus sócios a uma rígida hierarquia:

Art.2º Os sócios dividem-se em três categorias: effectivos, honorários e beneméritos.

Art3º Para ser sócio effectivo são indispensáveis as condições seguras:

§1º Ser acadêmico, ou estudante de preparatórios

§2º Ser proposto por um sócio presente, e approved por maioria de votos

§3º Concorrer com a entrada de 10\$000 réis que poderá ser feita por duas prestações.

§4º Concorrer mensalmente com a quantia de 2\$000 réis

Art6º Serão considerados sócios honorários:

§1º Todos os sócios honorários gozarão dos mesmos direitos, que competem aos effectivos.

§2 Todos os sócios effectivos, que, completa a sua carreira litteraria, não deveriam se despedirem da sociedade.

A participação de pessoas que não fossem estudantes estava condicionada à aprovação dos sócios da organização. Os membros efetivos, estudantes da Academia de Direito e dos preparatórios, estavam no topo da hierarquia da organização e somente eles podiam ocupar o cargo de tesoureiro, administrar e decidir sobre o destino do dinheiro arrecadado, bem como dar a palavra final sobre todas as decisões tomadas pela organização.

O orador da Onze de Agosto deveria ser destacado entre os sócios efetivos “Art. 16º É da sua competência: § 1º Dirigir uma allocução ao socio e aos visitantes, em nome da casa; § 2º Na sessão magna proferir um discurso análogo ao fim da Associação; § 3º O orador será membro nato da comissão de liberdade”.¹²⁶

¹²⁶ Correio Paulistano, 26 de agosto de 1857.

Além dessas restrições, havia outras, como aponta o terceiro capítulo do estatuto, que divide a hierarquia interna também de acordo com as contribuições feitas pelos sócios. O parágrafo primeiro determinava que, para ser considerado sócio benemérito, era necessário que o membro doasse valores acima de 50\$000 réis¹²⁷.

Os sócios honorários embora estivessem isentos de pagar mensalidades, tinham que contribuir com o valor de 10\$000 réis, assim que se inscreviam na organização. Eram considerados sócios honorários “todas as pessoas de outra qualquer classe”.¹²⁸ O termo classe adotado pela organização tinha o sentido de reforçar a diferença entre os estudantes e os demais membros.

Aos sócios honorários era permitido: “[...] ser presidente honorário – qualquer pessoa, que pela posição merecer a escolha da sociedade, embora não seja sócio”¹²⁹, ao que parece o sócio honorário não tinha nenhum poder de decisão na organização. Segundo constava no estatuto, este sócio teria os mesmos direitos o que parecia ser contraditório, uma vez que, logo no início do documento, distinguia-se a hierarquia entre os membros da organização, como foi citado no trecho abaixo:

Art14º Compete ao presidente effectivo:

§1º A direção dos trabalhos da sociedade.

§2º Reunir sessões extraordinárias, quando for de necessidade.

§3º Determinar a hora da reunião de qualquer das sessões.

§4º Suspender a sessão quando turbulenta.

§5º Apresentar uma história dos factos relativos á sociedade no fim de cada anno da sua administração.

§6º Assignar os termos de abertura e encerramento dos livros da thesouraria, e rubricar o livro das actas.

§7º Presidir á sessão magna da sociedade na falta do presidente honorário e nas sessões ordinárias ceder-lhe o lugar no caso que este comparecer.

Capítulo VI.

Do Orador.

Art15º O orador será somente eleito dentre os sócios effectivos.

Art16º É da sua competência:

§1º Dirigir uma allocução ao socio novamente entrada, e aos visitantes, em nome da casa.

§2º Na sessão magna proferir um discurso análogo ao fim da associação.

§3º O orador será membro nato da comissão de liberdade.

Art20º O primeiro secretário só poderá ser eleito dentre os sócios effectivos.

Art21º É de sua competência:

§ 1º Lavrar as actas do ocorrido nas sessões.

§ 2º Proceder a sua leitura.

¹²⁷ Correio Paulistano, 26 de agosto de 1857.

¹²⁸ Correio Paulistano, 26 de agosto de 1857.

¹²⁹ Correio Paulistano, 26 de agosto de 1857.

§ 3º Numerar os livros da thesouraria.

Art.22º O segundo secretário será somente eleito de entre os sócios effectivos.

O destaque dado às funções desempenhadas pelo tesoureiro no estatuto indicava que esse cargo era estratégico dentro da sociedade e, por essa razão, deveria ser ocupado por um grupo específico da organização os sócios efetivos, estudantes da Academia de Direito e dos preparatórios, de acordo com o documento:

De thesoureiro

Art.17º O thesoureiro será sómentes eleito dentro os sócios effectivos.

Art.18º É da sua competência:

§ 1º Receber as jóias dos sócios e a suas mensalidades

§ 2º Apresentar de três em três mezes a lista dos sócios que deixarem de cumprir os seus pagamentos

§ 3º Fazer as despesas com os objectos necessários para as sessões.

§ 4º No fim de cada anno da installação da Sociedade, prestar um balanço da receita o despeza da thesouraria.

§ 5º Ter para assento dos negócios relativos ao seu cargo, um livro para a receita e outro para a despeza, numerados pelo primeiro secretário, com termos de abertura o encerramento, pelo Presidente Effectivo.

E, para garantir que o dinheiro arrecadado pela sociedade estivesse seguro, a organização tinha uma conta no Banco do Brasil,¹³⁰ para onde era enviado o montante. A disposição da organização em promover a alforria de cativos podia ser observada nos seguintes artigos:

Art.42º Da quantia recebida no primeiro anno, a metade será posta no Banco do Brasil, e a outra metade será empregada nas alforrias.

Art.43º Nos mais annos reunindo-se a quantia que estiver no Banco, à recebida no decurso do anno, será a somma dividida em duas partes; a primeira continuará no Banco, e a segunda será dedicada as alforrias.

Art.44º Todo o anno em que feito esta apuração, não se puder libertar um cativo, os sócios effectivos e honorários, serão obrigados a concorrer com a quota parte necessária.

Ou seja, além dos valores equivalentes às mensalidades, os sócios deveriam aplicar mais recursos, caso fosse necessário para complementar o valor arrecadado para a compra de cartas de alforria.

¹³⁰ Até 1875, havia apenas dois bancos em São Paulo, o Banco do Brasil criado em 1855 e o Banco de São Paulo fundado em 1859.

Enquanto a Onze de Agosto pretendia concentrar suas forças na província de São Paulo, a sociedade Fraternização, apesar de ter-se mantido no anonimato até 1870, tinha como meta expandir suas ações de libertação para outras cidades e províncias, como de fato fez.

É destino da província de São Paulo andar sempre na vanguarda. Do seu seio, tem nascido factos tão gloriosos que jamais o tempo poderá riscar dos corações dos brasileiros. As glórias não são ephemeras, pelo contrário, viverão com os séculos – á história ellas pertencem. Hoje acabamos de presenciar mais um facto, que afiançamos avultará em futuro, a grandeza de sua concepção isso nos augura. É verdade que, para muitos parecerá uma utopia, por ter nascido de corações tão jovens, almas ardentes, e espíritos pouco experimentados, porque não é um facto que não possa ter realidade o que faz com que aventuremos – um bello porvir. Podemos apontar quiçá, uma ou duas mais; é também nella que vemos o feliz apparecimento de uma sociedade, com o título acima transcripto, [...].¹³¹

A organização Onze de Agosto recorreu ao passado que chamou de glorioso da Província de São Paulo, para justificar a iniciativa da sociedade de promover o fim da escravidão.

As sociedades emancipacionistas foram muito atuantes na cidade de São Paulo, sendo fundamentais na difusão e circulação das idéias antiescravistas. Isso se deveu também à formação de uma importante rede de solidariedade articulada entre os membros destas organizações. Muitos dos nomes consagrados nas etapas finais do movimento abolicionistas já haviam aderido às ideias antiescravistas, antes de 1871. Tais elementos serão analisados detidamente mais adiante.

¹³¹ Correio Paulistano, 26 de agosto de 1857.

Capítulo 2: O processo de libertação dos escravos nas organizações emancipacionistas

Neste capítulo será examinado o modo como as sociedades antiescravistas paulistanas alforriaram os cativos, suas preferências, o que levavam em consideração ao conceder as cartas de liberdade preço, cor, idade, sexo e origem. Nota-se que, embora todas as organizações emancipacionistas lutassem pela libertação dos cativos, elas desejavam conduzir o processo de extinção da escravidão de forma lenta e gradual. Em algumas ocasiões, deixaram transparecer, por meio de artigos ou em estatuto, a prioridade por substituir a mão-de-obra servil pela imigrante europeia.

As organizações emancipacionistas paulistanas, de um modo geral, operaram da seguinte forma: libertavam os cativos ilegalmente escravizados por meio de brechas encontradas na Lei de 1831; criavam fundos a fim de angariar recursos para comprar e, em seguida, conceder cartas de alforrias e/ou intermediavam a negociação entre senhores e cativos.

Era comum que as organizações emancipacionistas formassem comissões, destacando entre seus membros um número de pessoas que ficariam incumbidos especialmente de representar os interesses dos cativos perante o júri, ou ainda, de intermediar a carta de alforria entre o senhor e o cativo. Para as sociedades antiescravistas todos os caminhos que levassem à libertação dos cativos eram válidos, até mesmo a forma onerosa ou condicional de alforria, que não garantia a liberdade imediata do escravo.

Existiam diferentes formas de se alforriar um cativo: a gratuita, na qual o senhor concedia a carta de liberdade sem nada exigir em troca; a paga, em que o cativo ou um terceiro financiava e, por fim, a onerosa, pelo qual o cativo permanecia vinculado ao senhor até que as condições impostas por ele fossem cumpridas. A alforria onerosa, também chamada de condicional, implicava prestação de serviços, pagamento em dinheiro ou simples obrigação do cativo de permanecer junto ao seu senhor até a morte deste. Nessa forma de alforriamento, o cativo ficava à mercê das vontades de seu senhor, pois, como as possibilidades de um cativo conquistar a liberdade eram muito raras, o escravo criava expectativas que nem sempre se concretizavam.

Essa forma de alforriamento serviu de estratégia aos senhores, sobretudo, na segunda metade do século XIX, quando a autoridade moral do senhor estava ameaçada pela iminente

crise da instituição escravista.¹³² Ao conceder carta de alforria onerosa, os senhores conseguiam manter o controle sobre os escravos e os libertos, uma vez que essa modalidade de alforriamento exigia disciplina do futuro liberto, pois caso este não agisse de acordo com os interesses de seu dono, a concessão da carta de alforria não se concretizava. De acordo com Enidelce Bertin, “por meio da dívida de gratidão” nutria-se a “ideologia da bondade senhorial”¹³³; e na interpretação de Peter Eisenberg, essa forma de alforriamento compensava o senhor pela perda da propriedade escrava.¹³⁴

Na cidade de São Paulo, uma parte significativa dos proprietários de escravos, no século XIX, era composta por mulheres de baixo poder aquisitivo, muitas das quais haviam adquirido seus cativos por meio de favores, doações e heranças. “Muitas eram senhoras mais velhas, que vivam do remanescente do espólio dos maridos e dos serviços alugados de seus escravos”¹³⁵, ou seja, as proprietárias dependiam essencialmente da propriedade cativa para sobreviverem, e o alforriamento condicional lhes seria bastante útil.

Uma das principais estratégias utilizadas pelos emancipacionistas para estimular os senhores a concederem cartas de alforrias era a propaganda. No jornal *Correio Paulistano* observavam-se, sobretudo, nos anos de 1869 e 1870, notas em que os proprietários de escravos eram homenageados pelas organizações emancipacionistas, por colaborarem com o alforriamento de cativos, mesmo quando as cartas eram condicionais testamentárias, em que a liberdade do cativo dependia da morte do senhor ou de alguma outra condição determinada por ele. Segue abaixo o trecho de uma dessas notas publicadas na imprensa:

Libertação de crianças escravas:

um nosso amigo que acaba de chegar do interior da província, comunica-nos o seguinte facto:

O distinto cavaleiro o Sr. José de Vasconcellos de Almeida Prado, fazendeiro do município de Itú, acaba de declarar livres todas as crianças cativas do sexo feminino filhas de suas escravas que nasceram domingo de 1870 em deontem tendo já libertado uma que nessas condições nascera. Não commentaremos isto, porque em actos dessa natureza a simples narração traz o seu elogio [...] é impossível guardar ao lembrar-nos que entre nós ainda há homens como o senhor Almeida Prado.¹³⁶

¹³² BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX**. Op.cit. 45.

¹³³ BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX**. Op.cit. p. 28.

¹³⁴ EISENBERG, Peter. **Ficando livre**: as alforrias em Campinas no século XIX. In: *Estudos Econômicos*. nº 17, maio/ago. pp.175-216. 1987. p.188.

¹³⁵ DIAS, Maria Odila da Silva. **Cotidiano e poder**. Op.cit. 84.

¹³⁶ Correio Paulistano 22 de abril de 1870. Américo de Campos.

Até mesmo Luiz Gama esteve entre os que apoiaram as alforrias onerosas, envolvido, inclusive, em alguns desses processos de libertação. Em 1864, o emancipacionista intermediou o alforriamento do cativo Marcos - carpinteiro, de 20 anos, de propriedade da senhora Firmina Amália da Silva. O valor de um conto de réis foi pago a Senhora Silva, que recebeu o dinheiro das mãos de uma terceira pessoa e não do próprio Gama.¹³⁷

A compra de uma carta de alforria efetuada por um terceiro também podia resultar em uma alforria onerosa, uma vez que essa forma de negociação acabava apenas transferindo a propriedade do cativo para outras mãos, até que este conseguisse efetivamente quitar a dívida.

O trabalho de mediador do antiescravista ou do curador era fundamental, embora invariavelmente tal intermediação esbarrasse na hesitação do senhor, que após uma longa negociação, arrependia-se da transação. Segundo Enidelce Bertin:

Tratar da liberdade no período anterior a 1871 significava, necessariamente, ter de considerar o quanto esse campo era impreciso. Isso porque, não havendo lei que tratasse do pecúlio, não havia o direito ao resgate da alforria, decorrendo que toda e qualquer decisão jurídica sobre o assunto era feita com base na jurisprudência.¹³⁸

Por esse motivo, a primeira medida tomada por um cativo depois de assinada a sua carta de alforria era registrar e oficializar imediatamente sua liberdade em cartório.¹³⁹ Segundo Enidelce Bertin, o período de 1850 a 1871 caracterizou-se pelo predomínio de alforrias onerosas, ou seja, somente alguns poucos cativos que ganhavam carta de alforria podiam gozar plenamente de sua liberdade.

Os escravos cuja alforria fora paga com recursos originados de sociedades emancipacionistas tinham mais chances de alcançar a liberdade plena, da mesma forma que os emancipacionistas tinham mais condições de reunir o valor necessário para a compra da carta de alforria se atuassem junto a uma organização emancipacionista, onde havia estrutura e recursos.

As informações levam ao entendimento de que as cartas de alforria concedidas pelas sociedades emancipacionistas eram gratuitas e incondicionais, ou seja, os cativos não tinham

¹³⁷ BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX**. Op.cit.p. 65.

¹³⁸ BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX**. Op.cit. p.29.

que prestar serviços ou pagar qualquer valor em dinheiro para efetivamente gozarem de imediata liberdade.

Até porque o cativo era impedido de compelir legalmente seu senhor a aceitar sua libertação em troca de dinheiro. Se o senhor não autorizasse a venda de seu cativo, a transação simplesmente não acontecia.

Intervenções estatais sobre o direito de propriedade escrava foram registradas somente em ocasiões excepcionais: em 1835, com a lei que garantia a alforria dos escravos que delatassem os participantes da Revolta dos Malês; em 1838 quando se determinou que os cativos que desertassem do exército de Bento Gonçalves receberiam cartas de alforria e, entre 1865 e 1870 durante a guerra do Paraguai quando o governo brasileiro se comprometeu a alforriar os cativos que lutassem pelo país. Excetuando esses momentos, a decisão de alforriar um escravo dependeu exclusivamente do senhor, até pelo menos 1871.

Somente com a Lei do Ventre Livre, em 1871, o escravo passou a ter o direito de acumular pecúlio e, dispondo do valor necessário, o senhor não poderia mais impedir que fosse concedida a carta de alforria. De acordo com o documento:

Art. 4º É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.

§1º Por morte do escravo, a metade do seu pecúlio pertencerá ao cônjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmitirá aos seus herdeiros, na forma da lei civil. Na falta de herdeiros o pecúlio será adjudicado ao fundo de emancipação, [...].¹⁴⁰

As sociedades emancipacionistas não seguiam um modelo ou um padrão para conceder cartas de alforrias, tendo cada organização seus próprios critérios. Enquanto umas optavam por libertar escravos adultos, outras preferiram alforriar apenas as crianças menores de sete anos.

A sociedade antiescravista Onze de Agosto optou por alforriar cativos adultos de ambos os sexos e apenas circunstancialmente, crianças. A organização seguia critérios rígidos e levava em consideração a religião, o sexo e a cor, além de outros quesitos inscritos nesta longa lista, abaixo transcrita:

¹⁴⁰ LUCENA, Humberto. (Org) **Abolição no Parlamento**. Op.cit. p.230.

Art37° Para que seja um escravo liberto pela sociedade é exigida a condição seguinte.

\$1° Ser moralizado

Art38° Observar-se há nas alforrias a ordem seguinte:

\$1° Os mais moços serão preferidos aos mais velhos.

\$2° O sexo feminino ao sexo masculino

\$3° No caso de concurso de dois ou mais escravos com o mesmo requisito será preferido o que tiver officio.

\$4° Não serão libertos os menores de sete anos.

\$5° Quando libertar-se a escrava que estiver creando o seu filho este sel-o-há também.

\$6° No concurso de escravos com os mesmos requisitos, os mais baratos serão preferidos aos mais caros, observando-se todas as regras antecedentes.

\$7 Sempre os escravos de cor serão libertos de preferência aos pretos – os nascidos no Brazil aos estrangeiros.¹⁴¹

No topo da lista a sociedade esboçava a preferência pela libertação dos cativos moralizados. Tal critério era justificado por ser esta uma sociedade emancipacionista religiosa, que trazia logo na primeira linha de seu estatuto este princípio:

Transcrevendo os seus estatutos, não fazemos mais do que dar uma fiel notícia sobre a sua existência: assim pois cantemos uma *husanna*, á província de São Paulo, e um Hymno ao brilhante futuro da sociedade – Onze de agosto que tem por diviza a liberdade, Deos, e o futuro do Brasil, [...] Esta idéia tem dois fins; um religioso, e outro político; acabar com o abuso e animar a colonização – foi este o pensamento dos que a criação [...].¹⁴²

Entre as organizações emancipacionistas, foi a Onze de Agosto a única que incluiu a religião como critério para a concessão de cartas de alforria. Libertar escravos moralizados não tinha sentido apenas religioso, mas também social. A sociedade antiescravista temia conceder carta de alforria a um cativo potencialmente perigoso, indisciplinado ou violento, que, após a liberdade, pudesse de alguma forma promover uma insurreição.

A religião era entendida como um importante mecanismo de controle sobre a escravaria.¹⁴³ Ainda em tempos coloniais, Antônio Vieira, em seus sermões, proclamava que considerava uma ameaça à integridade física e moral dos senhores permitirem que os seus

¹⁴¹ Correio Paulistano, 18 de novembro de 1857.

¹⁴² Correio Paulistano, 18 de novembro de 1857.

¹⁴³ SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão**: a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantina no século XVIII. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

cativos adorassem seus próprios deuses. O padre acreditava ser fundamental inseri-los nos rituais católicos, sobretudo o batismo.¹⁴⁴

Os cativos, por sua vez, viam a anuência às crenças católicas e a associação à Igreja um caminho que lhes permitiria “serem reconhecidos como seres humanos e, para seus descendentes, como brasileiros, terem a garantia mínima de um sepultamento condigno.”¹⁴⁵ Alguns cativos até desejavam ser batizados, na expectativa de melhorar seu status social. Mas em geral, os cativos apreendiam muito superficialmente os preceitos da nova religião e continuavam praticando os cultos africanos.¹⁴⁶

A Revolta dos Malês arquitetada por escravos, em 1835, em Salvador, forçava as premissas apresentadas por Antônio Vieira. A insurreição organizada por cativos islamizados aterrorizou não apenas a Bahia, mas também as demais províncias. Temia-se que outros conflitos semelhantes ocorressem.

O impacto do levante foi sentido com a aprovação da lei de 1835, que determinava a execução dos cativos envolvidos diretamente na revolta e punições aos escravos que havia participado indiretamente do ocorrido. Os cativos islamizados, principalmente os da Bahia, passaram a ser temidos pelos compradores e transformaram-se em símbolos de violência e revolta. Luiz Gama relata em carta dirigida ao amigo Lúcio de Mendonça a sua experiência como cativo baiano:

Fui escolhido por muitos compradores, nesta cidade, em Jundiá e Campinas; e, por todos repellido, como se repelem coisas ruins, pelo simples fato de ser eu “baiano” [...] O último recusante foi o venerando e simpático ancião Francisco Egídio de Sousa Aranha, pai do Exmo. Conde de Três Rios, meu respeitável amigo. Este, depois de haver-me escolhido, afagando-me disse: - Hás de ser um bom pajem para meus meninos; dize-me: onde nasceste? – Na Bahia, respondi eu.- Baiano? – exclamou admirado o excelente velho. – Nem de graça o quero. Já não foi por bom que o venderam tão pequeno.¹⁴⁷

¹⁴⁴ VAIFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis: Vozes, 1986.

¹⁴⁵ NEGRÃO, Lísias Nogueira. **As religiões não cristãs e afro-brasileiras em São Paulo**. In: A cidade de São Paulo no Império. (Org) Paula Porta. vol. II. p. 551-582. p.551.

¹⁴⁶ BASTIDES, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. São Paulo: Edusp, 1960.

¹⁴⁷ Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça. São Paulo, 25 de julho de 1880.apud: AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha**.Op.cit. p. 101.

A imigração de cativos do Norte para as províncias do Sul, sobretudo a partir de 1850, trazia a tona as lembranças da Revolta dos Malês. Temia-se o islamismo, assim como os cultos de origem africana, praticado por cativos e libertos.

Tais aprendizados envolviam a manipulação de ervas e até mesmo a preparação de venenos, que ocasionalmente eram ministrados aos senhores, como forma de vingança.

Por essa razão, os cultos africanos e seus correlatos passaram a ser combatidos pelas autoridades policiais e denunciados como estelionato ou como exercício ilegal da medicina, já que muitas das substâncias manipuladas pelos curandeiros eram encontradas nas boticas.¹⁴⁸ Por outro lado, muitas dessas práticas eram utilizadas com a finalidade de curar ou amenizar doenças crônicas, como reumatismo, por exemplo.

Seguido do critério religioso, a preferência da sociedade Onze de Agosto era pela libertação dos escravos mais jovens, em idade plena de produção. Nessa categoria de alforriamento não é possível precisar a faixa etária a que se refere a organização, haja vista, que, depois dos sete anos de idade, o cativo saía da categoria criança e entrava na “adulta”, passando a ser considerado apto a desempenhar as atividades produtivas.¹⁴⁹

Outro aspecto que dificultava precisar essa faixa etária era a ausência de referências nas cartas de alforrias, que, embora citassem o termo “jovem” não traziam a idade precisa do liberto.¹⁵⁰ A opção por alforriar cativos mais jovens causava grande impasse, pois a organização dispensaria mais recursos para alforriar menos cativos, sendo esta categoria a mais cara do mercado.

Entre 1850 a 1859, o preço médio do cativo jovem era de 539,6 mil réis, valor equivalente ao preço de um carro (500\$000 – carro com arreios), preço que, entre 1860 e 1869, chegou a 781,5 mil réis e, no período de 1870 a 1879, a 803,1 mil réis.¹⁵¹ Mas, ao priorizar a alforria dos cativos mais jovens, aptos ao trabalho pesado, a organização contribuiria para a diminuição da oferta de mão-de-obra escrava no mercado, já que restariam apenas escravos em idade avançada, o que forçaria os proprietários de escravos a recorrerem

¹⁴⁸ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos e vivências ladinas**. Op.cit.110.

¹⁴⁹ MATTOSO, Katia. **O filho da escrava em torno da Lei do Ventre Livre**. In: *Revista de História*. São Paulo: Marco Zero. Vol. 8 nº16. p. 36-55. p. 40.1988.

¹⁵⁰ BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

¹⁵¹ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza São Paulo, 1845-1895: contribuição ao estudo da passagem da economia Mercantil escravista à economia exportadora capitalista**. São Paulo: HUCITEC. Prefeitura do município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1985.p.76.

rapidamente à mão-de-obra livre nacional ou estrangeira. Segundo Katia Mattoso¹⁵² era prática comum entre os senhores vender os cativos mais velhos e substituí-los pelos jovens mais produtivos. Havia também casos em que os senhores concediam cartas de alforrias aos cativos mais velhos e doentes, pois representavam mais gastos do que lucro. Razões que teriam estimulado as organizações emancipacionistas a concentrarem seus esforços na libertação dos cativos mais jovens.

Depois do critério de idade, a preferência da sociedade Onze de Agosto era pela libertação das mulheres escravas. Tal opção era favorecida pelo preço das cativas, menor em relação ao dos homens¹⁵³. Ao longo de todo o século XIX, as mulheres receberam mais cartas de alforria, que os escravos do sexo masculino.¹⁵⁴ Além disso, a libertação das escravas tinha um sentido simbólico, pois, ao alforriar uma cativa em idade produtiva, de certa forma, atingia-se a raiz da instituição escravista.

As lojas Piratininga e Amizade, assim como a sociedade Onze de Agosto, optaram pela libertação de escravos do sexo feminino. Em 1854, as lojas concederam carta de alforria à cativa Gertrudes, que curiosamente não trazia o valor no documento. Segue abaixo a carta de alforria da cativa:

Constando aos abaixo assignados, que Gertrudes, escrava de D. Antonio Eufrozina Lepa, promoveu uma subscrição para a liberdade, e que já bem realizados dous terços da quantia necessária em poder de um Irmão de G.Muit. Augusta. e Resp: Loja Amisade, e sendo que a liberdade tem sido sempre, de todos o verdadeiro moço, os abaixo assignados propeem que esta muito Augusta. e Resp. Affc. Resolva:
Art. Único: “Fica o Sr. tres: authorisado a dispender para a liberdade de Gertrudes, escrava de D. Antonia Eufrosina Lefsa, a quantia de R\$...[...] Aug. e Resp. Loja Amisade, que se acha incumbida de semelhante arranjar Os abaixo assignados, se reservarão para darem vocalmente as valiozas razões que os lesarão a apresentar a presente proposta; e confião na liberdade, e benignidade desta affc: que com um pequeno sacrificio, fará um grande serviço a causa da liberdade.¹⁵⁵

¹⁵² MATTOSO, Katia Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Op.cit. p.54.

¹⁵³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2ªEd. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹⁵⁴ MATTOSO, Katia Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Op.cit. p.183.

¹⁵⁵ Arquivo da Sociedade Maçonica Piratininga: Doc-3. Loja Maçonica Piratininga (São Paulo) Subscrição para a compra da liberdade da escrava Gertrudes 1854. Assinatura: José Luis [?] Pinto, Brigadeiro Gomes da Paixão.

A loja Piratininga provavelmente optou por alforriar escravo do sexo feminino, sobretudo, porque seu preço era menor e frequentemente a organização esteve envolvida em crises financeiras no período. Embora tenha sido encontrada apenas uma cópia da carta de alforria, no arquivo da loja maçônica, não significa que a supracitada tenha sido a única.

De acordo com José Castellani, a “(...) Piratininga não descuidava de suas obras assistenciais, inclusive, em benefício de escravos, embora em ritmo menos acentuado do que em seus primeiros tempos.”¹⁵⁶ A prática comum a todas as lojas maçônicas de conceder cartas de alforrias aos escravos em datas comemorativas¹⁵⁷ reforçava a hipótese de que a loja Piratininga tenha alforriado outros cativos, assim como fez a América, que, na comemoração de seu segundo ano de existência, chegou a conceder vinte cartas de alforrias, de uma só vez.¹⁵⁸

2.1. O ventre e as mulheres cativas

A historiografia renovada sobre família escrava no Brasil foi impulsionada por nomes como Robert Slenes,¹⁵⁹ que dedicou seus estudos principalmente a compreender o funcionamento da família escrava, presente em médias e grandes propriedades, o que deixava um pouco de lado as famílias compostas por cativos na cidade.

Como apontou Enidelce Bertin, havia uma série de empecilhos ao estudo da família escrava nas cidades. Em pesquisa sobre alforrias em São Paulo, a autora constatou que, na sociedade paulistana, a maioria das cartas de alforria não informava a verdadeira situação civil dos cativos. Muitos dos casamentos entre os cativos não eram sacramentados e, por isso, não eram reconhecidos por seus senhores.¹⁶⁰

¹⁵⁶ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.50.

¹⁵⁷ De acordo com Frederico Guilherme Costa e Marco Morel um dos principais entraves ao estudo da maçonaria no Brasil era justamente a escassez de documentos. A maioria das lojas maçônicas não preservou seu acervo, sobretudo, dos primeiros anos, desta forma, não é possível precisar o número exato de cartas de alforrias concedidas.

¹⁵⁸ Correio Paulistano, 11 de novembro de 1870.

¹⁵⁹ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁶⁰ BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX**. Op.cit. p.155.

Além disso, predominava na cidade a pequena posse de cativos, portanto, o que se observava era a existência de famílias formadas essencialmente por cativas solteiras e seus filhos. O estudo de Maria Odila da Silva Dias, em *Quotidiano e poder* evidenciou o cotidiano dessas mulheres na cidade de São Paulo, sobretudo, das quitandeiras.

A taxa de reprodução das mulheres cativas era muito baixa, em decorrência da má alimentação e a falta de cuidados com as escravas após o parto. Poucas semanas após dar à luz, a cativa retornava à rotina puxada. Além disso, a taxa de mortalidade infantil era muito alta e havia também situações em que as próprias cativas promoviam ou procuravam quem as ajudasse a efetuar o aborto, numa tentativa desesperada de protesto contra o cativo.¹⁶¹

Alguns projetos em direção à melhoria das condições de vida dos escravos foram apresentados. O primeiro deles teria sido elaborado ainda em 1847, por Caetano Alberto Soares e exposto em sessão magna no Instituto dos Advogados no Rio de Janeiro, em 7 de setembro. O documento, *Melhoramentos da sorte dos escravos no Brasil*, foi reimpresso em 1862¹⁶², mesmo ano em que foi proposto e aprovado no Senado o projeto de Silveira Mota, que previa a proibição da venda de escravos em leilões públicos e determinava que não se separassem os cônjuges escravos bem como cativos menores de 21 anos de suas mães.¹⁶³

Se o ventre da cativa, depois da Lei Eusébio de Queirós, transformou-se em símbolo da manutenção da escravidão para os escravistas, aos olhos dos emancipacionistas simbolizava um caminho possível para pôr fim, ainda que lentamente, à instituição escravista, já que vigorava o princípio de que o filho de um escravo do sexo masculino com uma liberta nascia livre. Todavia, em situação contrária, o nascituro era cativo, assim, “O filho da mulher escrava vinha ao mundo numa escravidão legal” e, na prática, a criança tinha pai pater incertus, mater certa.¹⁶⁴

Sensível a esse caminho, a alforria das mulheres escravas foi priorizada pelas sociedades antiescravistas, influenciadas também pela diminuição no preço das cativas. A Onze de Agosto foi uma delas. A organização dava preferência à libertação das cativas e, nos casos em que estas estivessem criando seus filhos, estes também seriam beneficiados com

¹⁶¹ MOTT, Maria Lúcia. **Ser mãe**: a escrava em face do aborto e do infanticídio. In: Revista de História/USP, nº 120, jan/jul, 1989.p.85-96.

¹⁶² MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio jurídico histórico-social. Rio de Janeiro: Vozes, 1866. Vol. I.

¹⁶³ MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil**. Op.cit. p.67.

¹⁶⁴ MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil**. Op.cit. p. 57.

carta de alforria. Com essa medida, a sociedade emancipacionista assegurava que os filhos das cativas permanecessem na companhia de suas respectivas genitoras.

Situações em que mãe e filho eram mantidos juntos pelo proprietário eram cenas raras, pois em geral as cativas que possuíam filhos não sabiam do paradeiro certo de sua prole. Poucas escravas que criavam seus filhos tiveram o privilégio de conseguir alcançar a liberdade no mesmo momento que seus filhos. A única forma de ficar próxima da prole era durante a amamentação, de zero a três anos de idade,¹⁶⁵ caso o proprietário não a transformasse em ama de leite.¹⁶⁶

Havia casos de cativas libertas com filhos cativos, que tentaram de diferentes formas, reunir o valor correspondente ao da carta de alforria, por intermédio de apadrinhamento, ajuda de parentes, cônjuges¹⁶⁷, trabalhando ou com a ajuda de sociedades emancipacionistas. As dificuldades enfrentadas pelas cativas não paravam por aí, era preciso, além de acumular o montante correspondente ao valor da carta de alforria, contar com a boa vontade do senhor em aceitar a negociação, ou procurar apoio de alguma organização emancipacionista, como mostra o trecho abaixo:

Manumissão de liberdade

Foram manumetidos em sua liberdade, por setença do meretíssimo Sr. dr. Juiz municipal desta cidade, a parda Helena e seus 5 filhos menores – Alfredo, Elisa, Laura Adelaide e Florisa, que pertenciam ao expolio de negociante prussiano Jacob Michelis, ha poucos dias finado, e como taes haviam sido arrolados pelo juízo de ausentes.

A manutenção foi requerida e ventilada em juízo pelo sr. Luiz Gama, que, como pessoas, acha-se comissionado pela loja maçônica America, de proteger perante os tribunaes causas daquella ordem.

É mais um titulo que realça os nobres e ferventes exforços daquella Officina.¹⁶⁸

Mesmo a figura da mãe era rara, pois muitas genitoras tinham paradeiro ignorado por serem vendidas diversas vezes ou porque morriam jovens, sendo grande o número de

¹⁶⁵ MATTOSO, Katia Queirós. **O filho da escrava em torno da Lei do Ventre Livre**. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero. vol. 8 nº16. p.36-55.p.48.1988.

¹⁶⁶ MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Ser mãe**: a escrava em face do aborto e do infanticídio. In: *Revista de História*. nº120, jan/jul. 1989. p. 85-96. p.87. 1989.

¹⁶⁷ Em estudo Maria Cristina Cortez Wissenbach constato a relação de casais formados por mulheres cativas e libertos na cidade de São Paulo.

¹⁶⁸ Correio Paulistano 15 de fevereiro de 1870.

crianças, cuja filiação era declarada como desconhecida.¹⁶⁹ Desta forma, as crianças escravas contavam normalmente com o apoio e a proteção de outros cativos, que, na maioria das vezes, não possuía nenhum qualquer grau de parentesco;

[...] o filho da escrava é uma criança cuja mãe biológica é frequentemente ausente, e que é criada sem referências parentais seguras: da mesma forma que todos os homens da comunidade podem simbolizar o papel de pai ausente, a comunidade feminina pode também simbolizar a mãe ausente, [...].¹⁷⁰

O universo da escravidão transformava as crianças nas peças mais frágeis do sistema.

2.2. Beco sem saída: o destino das crianças alforriadas pelas sociedades emancipacionistas.

A loja América investiu pesado na alforria de crianças do sexo feminino menores de sete anos, bem como as sociedades Fraternização Primeira e a Redentora, ambas voltadas exclusivamente para este fim e não por acaso, já que as duas mantinham ligação direta com a América.

A sociedade Fraternização, que, entre 1864 e 1869, priorizou a alforria dos cativos adultos, a partir de 1870 passou a libertar somente as crianças cativas. A mudança foi resultado da aproximação da Fraternização à loja América, que lhe ofereceu apoio financeiro, colaborando também com a criação do novo estatuto. O documento informava que a Fraternização libertaria apenas as crianças cativas e passaria a ser chamada de Fraternização Primeira. Em 1870, a Fraternização Primeira passou a conceder cartas de alforria e apresentou-as à sociedade paulistana, conforme o texto abaixo:

Fraternização Primeira

Esta associação emancipadora que na sessão de instalação pública, ha meses dera três cartas de liberdade, declarou na sessão de aniversário de 07 do corrente que concedera mais cinco cartas de emancipação duas das quais de crianças da capital, que estiveram presentes.

Oraram os senhores acadêmicos, João Nunes, presidente que (findou) o seu encargo e Francisco Maciel, que o substituiu.

¹⁶⁹ MATTOSO, Kátia Queirós. **O filho da escrava em torno da Lei do Ventre Livre**. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, n16. vol.8. Op.cit.45. 1988

¹⁷⁰ MATTOSO, Kátia Queirós. **O filho da escrava em torno da Lei do Ventre Livre**. Op.cit. p.48.

Orou a proposta da entrega das cartas o acadêmico Sr. João Monteiro e cumprimentou os sócios que retiraram-se o Sr. Alfredo Brandão também acadêmico. A loja América fez-se (representar) por uma comissão da qual foi orador o Sr. Luiz Ozorio. Em nome da loja Sete de Setembro orou o Sr. Ferreira Nobre. Os Srs. (Itaberê) e Matarazzo agradeceram os diplomas que haviam (recebido), o ultimo em seu nome e em nome de outros colegas. O presidente Sr. Maciel participou (haver) mais três crianças libertadas cujas cartas não eram lidas por dependerem de decisão judicial que devia dar-se em poucos dias.¹⁷¹

Assim como a Fraternização Primeira, a Redentora também alforriou apenas as crianças cativas.

[...] Deliberou-se as alforrias: Maria de 3 annos, escrava da sra. D. Eulalia Fausta da Silva, pela quantia de 300\$00 réis. Um escravo, de 3 annos, do Sr. dr. Rafael Tobias de Aguiar, por 200\$00, cuja quantia será recolhido ao cofre de orphãos para ser entregue ao alforriado quando completar sua maioridade, conforme as clausulas afferidas por sua digna esposa a ex. Sr. d. Anna Canddida Gomes de Aguiar quando entrou para sócio.¹⁷²

A criação de um fundo destinado ao futuro das crianças cativas indica que a organização Redentora estava preocupada em oferecer condições de rápida incorporação dessas crianças após a maioridade.

A preferência das sociedades emancipacionistas paulistanas pela alforria das crianças cativas do sexo feminino, sobretudo nos últimos anos da década de 1860, podia ser justificada por serem elas as responsáveis pela manutenção do sistema escravista, já que seus filhos nasciam cativos. Era este um recurso que previa diminuir a população cativa a longuíssimo prazo. Outros elementos também podiam explicar esta opção, como a queda do preço das crianças escravas. O valor da criança cativa, nesse momento, era menor do que o das mulheres escravas.¹⁷³

Além disso, as crianças cativas até os sete anos de idade eram consideradas improdutivas, o que as tornava menos atraentes para o mercado. Em fase de formação – zero a sete anos de idade - as crianças não podiam desempenhar atividades econômicas, mas, quando atingiam a idade de sete ou oito anos, realizavam pequenos trabalhos. Nas cidades, os menores exerciam as funções de engraxates e de moleques de recado e, nos sítios e fazendas,

¹⁷¹ Correio Paulistano 11 de setembro de 1870.

¹⁷² Correio Paulistano, 29 de novembro de 1870.

¹⁷³ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**. Op.cit.p.40.

pequenos serviços, pois, desta forma, compensavam as despesas que davam aos seus senhores.¹⁷⁴

Tal princípio tinha, sobretudo, fundamentação religiosa. De acordo com a Igreja Católica, antes dos sete anos de idade, as crianças eram consideradas puras e ingênuas, e somente depois dessa fase, “idade da razão”¹⁷⁵, a criança ganhava consciência e responsabilidade.

Essas percepções podem justificar a presença das crianças cativas entre seus senhores, até pelo menos os sete anos de idade. Essas crianças conquistavam facilmente o afeto e a atenção dos senhores.¹⁷⁶ O menor tinha trânsito livre na casa do senhor e parecia que tal relação ainda não implicava na submissão da criança ao seu proprietário.

Em passagem pelo Brasil, o viajante Jean Debret retratou em diversas gravuras o cotidiano da sociedade escravista e, entre as imagens registradas, destaca-se o quadro *Jantar no Brasil*, que cristalizou as relações paradoxais entre o senhor e a escravaria doméstica. Na gravura acima, o pintor retrata uma cena cotidiana, na qual um casal de senhores de escravos é acompanhado por duas crianças cativas - menores de sete anos - que rodeavam a mesa do jantar.



Ilustração 2: *O jantar* pintura de Jean Debret encontrada em seu livro *Viagem Pitoresca da História do Brasil*. As pinturas foram publicadas pela primeira vez em 1834.¹⁷⁷

¹⁷⁴ DAVID, Alessandra. **Tutores e tutelados**: a infância desvalida em Franca (1850-1888). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Departamento de História: Programa de pós-graduação em História Social, UNESP, 1997. P. 60.

¹⁷⁵ MATTOSO, Katia Mattoso. **O filho da escrava em torno da Lei do Ventre Livre**. Op.cit.p.55.

¹⁷⁶ BELLINI, Ligia. **Por amor e por interesse**: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: Reis, João José. *Escravidão e invenção da liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo:Brasiliense, 1988.

¹⁷⁷ DEBRET, Jean. **Viagem Pitoresca da História di Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo:EDUSP, 1978.

A relação entre os senhores e as crianças cativas, que até os sete anos de idade se caracterizava pela pureza e ingenuidade, era radicalmente modificada com o ingresso da criança no universo da escravidão, passando esta a simbolizar todos os vícios próprios da condição de cativo: a promiscuidade e a violência. Além disso, depois dos sete anos, as crianças cativas tomavam consciência de sua casta e, em muitos casos, revoltavam-se contra seus senhores.¹⁷⁸

Sobre a crença na pureza das crianças cativas menores de sete anos, Maria Lucia de Barros Mott discorre:

A crença na inocência da infância parece ter refletido na maneira de alguns proprietários tratarem as crianças escravas. Determinadas promessas feitas por adultos, por exemplo, acreditava-se que só teriam valor se realizadas por crianças. Também eram elas que deveriam – pela suposta pureza – carregar determinados objetos utilizados nos cultos religiosos.¹⁷⁹

Esses pressupostos levaram as sociedades emancipacionistas, sobretudo, nos últimos anos da década de 1860, a priorizarem a libertação de crianças menores de sete anos. Havia uma espécie de crença das organizações antiescravistas de que podiam impedir o ritual de iniciação das crianças no universo escravista.

Entretanto a tentativa das sociedades emancipacionistas de preservarem a integridade moral e física das crianças cativas foi frustrada, pois, ainda que os menores de sete anos fossem libertados, acabavam vítimas do Juizado de Órfãos.

A vida do menor em liberdade podia ser igual ou pior que a vida em cativeiro. Entre as cartas de alforria concedidas, as relativas à libertação das crianças eram as mais trabalhosas, pois não se resolviam em âmbito privado, prescindindo de intervenção do Estado. As crianças libertadas antes da sanção da lei do Ventre Livre, ainda que suas mães fossem escravas do mesmo dono, não tinham autorização para permanecerem junto delas. Os menores alforriados eram imediatamente encaminhados aos Juízes de Órfãos, pois, do ponto de vista jurídico, a criança não tinha vontade própria.

O órgão desempenhava o papel de acolher os menores desvalidos, as crianças pobres livres abandonadas pelas famílias que não tinham condições de criá-las, viúvas, crianças forras e cativas, até mesmo as crianças ricas. As crianças escravas cujos senhores faleciam

¹⁷⁸ MATTOSO, Katia Mattoso. **O filho da escrava em torno da Lei do Ventre Livre**. Op.cit. p52

¹⁷⁹ MOTT, Maria Lúcia. **Ser mãe**. Op.cit. p.90.

também eram enviadas para as instituições de amparo, mas rapidamente sua tutela era solicitada por parentes ou pessoas próximas ao proprietário falecido, como demonstra a situação abaixo:

Requerente Eugydio Antonio da Silva solicita a tutela de duas crianças – Rita e Maria – filhas da africana Joana: Diz Eugydio Antonio da Silva desta capital que havendo lhe sido deixado pela falecida Dona Catharina Maria Barbosa os serviços de creada africana de nome Joana, foram-lhe igualmente recomendadas pela mesma falecida as duas filhas desta de nome Rita de idade de 8 anos e Maria de 5. Como venceu o tempo de serviço [...] a preta tirou igualmente da vontade do mesmo as duas filhas [...] Vem requerer não só por humanidade e para o bem das duas raparigas como para cumprir a última vontade da falecida [...] O suplicante quer que se designe a nomear-lhe tutor das mesmas raparigas [...].¹⁸⁰

O Juizado de Órfãos cuidava para que nenhuma criança ficasse desamparada, evitando assim que elas perambulassem pelas ruas da cidade, já que as autoridades consideravam os menores criminosos em potencial. O órgão deveria assegurar que esses órfãos fossem alimentados, vestidos e educados, das primeiras letras a uma profissão, para a qual tivessem inclinação.¹⁸¹

Logo o alto custo gasto com este contingente levaria o Estado a criar mecanismos para reduzir tais despesas. Era criado assim o sistema de tutelamento, no qual o governo transferia o problema para o plano privado, evitando, portanto, o abandono completo do menor.

O Juizado de Órfãos ampliou as possibilidades de tutelamento, sobretudo depois de 1842, quando o órgão aboliu definitivamente o pagamento da taxa obrigatória que o tutor tinha que realizar para obter autorização do juiz para tutelar uma criança. Coincidentemente, tal medida foi efetuada justamente no período em que houve aumento significativo de crianças forras, pobres livres e cativas encaminhadas ao Juizado de Órfãos.¹⁸²

Até as primeiras décadas do século XIX, o Juizado de Órfãos esteve incumbido de dar assistência às crianças ricas órfãos, temporariamente incapacitadas de administrar sua

¹⁸⁰ Arquivo do Estado de São Paulo. Juizado de Órfãos de São Paulo. 1849. Ordem CO5354.

¹⁸¹ DAVID, Alessandra. **Tutores e tutelados**. Op.cit. p.25.

¹⁸² Em consequência destas mudanças o Juizado de Órfãos assumiu mais responsabilidades, passando também a cuidar do processo de alforriamento dos africanos livres. Muitos africanos livres que haviam chegado no Brasil depois da lei de 1831 e que haviam trabalho para o governo procuravam o Juizado de menores para que sua liberdade fosse reconhecida.

herança, essas permaneciam nas instituições de amparo até a maioridade, 21 anos, caso nenhum tutor se apresentasse perante o Juiz solicitando sua guarda.

O aumento das crianças pobres livres, libertas e cativas e o fim da taxa a ser paga pelo tutor, estimulou os pedidos por tutela a partir da década de 1850. Esses tutores viam no órfão uma forma barata de obter força de trabalho, principalmente porque a oferta de cativos havia diminuído substancialmente, e os disponíveis no mercado eram muito caros, sobretudo, após a sanção da Lei Eusébio de Queirós.

No documento abaixo, o tutor solicita a devolução do tutelado, por discordar da conduta do menor:

[...] que tendo aceito o Órfão José Corrêa para educar e ao mesmo tempo servir-se delle em pequenos trabalhos de sua caza e de seo armasem, e tendo descoberto nelle hum muito indigno vicio o de furtar, achando-se a somma de oito mil réis de baixo da esteia de sua cama, pede a V. Ex. que se digne de o tirar de minha caza e o enviar ao Instituto dos Órfãos de Santa Anna.¹⁸³

Não havia uma relação de afeto e proximidade entre o tutor e seu protegido, pelo contrário, na situação transcrita acima, o tutor assumia que seu único interesse era os serviços prestados pelo menor e, para minimizar a ideia de exploração, recorria aos termos “pequenos trabalhos.”

Os órfãos menores de sete anos não tinham autorização para trabalhar e, por essa razão, eram menos procurados por tutores. Para solucionar esta questão, os juízes de órfãos recorriam às Ordenações e Leis do Reino de Portugal, organismo que desempenhou função semelhante ao Juizado de Órfãos no século XVIII. O documento determinava que “os indivíduos que criassem gratuitamente órfãos menores de sete anos não pagariam soldada. Em razão da criação gratuita, poderiam servir-se dos órfãos por mais sete anos, sem o pagamento de estipêndio algum”.¹⁸⁴

Em suma, o Juizado de Órfãos assegurava aos tutores que as crianças menores de sete anos poderiam ser exploradas como lhes fosse mais conveniente, permitindo-lhes ainda isenção de pagamento de soldada quando necessário.¹⁸⁵

¹⁸³ Arquivo do Estado de São Paulo. O juizado de Órfãos de São Paulo. 1848. Ordem CO5358.

¹⁸⁴ Ordenações e Leis do Reino de Portugal, Recopilados per mandado Del Rei D. Felipe O primeiro, Tomo I, Título LXXXVIII, Décima Edição, segundo a de Coimbra de 1824, Coimbra, 1833. apud. DAVID, Alessandra. **Tutores e tutelados**. Op.cit.75.

¹⁸⁵ A soldada era um valor em dinheiro que deveria ser paga pelos tutores aos tutelados, quando atingiam os 16 anos de idade.

Em muitas circunstâncias, o Juizado de Órfãos legislou em benefício dos tutores, legitimando inclusive a violência contra os menores. Uma série de documentos referentes a processos encaminhados ao Juizado de Órfãos, em nome dos tutelados, indicava que estes eram vítimas frequentes de algum tipo de abuso, como maus tratos, sedução, exploração e abuso sexual, o que explica, portanto, a alta incidência de fugas de menores da casa de seus tutores.¹⁸⁶Muitas das formas de violência dirigidas aos tutelados eram legitimadas pelos próprios Juízes, que aprovavam a prática de castigos e punições contra os tutelados.¹⁸⁷

O destino da criança escrava não passou por melhoras efetivas após a Lei do Ventre Livre. Mesmo que nascesse livre, o menor ainda assim ficaria submetido aos caprichos do proprietário de sua mãe, pois cabia exclusivamente ao senhor decidir se o infante ficaria sob seus cuidados até os oito anos de idade – isso significava alimentar, vestir e educar – ou se preferia ser ressarcido pelo Estado e receber o valor de 600\$000 réis. Caso optasse pela indenização, a criança ficaria sob a jurisdição do Juizado de Órfãos e seria imediatamente encaminhada a uma instituição de caridade, onde permaneceria até a maioridade.

Se por um lado as sociedades emancipacionistas se empenhavam em angariar fundos para libertar as crianças cativas, por outro o Juizado de Órfãos promovia uma espécie de “reescravização” desses menores.

Ainda que as sociedades emancipacionistas se tivessem ocupado do destino das crianças menores de sete anos, de fato pouco podiam fazer para beneficiá-las. Supõe-se que as meninas tenham tido um pouco mais de sorte que os meninos cativos, já que a alforria delas foi priorizada pelas sociedades emancipacionistas.

Após o processo de alforriamento, as meninas libertas eram encaminhadas para instituições de caridade e lá permaneciam até que algum tutor as adotasse. A tendência era a de que os menores do sexo feminino não fossem escolhidos pelos tutores. As meninas eram menos atraentes para eles do ponto de vista econômico. Os tutores preferiam adotar os meninos, que podiam exercer muito mais ofícios que elas. Estas desempenhavam basicamente as atividades domésticas e aprendiam, de modo geral, o ofício de corte e costura. As meninas, em sua maioria acabavam ficando mais tempo nas instituições de caridade, mas eram menos exploradas.¹⁸⁸

¹⁸⁶ DAVID, Alessandra. **Tutores e tutelados**. Op.cit. p.68.

¹⁸⁷ DAVID, Alessandra. **Tutores e tutelados**. Op.cit. p.69.

¹⁸⁸ DAVID, Alessandra. **Tutores e tutelados**. Op.cit. p.110.

A loja América, embora tivesse alforriado muitos cativos adultos de ambos os sexos, de fato empenhou-se em promover a libertação das crianças cativas do sexo feminino.

Em abril de 1870, em nome da América, o maçom Rui Barbosa, com o apoio de Luiz Gama, enviou um projeto para o Grande Oriente dos Beneditinos, determinando que não apenas se alforriassem crianças cativas de outros senhores, mas também os menores de propriedade dos sócios da loja. Seguem abaixo os trechos principais do documento:

[...] Art. 3º Todas as Lojas maçônicas sujeitas ao Grande Oriente Brasileiro, assim presentes como futuras, ficam obrigadas a abrir, no orçamento de suas despesas, uma verba especial reservada ao alforriamento de crianças escravas.

§ primeiro – Esta verba será proporcional à soma total da receita de cada Loja, de maneira que seja sempre um quinto da receita total.

§ segundo – Este termo proporcional será applicado invariavelmente a todas as Lojas.[...]

Art. 5º Nenhum indivíduo poderá mais obter o título e os privilégios de legítimo Maçom, sem que primeiramente, antes de receber a iniciação, declare livres todas as crianças do sexo feminino que dahi em diante lhe possam provir de escrava sua. § único – Essa declaração será escripta e assygnada pelo respectivo neophito e por testemunhos idôneas, escolhidas dentre os maçons presentes em numero bastante para que venha a produzir os effectos legais.

Art. 6º Todos aquelles que já se acham iniciados em qualquer Officina maçônica do Brasil ficam igualmente obrigados, logo que for promulgada esta lei, a lavrar um compromisso em que declare livres todas as crianças do sexo feminino, filhas de escrava sua, que possam vir à luz desse momento diante.[...]

Art. 8º Se qualquer individuo reccusar-se a fazer a declaração referida nos artigos 5º e 6º, se ainda não for maçom não poderá nunca ser iniciado, e se já o for ficará ipso facto coberto por toda a Maçonaria brasileira, sendo a respectiva Loja obrigada a communicar essa ocorrência ao Grande Oriente e ás Officinas mais próximas ou áquelas que forem situadas em qualquer lugar para onde tenha de seguir o maçom suspenso.

Art. 10 – No caso figurado pelo artigo antecedente, cumpre á respectiva Offina, escolher sem demora, pessoa competente que processe o criminoso perante os tribunaes civis, servindo-se do compromisso por elle escripto e assygnado, afim de obter a sentença de liberdade em favor das crianças mantidas em injusto captiveiro.

Art. 12º Todas estas disposições, cuja applicação á Maçonaria brasileira depende ainda da resolução do Grande Oriente, começam a vigorar desde hoje, como lei positiva, no seio da Loja América.¹⁸⁹

O documento atingiria não somente os maçons ligados à Ordem dos Beneditinos, mas também aqueles que tinham interesse em participar do círculo maçônico. Ora, o que Rui

¹⁸⁹ CASTELLANI, José. **Os maçons e a Abolição da Escravatura**. 1º edição. Londrina, Paraná: A Trolha. 1998. p. 62-63. O documento completo escrito por Rui Barbosa segue em anexo ao final do trabalho.

Barbosa postulava com isso era nada mais do que ampliar a ação antiescravista, dentro e fora da maçonaria. Além disso, ao alforriarem seus próprios cativos, os antiescravistas teriam mais legitimidade perante a sociedade. Tal estratégia foi bem sucedida, já que a notícia se espalhou por diversas cidades e províncias, incluindo o Rio de Janeiro.

Na seqüência desse projeto, Luiz Gama propunha que os membros da América assumissem também o compromisso de alforriar o ventre de suas escravas, e tal exigência deveria ser estendida aos novos maçons.¹⁹⁰ Embora não haja informações de que esses projetos tenham sido aprovados pelo Oriente dos Beneditinos; sabe-se que ele provocou a saída do venerável da loja Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e, ao mesmo tempo chamou a atenção da sociedade para o tema da escravidão na cidade e em outras localidades. De acordo com o documento proposto ficava estabelecido que independentemente da decisão do Oriente dos Beneditinos em aprovar ou não o projeto a América faria valer o plano em sua loja, alforriando as crianças menores de sete anos do sexo feminino.

A origem e a cor da pele dos cativos também estavam entre os critérios de alforriamento. A Onze de Agosto priorizava a alforria dos cativos de pele mais clara, que tivessem nascido no Brasil. No parágrafo 7º do artigo 38º, a organização decretava: “sempre os escravos de cor serão libertos de preferência aos pretos – os nascidos no Brazil aos estrangeiros”.¹⁹¹

Havia certa resistência da Onze de Agosto em alforriar cativos de origem africana. As razões estavam assentadas no fato de que os crioulos, escravos nascidos no Brasil, se identificavam mais com seus senhores, uma vez que falavam português e tinham menos ligações com as tradições religiosas de origem africana, um dos elementos tido como o responsável pela insubmissão dos grupos africanos.¹⁹²

De acordo com os estudos de João José Reis sobre rebeliões escravas, o envolvimento de africanos de diversas etnias, em movimentos insurrecionais era superior ao de crioulos. O problema com revoltas de escravos africanos era constante nas primeiras décadas do século XIX, sobretudo na Bahia. A ideia de que os africanos eram indisciplinados teve origem nesse contexto. Tal ideia foi predominante, sobretudo durante a primeira metade

¹⁹⁰ CAMARA, Nelson. **O advogado dos escravos**. Op.cit. p.70.

¹⁹¹ Correio Paulistano, 18 de novembro de 1857.

¹⁹² SLENES, Robert. **Malungu, ngoma vem!**: África coberta e descoberta no Brasil. In: *Revista USP*. São Paulo. nº 12, pp.48-67, dez, 1991. Jan/fev. 1992.

do século XIX e foi perdendo força a partir de então, em consequência do fim do tráfico internacional de escravos.

O medo causado pela presença africana era tamanho que alguns projetos foram articulados com a intenção de varrer esse grupo do país. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, havia “indícios conclusivos de que uma corrente de opinião nas camadas dominantes durante a primeira metade do século XIX pensava seriamente na deportação maciça da população negra.”¹⁹³ O governo brasileiro havia até cogitado da possibilidade de fundar uma colônia na África para onde seriam enviados os libertos africanos, sendo Angola o país provavelmente escolhido para este empreendimento, não fosse a falta de dinheiro do Estado.¹⁹⁴

Tais percepções influenciaram os emancipacionistas da Onze de Agosto, que embora desejassem por fim à instituição escravista, temiam que os escravos africanos, após a libertação, liderassem e subvertissem a ordem estabelecida. Já a América não temia os africanos, Luiz Gama e Américo de Campos garantiram a libertação de diversos africanos, ilegalmente escravizados.

Supõe-se, portanto, que nos últimos anos da década de 1860, o temor representado pela figura do africano tenha diminuído, sobretudo, após o fim do tráfico internacional de africanos. Reduzida a presença do escravo africano, diminuía-se o temor a eles. A sociedade Onze de Agosto, cujo estatuto é de 1857, foi mais fortemente influenciada pela imagem negativa do escravo africano e, por esta razão, não desejava alforriá-los.

Mesmo que os africanos não representassem uma ameaça iminente nos anos finais da década de 1860, ainda assim havia resistência a sua presença em diversos espaços sociais e, por isso, muitos viveram em condições precárias, que em muitos aspectos se assemelhava ao cotidiano dos cativos.

A participação do africano liberto como cidadão era restrita, não podiam ingressar na ordem religiosa, assumir cargo de delegado ou subdelegado, nem mesmo ocupar função no alto funcionalismo público. Já os libertos nascidos no Brasil podiam participar das eleições primárias, assim como lhe era permitido o ingresso na Marinha e na Guarda Nacional. Os

¹⁹³ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros, escravos, libertos e sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.85.

¹⁹⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros, escravos, libertos e sua volta à África**. Op.cit. p.100.

libertos africanos tinham espaços sociais de circulação mais restritos. Isso porque, além de serem ex-escravos, semicidadãos, os libertos africanos eram estrangeiros.¹⁹⁵

Os forros africanos, por serem estrangeiros, sofriam dupla discriminação, primeiro porque não contavam com a proteção das leis brasileiras e, segundo, porque não tinham o apoio dos locais de origem.

Os forros estrangeiros, de acordo com a Lei de 1835, estavam proibidos de obterem bens de raiz e, assim como os cativos, os libertos africanos não podiam alugar casas, a não ser com autorização especial do juiz.¹⁹⁶ Os libertos africanos uma vez por ano tinham que tirar o título de residência, documento lançado apenas se estes tivessem quitado devidamente o imposto no valor de dez mil-réis de acordo com a Lei de 1842.¹⁹⁷

Muitos africanos forros, após conquistarem a liberdade, deslocavam-se para a cidade em busca de melhores condições de vida, e acabavam se tornando alvo permanente das autoridades policiais,

[...] para encorajar mais ainda o retorno à África, e reavivar o sentimento de insegurança na população, a polícia, em 1853, fazia buscas contínuas, sob a alegação de conspirações, nas casas de libertos nagôs e minas, e enchia as prisões de libertos africanos.¹⁹⁸

A vida de um liberto em muitos aspectos se assemelhava à vida do cativo de ganho ou de aluguel, que vivia na cidade. O forro acabava desempenhando as mesmas atividades que os cativos, as mulheres forras, por exemplo, continuavam trabalhando como quitandeiras e lavadeiras¹⁹⁹, enquanto os homens disputavam com os cativos os empregos temporários; havia ainda os libertos que garantiam o próprio sustento com a prática de curandeirismo.

As condições de moradia também eram comuns: sem endereço definido, os libertos compartilhavam os mesmos espaços com os cativos. Viviam em moradias precárias e improvisadas, onde habitavam várias famílias. A relação de proximidade entre eles era intensa e os casos de escravos amancebados com libertos eram frequentes.

¹⁹⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros, escravos, libertos e sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.85.

¹⁹⁶ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros, escravos, libertos e sua volta à África**. Op.cit. p.86.

¹⁹⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros, escravos, libertos e sua volta à África**. Op.cit. p.77.

¹⁹⁸ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros, escravos, libertos e sua volta à África**. Op.cit. p.80.

¹⁹⁹ DIAS, Maria Odila da Silva. **Cotidiano e poder**. Op.cit.p.76.

Wissenbach observou que havia concentração de libertos e cativos nas imediações da cidade de São Paulo: Estrada de Santo Amaro, bairro do Coaguaçu ou altos do Coaguaçu, Alto do Lavapés e em alguns pontos da região da Sé.²⁰⁰ Ou seja, os cativos e libertos que trabalhavam na cidade acabavam fixando residência em áreas distantes do centro da cidade, consequência da política de higienização, vigente na cidade.²⁰¹

Da mesma forma que a origem do cativo era levada em consideração no processo de alforria, a cor da pele também era ponto de discussão no interior das organizações antiescravista paulistanas.

É difícil precisar a cor real dos cativos, como bem colocou Enidelce Bertin, em estudo sobre alforrias na cidade de São Paulo. Havia diferentes denominações dadas pelos senhores a seus cativos nas cartas de alforria, entre elas preta, mulata, mulata clara, fula, cabra, branca, parda, parda escura, parda de cor, parda clara.²⁰² A variação da cor da pele dos cativos, de acordo com Peter Eisenberg, estava associada à forma como os proprietários viam os seus cativos. Quanto mais íntima fosse a relação entre senhores e cativos mais “claro” este pareceria.

Para Hebe Maria da Costa Mattos Castro,²⁰³ a cor da pele a partir de 1850 deixava de ser referendada, sobretudo em consequência do aumento do número de libertos. Segundo a autora, o desaparecimento deste item foi sistemático e, nas poucas vezes em que foi destacado vinha carregado de sentido negativo, para referir-se principalmente aos suspeitos da polícia ou de criminosos: “preto fulo”, “pardo sicrano”.²⁰⁴

Ainda que a questão da cor da pele do cativo alforriado tenha gerado controvérsias entre os pesquisadores citados acima, as fontes deixadas pelos antiescravistas da Onze de Agosto e da Redentora indicavam que a cor da pele do cativo era uma variante importante a ser considerada no processo de alforriamento. Esses antiescravistas eram categóricos quanto a preferência por alforriar os cativos mais claros. A Onze de Agosto deixou explícito tal

²⁰⁰ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo: Hucitec/ História Social USP, 1998. p.56.

²⁰¹ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Op.cit.p.64.

²⁰² BERTIN, Enidelce. **Alforrias em São Paulo**. Op.cit.p.116.

²⁰³ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

²⁰⁴ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos. **Das cores do silêncio**. Op.cit. p.108.

princípio em seu estatuto. A Redentora, durante o processo de alforriamento, admitiu também tal preferência, como se observa no trecho abaixo:

[...] faltando a quantia de setenta mil réis para realizar a alforria de uma criança de seis anos de idade, quase branca, que com sua mãe apresentou-se na sala das reuniões do club Republicano, foi ahi immediata.²⁰⁵

A cor da pele da criança cativa aparece em destaque na expressão “quase branca”, como elemento qualitativo do menor, assim como o fato de a criança ter menos de sete anos. Duas características apontadas como essenciais para que o menor gozasse de liberdade plena.

Outro aspecto considerado pelas sociedades emancipacionistas no processo de libertação dos cativos era a profissão, quesito importante para a Onze de Agosto, que priorizava a alforria dos cativos com ofícios definidos. Já a Fraternização agia diferente: libertava escravos sem ocupação e oferecia em seguida cursos de profissionalização, levando em consideração suas habilidades e inclinações profissionais.²⁰⁶ Com profissão e iniciados nas primeiras letras, esses indivíduos teriam mais chances de se integrarem na sociedade.

Por parte dos cidadãos ativos envolvidos no processo, seja como agentes econômicos (fazendeiros escravistas), seja como atores políticos, os esforços se concentraram na busca de controlar a transformação, no sentido de evitar a desorganização da produção. A imagem do caos era, sem dúvida, muito mais útil aos interesses escravistas, mas a busca de se evitar a desordem e a desagregação social eram peças importantes na argumentação emancipacionista e abolicionista. Argumentações semelhantes serviam para justificar tanto o retardamento como a aceleração do processo de libertação dos escravos.²⁰⁷

Segundo Peter Eisenberg, havia maior incidência de concessão de cartas de alforria aos escravos que desempenhavam alguma atividade urbana: vendedor ambulante, carregador de água, artesão, barbeiro, pedreiro, carpinteiro, carregador de cadeira, entre outros. Além de tratar-se de mão-de-obra qualificada, um liberto com profissão ameaçava menos a sociedade.

Visto que cada organização tinha seus próprios critérios de alforriamento, observa-se que determinados grupos de cativos foram mais beneficiados que outros. De maneira geral, as

²⁰⁵ Correio Paulistano, 22 de novembro de 1870.

²⁰⁶ AMARAL, Antonio Barreta do. **Dicionário de História de São Paulo**. Op.cit.

²⁰⁷ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.p.115.

sociedades antiescravistas alforriaram as mulheres, as crianças, os mais claros e os homens adultos crioulos com profissão.

2.3. O pacto de tolerância

As sociedades emancipacionistas embora defendessem a liberdade dos escravos, desejavam que o processo de substituição da mão-de-obra servil para a livre e imigrante ocorresse sem grandes perturbações à ordem vigente. Por essa razão, as sociedades antiescravistas se preocuparam com o destino dos forros após o cativeiro. A manutenção da ordem pública era fundamental, pois “a desordem implicava maior cautela e lentidão das medidas que iam em direção a emancipação definitiva do cativo”.²⁰⁸

Parecia haver na cidade de São Paulo uma espécie de *pacto de tolerância*. A expressão é aqui adotada, com o intuito de explicar as relações paradoxais que permearam as sociedades antiescravistas, a polícia e os escravistas. Observa-se que embora as sociedades antiescravistas fossem alvo de hostilidade, elas não foram impedidas de atuarem na cidade e em outras localidades. O artigo publicado por Américo Brasiliense traduz bem essa ideia:

Seja me licito dizer nesta ocasião que a loja América não tendo affistado da órbira legal no exercício da charidade é entretanto, desde sua fundação, alvo de injustas aggressões – filhas da má fé de alguns de seus desaffectedos e da falta de bom senso de outros, attribuido-lhe intentos condemnaveis [...] Devo porém deixar bem patente que esses meios não podem fazel-a recuar, se são manejados nesse intuito, do cumprimento de suas obrigações, e nem chamar sobre Ella a indignação geral.²⁰⁹

A fala de Américo Brasiliense indica que os antiescravistas estavam dispostos a colocar-se como grupo de oposição à escravidão e não tencionavam recuar, assim caberia aos escravistas aceitarem a presença das organizações emancipacionistas na cidade, mas isso não significava que não houvesse limites para suas ações. Estabelecia-se, portanto, uma relação de forças entre os escravistas e as organizações emancipacionistas. Tal equilíbrio estava subentendido na forma como agiram as sociedades antiescravistas e no modo como os escravistas recebiam e reagiam as ideias e práticas emancipacionistas.

²⁰⁸ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos. **Das cores do silêncio**. Op.cit. p.360.

²⁰⁹ Correio Paulistano, 10 de novembro de 1870.

Os limites para as ações antiescravistas eram claros, elas não podiam desrespeitar o direito de propriedade escrava e a ordem pública, evitando, portanto, envolver-se em fugas de cativos ou incitá-los a se rebelarem.

Tanto os escravistas como os antiescravistas concordavam que a ordem pública era inviolável, criando-se desta forma, uma atmosfera na qual os senhores não se sentiam diretamente ameaçados por tais ações, já que não havia radicalismos na fala e nas manifestações empreendidas pelas organizações antiescravistas. Entretanto, quando uma organização emancipacionista “extrapolava” os limites aceitáveis pela sociedade escravista, o mal-estar se instalava, e logo os antiescravistas vinham a público, para fazer uma espécie de retratação, como fez a loja América em diversas ocasiões:

Sei que algumas pessoas desta cidade, aproveitando caridosamente o ensejo do movimento acadêmico, mandaram dizer para a corte, e para o interior da província, que isto por aqui pezo de enormes calamidades, ardia entre desastres temerosos, e desolações horríveis, atentos por agentes da Internacional!... e que eu (que não deveria por certo, faltar a sinistra balbudia) estava capitaneando uma tremenda insurreição de escravos [...] Parece, à primeira vista, que tudo não passou de simples manejo de boatos [...] propalados por histeria de surdo, no intuito de promoverem o riso dos pernalhos de certo os ânimos joviaes muito terão folgado com estes chorilhos de mentiras estravagantes [...]

Sou Agente da Loja América em questão de manumissão, e, com o eficaz apoio dela, tenho promovido muitas ações perante os tribunais, “em favor de pessoas livres, ilegalmente mantidas em cativeiro”. A isto somente, e à promoção de subscrição filantrópicas em proveito dos que pretendem alforriar-se, tem-se limitado todo o meu empenho em prol da emancipação; nem outra há sido a nobre missão da Loja América.

Protesto sinceramente, não só para fazer calar os meus caluniadores políticos, como aos inimigos da Loja América, que não sou nem serei jamais agente ou promotor de insurreições, porque de tais desordens e conturbações sociais não poderá jamais provir o menor benefício à mísera escravatura, e muito menos ao Partido Republicano, a que pertenço, cuja missão – consiste, entre nós, em esclarecer o país. [...].²¹⁰

Sobretudo nos anos finais da década de 1860, as organizações emancipacionistas buscaram legitimar suas ações perante a sociedade escravista, realizando conferências públicas, traduzindo textos e artigos de autores franceses, americanos e ingleses, ou mesmo dialogando com antiescravistas internacionais.

Em 1867, Quentin, em artigo publicado na revista *Special Report of the Anti-Slavery Conference* preconizava que, no Brasil, o melhor era conduzir o processo de extinção da

²¹⁰ Correio Paulistano 10 de novembro de 1871.

escravidão gradualmente, por meio de medidas emancipacionistas. O abolicionista estadunidense acreditava que as ações emancipacionistas imediatistas poderiam causar impactos desastrosos num país com maioria negra e sem terra.²¹¹

O país jamais poderia suportar tal choque, o qual teria ainda, como um resultado infalível, a aglomeração de negros nas regiões despovoadas do interior, e a sua expansão ao longo dos rios e nas florestas impenetráveis, uma espécie de selvagem africano, a quem jamais se conseguiria civilizar.²¹²

Em 15 de junho de 1869, Rui Barbosa trazia a tradução do longo texto produzido por Alex de Tocqueville, que apresentava referências e indicadores positivos da abolição realizada nas colônias britânicas, apontando a melhora na educação e no “nível de moralidade”.²¹³ Segue abaixo o texto:

[...] Observa-se os fatos: até agora a abolição da escravidão nas dezenove colônias inglesas não ocasionou um levantamento sequer, não custou a vida de um só homem, conquanto nas colônias inglesas os negros sejam doze vezes mais numerosos do que os brancos. Como adverte com razão o relatório da comissão dos negócios coloniais, esta redenção de oitocentos mil escravos, ao mesmo dia e na mesma hora, não causou no espaço de dez anos o décimo das perturbações que provoca geralmente, entre os povos mais civilizados da Europa, a menor questão política que agita um pouco os espíritos, do que causou, por exemplo, a simples questão do recenseamento em França.

Não só não houve crimes contra os particulares, os delitos ordinários não aumentaram, ou, se aumentaram, foi numa proporção imperceptível, e por conseguinte podemos dizer que decresceram, visto como grande cópia das faltas que foram punidos pelo magistrado depois da abolição, teriam sido reprimidos pelo senhor, sem transparecer, durante a servidão.

[...] Hoje os próprios adversários da emancipação inglesa reconhecem pela maior parte que esta medida acarretou os resultados que acabamos de exarar, [...].²¹⁴

Com esse artigo, Rui Barbosa pretendia reduzir o medo que a sociedade escravista tinha em relação à possibilidade de extinção da instituição da escravidão. Rui Barbosa tentava elucidar, por meio de exemplos reais, que havia caminhos para uma transição pacífica da ordem escravista para a livre, evitando que houvesse qualquer abalo as instituições existentes.

²¹¹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de Azevedo. **Abolicionismo**. Op.cit.

²¹² Special Report of the Anti-Slavery Conference apud AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**. Op.ct. p. 121.

²¹³ MORAN, Emílio Federico. **Rui e a abolição**. Op.cit.p.33.

²¹⁴ Radical Paulistano 15 de junho de 1869.

Se a existência das sociedades emancipacionistas estava pautada no bom comportamento dos libertos, era, portanto, necessário que elas não os perdessem de vista. Assim era comum que alguns antiescravistas observassem de perto a movimentação da polícia.

O semanário *Cabrião*, dirigido pelo antiescravista Américo de Campo, teve como principais alvos de suas críticas a Igreja e a polícia. A força policial instituída na cidade de São Paulo não correspondia às expectativas do antiescravista. Em 1867, o periódico criticava a falta de poder de ação e organização da instituição. O semanário enfatizava a lentidão da polícia destacando três ilustrações, veja abaixo:

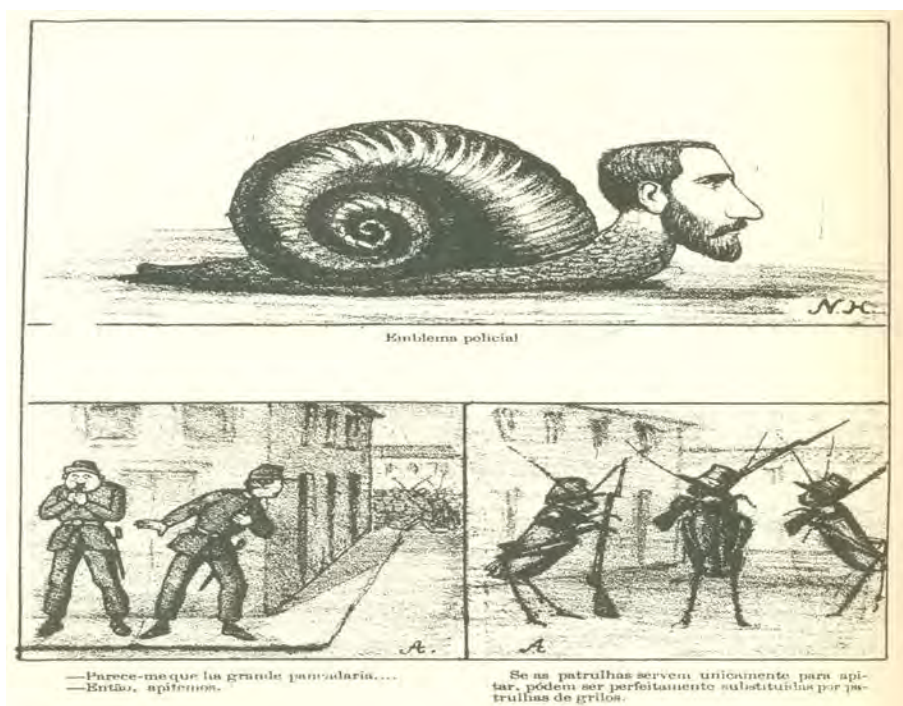


Ilustração 4: publicada no semanário Cabrião em 14 de abril de 1867.

Contudo, a mesma polícia que era criticada por esse semanário, abrigava, ao mesmo tempo, antiescravistas, entre os quais: o tenente José Delphino de Camargo, Capitão José Maria Gavião Peixoto, Capitão José Martini, Capitão José Xavier Ferreira, Coronel João Carlos Baumann, Bernardo Avelino Gavião Peixoto e Luiz Gama. Todos os nomes da lista, com exceção de Luiz Gama, compunham o quadro da loja Piratininga.

Gavião Peixoto, por exemplo, ocupou o importante cargo de Secretário de Polícia da cidade de São Paulo, nos anos de 1858 e 1859 e foi também o orador da loja

Piratininga.²¹⁵ Enquanto Luiz Gama desempenhava a função de amanuense da secretaria de polícia da cidade, onde permaneceu por doze anos, ao mesmo tempo em que foi maçom ativo na América e colaborador do periódico *Cabrião*, citado anteriormente. Ou seja, esses homens mantinham relação conflituosa com a polícia, mas isso, não os impedia de fazer parte dela.

Coincidentemente ou não, a presença dos emancipacionistas na polícia não refletiu no abrandamento da violência sofrida pelos libertos. Pelo contrário, o abuso contra esse grupo só aumentou. De acordo com Wissenbach, os documentos de polícia demonstram que a vigilância empreendida sobre os grupos excluídos ampliou-se, a partir da segunda metade do século XIX:

Mesmo sub-representada, a participação dos réus negros na documentação tendeu a aumentar, denotando, em amostragem, a maior incidência de crimes nesse setor social, uma vez que a crise da escravidão urbana se processava. De outra parte, o conteúdo de seus crimes apresentou-se em grande parte análogo ao dos réus escravos: embora não estivessem teoricamente afeitos às mesmas rígidas regras do domínio senhorial, ataques contra patrões ou supostos senhores ainda se faziam presentes, revelando resquícios escravocrata em seu trato, implícitos na ambigüidade social de sua vivência.²¹⁶

Embora as sociedades emancipacionistas não fossem responsáveis diretas pela violência sofrida pelos forros, não há indícios de que elas tenham se manifestado contra as ações praticadas pela polícia, pois era conveniente aos antiescravistas que esta mantivesse a “disciplina” e o controle sobre os libertos e os cativos também.

Nas décadas de 1850 e 1860, a Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, sancionou Leis e Posturas com a intenção de disciplinar e domar esse grupo formado não apenas por libertos, mas por cativos e homens livres pobres. Tais medidas tornavam a vida desses indivíduos ainda mais difícil.

As *Posturas e Decretos* sancionados pela Assembléia Legislativa visavam a ampliar a vigilância das autoridades sobre a população classificada como marginal, regulando todos os seus passos. Um dos crimes mais combatidos pela polícia, na segunda metade do século XIX, era a prática de curandeirismo, enquadrado como estelionato, praticado sobretudo por

²¹⁵ Correio Paulistano 14 de fevereiro de 1859.

²¹⁶ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Op.cit. p.53.

libertos.²¹⁷ Outras leis foram criadas. Algumas Posturas sancionadas em 1863 ilustram a tentativa de controle da polícia sobre esse grupo:

Art.1º Nenhum negociante ou mascate dentro ou fora da cidade poderá vender a escravos, pólvora, chumbo, ou qualquer espécie de projectil, e arma de fogo de qualquer gênero, salva tendo os mesmos escravos bilhete de seus senhores, pedindo taes objectos. Os contraventores ficam sujeitos a multa de 10 á 30\$000, e de oito dias de prisão, e o dobro nas reincidências [...].

Art. É proibido dentro da Villa a dança de batuque, e em geral todo e ajuntamento com algazarra e vozerias que possam encommodar o público; multa de 10\$000 ao dono da casa, e 5\$000 por pessoa que formar o ajuntamento, quer seja feito dentro de casa, quintaes, ruas, ou pateos, além de ser defeito o mesmo ajuntamento; se porém este for de escravos serão recolhidos a cadêa, e sujeitos ás mesmas penas.

Art.30 todo o vendedor de drogas ou boticas que venderem substâncias venenosas, ou remédios muito activos a escravos ou pessoas desconhecidas ou suspeitas, serão multadas em 20\$000”.

Art.40. Todos os que forem encontrados commerciendo com drogas, ou tendo em seu poder objectos venenosos, serão punidos com oito dias de prisão.

Art.41 Qualquer pessoa livre ou escrava que for encontrada jogando publicamente, sofrerá três dias de prisão ou 10\$000 de multa, ficando sujeito á esta imposição os donos das casas em tiverem lugar os jogos.²¹⁸

Apesar de as Posturas se reportarem sobretudo aos cativos de ganho e de aluguel, em algumas passagens do documento, termos como “contraventores”, “pessoas suspeitas” e “todos” ensejavam inferir que essas normas e regras se estendessem também aos libertos e homens livres pobres.

Além disso, na cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX, a população de libertos havia aumentado significativamente, diminuindo a diferença entre a população liberta e a escrava. Desta forma, tornaram-se frequentes situações em que a polícia confundia os libertos com os cativos e, por esta razão, muitos forros acabavam tendo o mesmo tratamento que os escravos.

Além das Posturas, havia os *Termos de Bem Viver*,²¹⁹ que impunham regras de comportamento, ampliando o conceito de desordem social, em que a embriaguez,

²¹⁷ Leis Provinciais de São Paulo (1858-1863). Posturas de Câmaras Municipais aprovadas pela Assembléa Legislativa Provincial. p. 124.

²¹⁸ Leis Provinciais de São Paulo (1858-1863). Posturas de Câmaras Municipais aprovadas pela Assembléa Legislativa Provincial. p. 128.

²¹⁹ Os Termos de Bem Viver eram documentos processuais emitidos pela polícia do Império contra indivíduos que apresentassem comportamento inaceitável. A polícia fazia o indivíduo assinar um termo e, caso o mesmo

mendicância, jogos de capoeira e ociosidade estavam sujeitos a punições como a prisão, enquanto os indivíduos sem ocupação eram enquadrados pelo crime de vadiagem, cometido, em geral, por forros e homens livres pobres, como evidencia Wissenbach, abaixo:

[...] no município de São Paulo, onde a população escrava era reduzida, onde as vias acomodativas prevaleciam como estratégias de lutas e conquistas, o controle social não se aportou de uma problemática intensa que transformava a questão negra em verdadeira guerra social. Os escravos, forros e homens livres negros juntamente com os escravos fugidos que se abrigavam na cidade e em seus entornos não eram somente tidos como desordeiros e indisciplinados, mas também potencialmente perigosos.²²⁰

Enquanto essas medidas eram sancionadas para assegurar a ordem pública, a polícia se organizava como instituição, deixando para trás o passado marcado sobretudo pela ação das milícias privadas de herança colonial, principalmente em âmbito municipal.²²¹ A estrutura policial presente na cidade de São Paulo, neste período de transformação, caracterizou-se pela coexistência de diversas forças repressivas, que eram criadas e extintas com a mesma rapidez, em razão das disputas entre as hierarquias.

Na cidade de São Paulo atuaram a Companhia de Pedestre (1850-1853), força urbana que agia na capital e estava vinculada ao chefe de polícia; a Guarda Municipal da Província (1866-1868), que atuava em âmbito municipal e era administrada pelos delegados de polícia, nomeados pelo presidente de província; a Polícia Local (1868-1888), que agia no município e assim como a Companhia de Pedestre, estava subordinada ao chefe de polícia; a Guarda Nacional (1831-1889), que a partir de 1850 estava vinculada ao governo provincial; a Guarda Policial (1834-1866), que operava em âmbito municipal e estava vinculada às Câmaras Municipais e, por fim, a Guarda Municipal Permanente, criada em 1831 que estava ligada ao poder central.²²²

A Guarda Municipal Permanente nasceu no período regencial e surgiu com o objetivo de se contrapor à Guarda Nacional. Ela era responsável pela perseguição de criminosos, dos escravos fugidos, pela destruição de quilombos e pela manutenção e preservação do

fosse reincidente podia até mesmo ser preso. Estes processos não estavam prescritos nas leis, não eram infrações, mas sim normatizações da ordem pública.

²²⁰ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**. Op.cit. p.17.

²²¹ MOURA, Denise Soares de . **Sociedade movediça**. Op.cit.p.219.

²²² FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e segurança**: Força Pública do Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-omega, 1973.

patrimônio público. A Guarda Municipal Permanente, ainda que tivesse trocado de nome por diversas vezes, manteve-se sob a mesma estrutura ao longo dos anos. A troca de nomes pode ser justificada pela transição por que passava a instituição. A Companhia de Pedestres, criada em 1850, tinha como objetivo manter a ordem na capital paulista, apoiando a Guarda Municipal Permanente. Essa força policial contava apenas com 25 soldados e era responsável pelo policiamento durante o dia.²²³

Entre as forças criadas destaca-se a Polícia Local (1868-1888), concebida no período de crise aguda de desarticulação da mão-de-obra cativa e de expansão das ideias antiescravistas, quando a opinião pública ganhava corpo e o jornal *Correio Paulistano*, um dos mais influentes da cidade, assumia posição liberal e favorável à emancipação dos cativos. Em 1868, o Partido Liberal, em crise, dividia-se e a sua ala mais radical fundava o Clube Radical. O novo grupo havia incluído entre as propostas a extinção do poder moderador e a substituição da mão-de-obra escrava pela livre.

A Polícia Local desempenharia a mesma função que a Guarda Municipal Permanente, qual seja, perseguir os criminosos, os escravos fugidos e garantir a manutenção da ordem pública. Levando em consideração o papel assumido por essa força na cidade, é possível supor que ela tenha sido criada em resposta as transformações que se processavam na cidade de São Paulo. Essa polícia tentaria assegurar que a ordem pública não fosse comprometida neste contexto de mudanças, que culminaria com o fim da instituição escravista em 1888, mesmo ano em que essa força policial foi extinta.

A presença da Polícia Local na cidade reforçava a ideia de existência do *pacto de tolerância*, em que as sociedades emancipacionistas podiam sim se manifestar contra a escravidão, mas essa polícia estaria presente na cidade para evitar os excessos, assim como os escravistas. Em determinadas ocasiões, esse *pacto de tolerância* esteve próximo de ser rompido, quando, por exemplo, ocorreu a demissão de Luiz Gama da secretaria de polícia de São Paulo, em 1869.

Luiz Gama havia sido acusado de fazer uso do cargo de amanuense para beneficiar o africano Jacinto, escravo que havia fugido de seu senhor e que afirmava ter chegado ao Brasil depois da sanção da Lei de 1831. O rábula encaminhou ao juiz Antônio Pinto do Rego Freitas a ação em favor da libertação do africano Jacinto, supostamente, ilegalmente escravizado. O pretense documento foi negado duas vezes. Freitas alegava que o processo deveria ocorrer no local onde residia o proprietário do escravo em questão. Diante das recusas de Luiz Gama,

²²³ FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e segurança**. Op.cit. p.63.

que exigia que a petição ocorresse na cidade de São Paulo, Gama acusou Freitas de incompetente.

Embora o problema principal girasse em torno da briga entre o Juiz Rego e Luiz Gama, o caso teve outros desdobramentos. A polícia entendeu que este estava usando seu cargo na polícia para favorecer a libertação de um cativo fugido. Desta forma, Gama foi exonerado do cargo de amanuense.

Ao assumir o caso do africano Jacinto, Luiz Gama ficava muito perto de romper com o *pacto de tolerância*, já que se dispunha a garantir a libertação de um suposto escravo fugido, fora da cidade de “origem”, passando por cima do direito de propriedade do senhor.

O delegado de polícia da cidade de São Paulo, Furtado de Mendonça, embora soubesse das ações antiescravistas realizadas por Luiz Gama, não apoiava tais práticas mas também não o perseguiu, pelo contrário, Mendonça havia facilitado a entrada de Luiz Gama na polícia, cargo que exerceu por 12 anos. Mendonça ao longo deste período havia se tornado não apenas um padrinho, mas também um dos melhores amigos de Gama.²²⁴

Em 1869, o presidente de província de São Paulo, Antônio Candido da Rocha, interveio na polícia local determinando a exoneração de Gama da polícia. O governador era amigo do juiz ofendido por Luiz Gama. O mesmo Antônio Candido da Rocha que havia determinado a saída de Gama do cargo de amanuense havia aprovado no mesmo ano o estatuto da sociedade antiescravista Redentora criada pela loja América. O que demonstrava, portanto, que os antiescravistas não sofriam perseguição sistemática, mas, em determinadas circunstâncias, as ações praticadas por eles incomodaram e acabaram gerando mal-estar entre aqueles que eram contrários a presença das organizações emancipacionistas na cidade. A demissão de Luiz Gama indicava que as ações antiescravistas, de alguma forma haviam ultrapassado os limites aceitáveis pelos escravistas.

O ato teve repercussão não apenas na Província de São Paulo, mas em todo o país. Temendo ver seu nome envolvido no escândalo, Furtado de Mendonça utilizou a imprensa para tentar se desvincular da imagem de Luiz Gama e ao mesmo tempo reforçar a ideia de que discordava das ações empreendidas por ele. Segue abaixo trecho da nota publicado por Furtado de Mendonça:

²²⁴AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha**. Op.cit.; CÂMARA, Nelson. **O advogado dos escravos**. Op.cit.; SANTOS, Luiz Carlos. **Luiz Gama**. Op.cit.

[...] que mais uma vez e a última lhe dizia terminantemente deixasse de envolver-se em questões de liberdade, e que era estar mexendo em um vulcão, e que eu achava inconveniente, bem como o dr. Antonio Candido da Rocha, assim proceder ele, sendo empregado de polícia [!!!]; e de minha conta acrescentei – que o podiam demitir e perseguir. – Eu não podia intimidar em nome de quem pela lei não podia demitir, e que semelhante recomendação me não fizera.²²⁵

As ações antiescravistas até certo ponto eram toleradas, mas, se fossem consideradas ofensivas e ameaçadoras, logo forças escravistas se levantavam. A exoneração de Gama estava diretamente ligada às ações de manumissão realizadas em defesa do direito de liberdade dos cativos ilegalmente escravizados. Esse trabalho vinha sendo desenvolvido por Luiz Gama e seus companheiros; Américo de Campos e Antonio José Ferreira Braga Júnior.

O grupo anunciava a prestação de seus serviços nos jornais: “Américo de Campos e Antonio José Ferreira Braga Júnior incumbem-se de advogar gratuitamente questões de liberdade. Trata-se à rua da Quitanda, nº24, nesta capital” e “Luis Gonçalves Pinto da Gama, continua a tratar cauzas de liberdade. Outro sim, responde consultas para fora da capital, tudo sem retribuição alguma.”²²⁶

Embora os anúncios priorizassem as ações em defesa dos africanos ilegalmente escravizados, isso não excluía a possibilidade de os cativos procurarem esses homens, já que eles eram representantes da América, que frequentemente concedia cartas de alforria.

A exoneração de Luiz Gama, da Secretaria de Polícia estava relacionada não somente a uma briga judicial. Ao assumir o caso de Jacinto, Luiz Gama havia se transformado em uma ameaça potencial à instituição escravista. Esse caso colocava Gama muito próximo dos limites aceitáveis pelo *pacto de tolerância*. Na declaração feita abaixo por Luiz Gama, observa-se a preocupação que tinha em evidenciar que a sua demissão estava diretamente relacionada com as ações de manumissão:

Honro-me com a demissão que acabo de receber. S.ex. o respeitável Sr. dr. Chefe de polícia, dignou-se registrar as razões que obrigaram-no a exonerar-me: mas atilado e cauteloso não julgou conveniente exhibir todas as causas que influíram no seu experimentado espírito porque, para autorizá-la o muito digno e ilustrado chefe de polícia interino, exmo. Dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno, teve precisão de procurar motivos em fatos inteiramente

²²⁵ Diário de São Paulo, 25 de novembro de 1869.

²²⁶ Radical Paulistano, 31 de maio de 1869. Os mesmos anúncios aparecem reiteradas vezes em outras datas e em outros jornais.

alheios aos deveres, que solenemente contraí perante a lei, e, como empregado jurei cumprir. [...]

No dia 2 do corrente (foi no dia da comemoração aos mortos!) um ancião venerando, a quem presto a mais profunda consideração, procurar-me, com empenho, na secretaria de polícia, e, chamando-me de parte intimou-me formalmente, em nome de s.ex.o Sr. presidente da província dr. Antonio Candido da Rocha, para que deixasse eu de promover e patrocinar causas de manumissão de escravos, sob pena de, continuando, ser demitido do lugar de amanuense da secretaria de polícia: além de outras graces [...] coerções pependentes da vontade presidencial [...]. Entre mim e o governo da província seria impossível o accordo proposto.²²⁷

Além disso, não se deve esquecer que Gama era mulato, baiano, ex-cativo e personalidade popular, que galgava da simpatia e admiração dos escravos, libertos, dos homens livres pobres e, ao mesmo tempo, era reconhecido e respeitado pela elite letrada emancipacionista, que o apoiava. Seu poder de mobilização era muito grande, a isso, soma-se o fato de Gama não ter vínculos afetivos ou familiares com grupos agrários, diferentemente de alguns emancipacionistas. Todos esses elementos geravam mais insegurança entre os escravistas.

Na ocasião da demissão de Luiz Gama, Américo de Campos saiu em sua defesa criticando a atitude arbitrária da polícia:

Aos olhos da opinião o que vale, e muito, neste caso, é saber que o empregado demitido o foi, não porque lhe faltassem inteligência e completa habilitação, ou se lhe afrouxassem os brios ante as obrigações do encargo, mas exclusivamente porque, dando ao emprego o que era a sua individualidade: a consciência, as idéias e a independência do homem [...].²²⁸

Luiz Gama serviria de exemplo aos demais antiescravistas e as organizações que tentassem romper com o *pacto de tolerância*. A demissão de Gama e o anonimato da sociedade Fraternização, que temia sofrer perseguição, são indicativos de que havia limites às ações antiescravistas. Quando o jornal *Correio Paulistano* apresentou a sociedade Fraternização ao público, em 1870, destacou o medo que a organização tinha de ser desarticulada. Segue abaixo o texto:

Faz já seis anos a esta parte. Um grupo de moços acadêmicos abolicionistas convencidos havia concebido a nobre idéia de iniciar no Brasil o movimento libertador. Ainda então o preconceito escravista não tinha iniciado a receber

²²⁷ Correio Paulistano, 20 de novembro de 1869.

²²⁸ Américo de Campos, “A demissão do Sr. Luiz Gama”, Correio Paulistano, 21 de novembro de 1869.

a pressão tenaz e enérgica do espírito civilizador; o interesse dos proprietários era onipotente e absoluto; a vergonha da nossa humilhante posição ainda não abalava o espírito nacional [...]. Para evitar a perseguição era preciso pois fugir à publicidade. [...]. Foi a primeira associação abolicionista que inaugurou no Brasil. O fim que inspirara a fundação desta sociedade [...] era alforriar os filhos de Deus a perversidade do homem que fizera escravos. [...].²²⁹

As organizações emancipacionistas preocuparam-se em agir dentro da lei até a sanção da Lei do Ventre Livre, em 1871, após o que as ideias antiescravistas recrudesceram, principalmente porque a lei permitia que os escravos acumulassem pecúlio. O direito de acumular pecúlio modificou a estrutura escravista na medida em que interferiu no direito de propriedade do senhor e ao mesmo tempo ampliava as chances dos cativos de obterem a liberdade, pois, não dependiam mais da vontade exclusiva do senhor de aceitar ou não o pecúlio.

A interferência na propriedade escrava abriu brechas para que o *pacto de tolerância* deixasse de vigorar, pois o que mantinha o equilíbrio entre os escravistas e as sociedades emancipacionistas era o respeito à propriedade privada e à ordem pública.

Após a sanção da Lei do Ventre Livre, em 1871, as organizações antiescravistas intensificaram sua atuação, já que os emancipacionistas não precisavam mais da aprovação dos senhores para alforriar os cativos, estimulando outras organizações emancipacionistas a se lançarem na luta contra a instituição escravista.

Com o surgimento de novas sociedades emancipacionistas e do crescimento da opinião pública favorável à emancipação dos cativos a pressão sobre o Parlamento cresceu. As ações em benefício dos cativos foram ficando cada vez mais ousadas. As organizações emancipacionistas existentes continuaram a promover a alforria dos cativos, mas passaram também a articular fugas em massa dos escravos. Estas organizações se transformaram em esconderijo para os escravos fugidos.²³⁰

A Lei do Ventre Livre de 1871 foi um divisor de águas, sobretudo porque garantiu a liberdade dos cativos que nascessem depois dessa data e também porque interferia na propriedade escrava em favor dos cativos. O Estado reduzia o poder do senhor sobre o escravo dando o pontapé inicial para o recrudescimento das ações antiescravistas. O trecho abaixo evidencia as transformações acarretadas com a medida:

²²⁹ Correio Paulistano, 13 de abril de 1870.

²³⁰ CASTELLANI, José. **A escravidão e os maçons**. Op.cit. p.85.

[...] os movimentos republicano e abolicionista recrudesciam, em seu teor mais radical, trazendo para arena do debate e da ilegalidade todo um novo estrato social, formado principalmente de uma população citadina mais abastada antes ausente das preocupações policiais.²³¹

As sociedades antiescravistas que antes buscavam controlar os libertos e os cativos passaram a incitá-los a se rebelarem. A polícia, que em certas circunstâncias mostrou-se aliada das sociedades emancipacionistas, agora passaria a persegui-los.²³²

2.4. As correntes emancipacionistas e as idéias imigrantistas

O movimento emancipacionista no Brasil foi influenciado por duas correntes de ideias: a imediatista e a gradual. A primeira, definida como imediatista previa a rápida destruição da instituição escravista sem recorrer a leis emancipacionistas e sem indenização aos senhores.

A segunda linha, caracterizada como lenta e gradual, apontava para a necessidade de primeiro instaurar leis emancipacionistas, estimulando ao mesmo tempo a vinda de imigrantes europeus ao país para substituir a população servil negra pela branca imigrante.

A primeira corrente teve poucos adeptos, entre os quais Luiz Gama, que, embora desejasse o fim imediato da instituição escravista, optou, num primeiro momento, por assumir posição menos radical. Desta forma, Gama conseguiria mais facilmente o apoio de outros antiescravistas e estaria menos sujeito a perseguições. Provavelmente outros antiescravistas igualmente radicais agiram da mesma maneira que Gama.

O imediatismo, em determinados contextos, ganhou certa notoriedade. No ano de 1831, por exemplo, quando o Império era governado pelo regente Feijó, foram exaltadas as ideias de liberdade e diversos projetos com a intenção de extinguir a escravidão imediatamente foram propostos e encaminhados à Câmara dos Deputados.²³³

²³¹ ROSEMBERG, André. **Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império.** Op.cit. p. 376.

²³² ROSEMBERG, André. **Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império.** Op.cit. p.377.

²³³ MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaio jurídico histórico-social.** Rio de Janeiro: Vozes. vol. I e II. 1866

Os emancipacionistas que atuaram na cidade de São Paulo, entre 1850 e 1871, em maior número, defenderam a emancipação lenta e gradual da instituição escravista. Rui Barbosa lutava por um processo reformador e não revolucionário. Sempre que possível, o emancipacionista enfatizava em seus discursos esse encaminhamento da extinção da escravidão.

As duas correntes de pensamento foram influenciadas pelas ideias iluministas e baseadas nos princípios filosóficos de Locke, destacando-se a sua concepção de liberdade como um direito natural, que, portanto, se estendia a todos. José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência, defensor do direito natural à liberdade, estava entre os seguidores das ideias iluministas. Na sua concepção, o direito à liberdade era mais importante que o de propriedade. Um homem sem liberdade não poderia ser feliz e conseqüentemente a sociedade que admitisse a existência da escravidão estaria violando o direito individual à felicidade.²³⁴

Tais premissas iluministas foram menos influentes em território norte-americano, onde o movimento antiescravista assentava-se em princípios religiosos. O quakerismo, movimento religioso que vigorou no país e atuou até a Guerra Civil, promovia seminários para discutir a libertação dos escravos e a educação dos libertos.

Os Quakers viam a escravidão como um pecado, enquanto que para a Igreja Católica a escravidão era consequência do pecado. A leitura efetuada pela Igreja Católica não dava sustentação alguma para que fosse usada como princípio para as ideias antiescravistas no Brasil, ainda que tenha sido registrada a participação de religiosos nas organizações antiescravistas. As ideias emancipacionistas no Brasil foram essencialmente caracterizadas pelo secularismo, embora, em determinadas ocasiões, a religião despontasse nos discursos proferidos pelos emancipacionistas. Como enfatiza Azevedo no trecho abaixo:

O secularismo prevalecente no discurso abolicionista brasileiro não significava que Deus estivesse sempre fora de cena. O papel que cabia a Deus era o de emoldurar argumentos seculares, ou seja, de trazer a eles um toque de compaixão, o qual seria apropriado as pessoas imbuídas de preceitos católicos ao mencionarem aqueles situados em posição inferior na hierarquia social.²³⁵

²³⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Escravidão e Razão Nacional**. In: *Pontos e Bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: Editora UFMG . p.35-62. 40. 2005.

²³⁵ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo**. Op.cit. p.103.

Dentro dos princípios da religião católica, o ato de libertar escravo tinha um sentido humanitário e era um artifício importante utilizado, ocasionalmente, por emancipacionistas, para tentar comover sobretudo as mulheres da elite, visto que a religião católica era um valor de grande estima a esse grupo social. Assim o fez Rui Barbosa, em um discurso proferido em 1870, dirigido às senhoras: “Sabeis a narrativa evangélica de Lázaro e Jesus/ Pela caridade, pela origem commum, pelo destino, sois, como Maria, irmãs dos que em vida ahi jazem na sepultura da escravidão”.²³⁶

Os antiescravistas que defendiam a extinção lenta e gradual da escravidão acreditavam que era necessário criar primeiro as condições para uma transição pacífica e sem perturbações à manutenção da ordem pública. Isso significava estimular as políticas imigrantistas e criar leis emancipacionistas. A primeira delas foi à extinção do tráfico internacional, que promoveria a longo prazo a diminuição da população africana no país, e a segunda foi a Lei do Ventre Livre de 1871, que reduziria aos poucos a população cativa.

Os antiescravistas usavam o argumento de que seria mais prudente prolongar ao máximo a existência da instituição, pois se temia que o país fosse palco de uma insurreição de escravos semelhante à ocorrida no Haiti. Este pensamento era evocado essencialmente pelas elites das províncias do Sul. Na região, o medo de revoltas de cativos se havia alastrado, entre as décadas de 1850 e 1860.²³⁷

Não por acaso, tramitava no parlamento a lei que proibia a entrada de escravos das províncias do norte para as províncias do sul. Tal medida demonstrava o medo que se alastrava nas províncias do sul, onde a população escrava e negra era numericamente superior a livre e branca. Paralelamente a essa política, foram levados em votação ao Parlamento muitos projetos que estimulavam a vinda de imigrantes. Já em 1837, havia sido sancionada “a lei que regulamentava as relações de trabalho com os imigrantes, utilizada para reger os contratos de parceria, e a locação de serviços”.²³⁸

As pressões internacionais vindas sobretudo da Inglaterra e da França, ecoavam no Parlamento. Em 1867, fora elaborado um projeto da Comissão do Conselho de Estado, sobre a emancipação que seria discutida, em quatro reuniões, no ano seguinte. Os conselheiros

²³⁶ Discurso proferido por Rui Barbosa em 1870 Apud AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo**. Op.cit. p.103.

²³⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**. Op.cit.p.100.

²³⁸ BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008. p.102.

reconheciam a importância que o Imperador dava ao projeto, mas os opositores desejavam adiar tal discussão para depois da guerra do Paraguai. Além disso, o Gabinete de Zacarias, que havia encaminhado o projeto, caiu em 1868 e, em seu lugar, assumiu o Gabinete do conservador Rodrigues Torres, que tirou a iniciativa emancipacionista proposta pelo Conselho de Estado da fala do Trono. Tal medida representou um retrocesso nas discussões sobre a extinção da instituição escravista.²³⁹

As ideias antiescravistas no Brasil foram sustentadas em argumentos de ordem socioeconômicas. O fim da escravidão representava a desestabilização da economia cafeeira. O artigo publicado no jornal *A Razão*, de 1862, reconhecia a necessidade de pôr fim à instituição da escravidão, mas, a longuíssimo prazo, para não comprometer a economia:

Uma espécie de esquecimento, que nós talvez possamos qualificar de conveniência, tem desviado a atenção, do governo d'uma das mais serias questões para o paiz. Já de há muito que se deveria providenciar sobre o estado dos escravos confiscados pela nação porque somente assim seria preenchido o fim da lei que proíbe o tráfico de africanos[...]
Porem o tempo assim determinado, foi para que, não sendo possível escapar á escravidão absolutamente com tudo podessem os africanos se constituir em um estado mais esperançoso, pois que contavam á todo tempo entrar no uso de seus direitos.[...] Porem não se deprechenda de nossas palavras que levamos o rigorismo a ponto de entendermos que, para fiel execução da lei á que alludimos, fosse necessário libertar todos os escravos do Brazil, [...] isto seria impossível atualmente, porque redundaria em um prejuízo extraordinário.²⁴⁰

Para os antiescravistas, era necessário ter primeiro um plano de substituição da mão-de-obra em andamento, antes de libertos todos os escravos, como reproduz o texto abaixo:

Substituição dos servos

Uma das mais palpitantes necessidades do paiz, é, sem dúvida, a substituição da misera classe dos escravos cuja existência não só ataca os princípios da humanidade e da religião, a forma de governo que nos rege, como prejudica em larga escala a fortuna publica[...].²⁴¹

O estímulo à imigração europeia também estava incluído nos discursos de alguns emancipacionistas. Nesse grupo, a adesão de alguns fazendeiros progressistas também se fez

²³⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de Sombras**: a política imperial. São Paulo: Vértice. Revista dos tribunais/Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.

²⁴⁰ *A Razão*, 13 de agosto de 1862.

²⁴¹ *Democracia*, 7 de março de 1868.

presente. O Senador Nicolau Vergueiro foi pioneiro na política imigrantista. Em 1843, o fazendeiro adotou a política imigrantista em sua propriedade. A iniciativa privada atraiu para a fazenda imigrantes estrangeiros, sob o regime de parceria. Entretanto, esta primeira tentativa não foi bem sucedida, sobretudo em função da resistência do grupo de imigrantes às condições de trabalho impostas por Vegueiro.²⁴²

No Brasil, as ideias emancipacionistas estavam fortemente atreladas à política imigrantista.²⁴³ Tais elementos estavam explicitamente colocados no estatuto da sociedade Onze de Agosto, como informa no trecho abaixo:

[...] É inútil fazermos reflexões sobre o seu fim, elle é assaz conhecido, e demais saberíamos fora do que pretendemos [...]. Nesta província, vemos a colonisação ir progredindo em grande escala: com Ella só podemos apontar quiçá, uma ou duas mais; é também nella que vemos o feliz apparecimento de uma sociedade, com o título acima transcripto, com o fim generoso de libertar os braços escravos.²⁴⁴

De acordo com o estatuto da organização, havia também um sentido religioso no alforriamento “esta idéia tem dois fins; um religioso, e outro político; acabar com o abuso e animar a colonização – foi este o pensamento dos que a creação”.²⁴⁵

A preferência pela mão-de-obra livre e imigrante pautava-se na necessidade de atrair para o trabalho o elemento estrangeiro capaz de estimular atitudes progressistas. Em 1869, era apresentado na Câmara dos Deputados o projeto do deputado Aguiar Witaker, que defendia a imigração estrangeira. De acordo com Witaker:

As duas raças, latina e saxônia, neste país, hão de produzir alguma coisa melhor [...] quero ir gradualmente, isto é, trazendo o estrangeiro precipitadamente para a província de São Paulo, porque eu, primeiro que tudo, sou paulista.
Venha, pois, o estrangeiro, Sr. presidente, façamos tudo quanto estiver ao nosso alcance para chamá-lo, e mais tarde teremos a restauração de nossos foros.²⁴⁶

²⁴² AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra Medo Branco**. Op. cit. p.51.

²⁴³ ADORNO, Sérgio. **O abolicionismo na Academia de Direito de São Paulo**. In: *Revista de Cultura Resgate* Campinas, São Paulo: Papyrus, p.93-100.. p.100. 1993

²⁴⁴ Correio Paulistano, 11 novembro de 1857.

²⁴⁵ Correio Paulistano, 26 agosto de 1857.

²⁴⁶ Discurso de Witaker Apud AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**. Op.cit.121.

Algumas vozes isoladas também se manifestaram em favor da mão-de-obra nacional, como o deputado Oliveira Braga, mas nas sociedades emancipacionistas, de modo geral, prevaleceu a ideia de substituir a mão-de-obra escrava pela livre imigrante, tais preferências apareciam nos discursos e conferências promovidas por Rui Barbosa.

As organizações emancipacionistas pressionavam, com ações emancipacionistas, ao mesmo tempo em que eram conduzidas propostas à Câmara e ao Parlamento. O deputado Silva Guimarães propunha projeto de emancipação, que foi apresentado duas vezes na Câmara, nos anos de 1850 e 1852; em 1854, o deputado Wanderley propôs medidas contra o comércio interprovincial de escravos; em 1865, o senador Visconde de Jequitinhonha encaminhou três projetos antiescravistas, a respeito da abolição da escravidão e da melhoria no cativeiro.²⁴⁷

Todas as sociedades emancipacionistas fundadas na cidade de São Paulo até 1871 libertaram cativos com a perspectiva de pressionar as autoridades governamentais no plano civil, já que a discussão em torno da questão escravista também vinha sendo discutida no Parlamento.

²⁴⁷ MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio jurídico histórico-social. Rio de Janeiro, 1866. Vol. II.

Capítulo 3: As Redes de Sociabilidade

Este capítulo apresentará as redes de sociabilidade formadas entre as sociedades antiescravistas, destacando o papel da imprensa paulistana, que teve desempenho significativo na circulação das ideias. Os periódicos serviram de porta-voz a essas organizações, visto que os redatores e os colaboradores desses jornais em sua maioria frequentaram as sociedades antiescravistas paulistanas.

A Academia de Direito, as sociedades emancipacionistas e as lojas maçônicas, entre 1850 e 1871, transformaram-se nos principais espaços de sociabilidade antiescravista da cidade de São Paulo. A formação desses espaços, em certa medida, era favorecida pelas próprias características apresentadas pela capital paulista, que no período comportava uma população de pouco mais de 20 mil habitantes²⁴⁸ e que ao mesmo tempo contou com a presença da Academia de Direito. Esses elementos transformaram-se em ingredientes ideais para a composição destas redes de sociabilidade. Com uma população pequena e poucas ofertas de espaços de discussão e de lazer, promovia-se facilmente a convivência e a proximidade entre os grupos sociais, que se esbarravam constantemente e onde o anonimato era um privilégio de poucos.

De acordo com Maria Luiza Ferreira de Oliveira, as redes de sociabilidade eram uma tradição na sociedade paulistana, podiam ser observadas nas formas mais primitivas, como em encontros forjados nos armazéns de secos e molhados ou em suas feições mais complexas e organizadas, como as irmandades religiosas, as sociedades maçônicas e as associações literárias - *Arcádia Paulista* e o *Atheneu Paulistano* que “funcionavam como agentes de solidariedade grupal”.²⁴⁹

Ao analisar as redes de sociabilidade formadas entre as distintas organizações no Brasil-colônia no século XVIII²⁵⁰, Maria Aparecida Junqueira da Veiga Gaeta observou elementos semelhantes entre essas organizações, que, embora tivessem naturezas distintas - confrarias religiosas, irmandades e grupos sociais leigos - eram todas pautadas por princípios de caridade, ajuda mútua e possuíam normas e estatutos próprios.

²⁴⁸ VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a História da Academia de São Paulo**. Livraria Acadêmica/ Largo do ouvidor. São Paulo: Saraiva. Vol. I. 1924.

²⁴⁹ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém**. Op.cit.p.271.

²⁵⁰ GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. **Redes de sociabilidade e de solidariedade no Brasil Colonial**: as irmandades e confrarias religiosas. In: *Estudos de História*, vol. 2, nº2, p.11-36, 1995.

Essas características levavam as organizações a se transformarem em forças sociais que acabavam obtendo na comunidade certo poder que despertava o interesse do indivíduo de pertencer a um grupo cujas ideias podiam ser decodificadas e compartilhadas. Ainda de acordo com Gaeta, as redes de sociabilidade tinham a função de expandir seus campos de solidariedade e de influência, interferindo e transformando a realidade social.

Segundo Pierre Bourdieu, a realidade social se dividia em campos e cada um deles correspondia a um espaço social de dominação e de conflito, com certa autonomia e regras próprias de organização e hierarquização. No interior de cada campo, havia os agentes que incorporavam a estrutura social e ao mesmo tempo produziam, legitimavam e reproduziam *habitus*, junção de pensamento e ação que cumprem o papel de força conservadora no interior da ordem social. Cada campo pode ser, portanto, interpretado como um grupo que se vale de determinados *habitus*, produz e reproduz seus próprios símbolos na expectativa de se sobrepor aos demais campos.

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes [...].²⁵¹

Nesta perspectiva, a ordem escravista seria representada pelo campo já legitimado e as oposições à escravidão significariam um novo campo que, através das sociedades emancipacionistas, pretendiam legitimar-se. O trânsito constante de antiescravistas de uma organização a outra permitia que esses espaços assumissem o importante papel de difundir as ideias emancipacionistas

Os membros da loja Amizade podiam estar inseridos simultaneamente no quadro da Amizade e da Piratininga ou ligar-se a apenas uma das sociedades, frequentando ocasionalmente a reunião de outras lojas. Tal situação era comum a muitos sócios, como Ildefonso Xavier Ferreira e Joaquim Ignácio Ramalho, iniciados na Amizade, e que aparecem também entre os fundadores da Piratininga; Américo Brasiliense e Américo de Campos, ambos da Amizade, anos depois apareciam entre os criadores da loja América.

²⁵¹ BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Tradução de Tomaz, Fernando. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006. p.136.

As organizações compartilhavam projetos. A Amizade e a Piratininga chegaram a trocar a lista de maçons iniciados em suas lojas e criaram uma comissão emancipacionista. A loja América também mantinha boas relações com a Piratininga e, embora não fizessem parte do mesmo Oriente ambas dividiram o mesmo endereço no período de 1868 a 1875.

A parceria e a ajuda mútua não se restringiam às sociedades maçônicas: a sociedade estudantil Fraternização, criada 1864, a partir de 1870 passou a funcionar no mesmo espaço ocupado pela América, ou seja, num mesmo endereço coexistiam três organizações - a Piratininga, a América e a Fraternização Primeira.²⁵² A escassez de espaços disponíveis para alocar as organizações aparece, portanto, como um elemento propiciador da aproximação delas.



Ilustração 4: Primeiro Templo da Loja Piratininga, inaugurado em 1853, na antiga Ladeira do Acu (atual Avenida São João), esquina com a antiga Rua São José (atual Rua Libero Badaró).²⁵³

²⁵² Obras Completas de Rui Barbosa. Op.cit.p.56.

²⁵³ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit.p.50.

Outros espaços de sociabilidade como as agremiações carnavalescas ligados indiretamente à maçonaria paulistana também se manifestaram contra a escravidão. Durante os desfiles de carnaval - tão aguardados pela sociedade paulistana - a Sociedade Carnavalesca Piratininga, criada em 1850, apresentava os escravos que havia alforriado. Em 1862, foram criadas outras sociedades carnavalescas Grupo Cristiniano, Grupo Zuavos, Anões Chineses, Exército D'África e, por último, no ano de 1863, a Veneziana Carnavalesca do Trivoli Paulistano.²⁵⁴

Essas organizações percorriam diversas ruas da cidade - Rua da Glória, Pátio da Cadeia, Travessa do Santíssimo, Rua das Flores, Rua da Boa Morte, acompanhadas de duas bandas de músicas, carros alegóricos e cavalos, desfilando todos os sócios devidamente fantasiados sob a escolta da polícia e sendo admirados pela população, que arremessava flores na passagem do cortejo carnavalesco.²⁵⁵

A direção da sociedade carnavalesca Piratininga proibia a qualquer membro arremessar ovos, farinha e água nas pessoas ou invadir as casas dos moradores essas práticas, denominada de entrudo, eram consideradas primitivas pelos membros dessas organizações.²⁵⁶

As sociedades carnavalescas eram compostas por estudantes, comerciantes e funcionários públicos. Na direção da sociedade carnavalesca Piratininga estavam os comerciantes Joaquim Sertório, Custódio Fernandes da Silva e Manuel de Paiva Oliveira, este último era proprietário de uma loja de máscaras e fantasias.

A formação de redes de sociabilidade se estendeu ainda ao ambiente acadêmico. Uma parcela significativa dos estudantes que frequentaram a Academia de Direito na segunda metade do século XIX colocou-se contra a instituição escravista. Nesse período, nota-se a formação de uma nova mentalidade, em que as ideias antiescravistas ganhavam cada vez mais adeptos.²⁵⁷

²⁵⁴ CRECIBENI, Nelson. **Convocação geral, a folia está na rua: o carnaval de São Paulo tem história de verdade.** São Paulo: O artífice, 2000.

²⁵⁵ Correio Paulistano, 20 de fevereiro de 1859.

²⁵⁶ CRECIBENI, Nelson. **Convocação geral, a folia está na rua.** Op.cit. p.17.

²⁵⁷ MARTINS, Luís. **O patriarca e o bacharel.** 2ª Edição. Alameda, 2008.

3.1. A produção antiescravista na Academia de Direito.

Após a instalação da Academia Direito em São Paulo, no ano de 1828, no Convento São Francisco, a cidade passou por um importante processo de dinamização. Com a vinda de estudantes de outras cidades e províncias para a cidade, foi necessário improvisar moradias, com a criação de repúblicas e a disponibilização de quartos nos mosteiros, além de restaurantes e comércio para atender o novo contingente.²⁵⁸

Junto com as mudanças estruturais e econômicas sofridas pela cidade, vieram as mudanças culturais e políticas, que transformavam a cidade em polo cultural, para onde se dirigiam estudantes de todo o país, sobretudo das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A Academia de Direito de São Paulo surgiu como tentativa de suprir a necessidade do país de organizar um quadro nacional de dirigentes, capazes de conduzir o país, após a independência política do país em 1822. Muitos políticos que acompanharam o processo de escolha da cidade para abrigar o curso jurídico apontavam as condições estruturais e geográficas da cidade de São Paulo como os principais obstáculos.

A escolha da cidade de São Paulo para abrigar a instituição de ensino não foi unânime, representantes de outras cidades se levantaram contra a indicação da cidade: “Não sei porque a cidade de São Paulo deva merecer semelhante preferência. Não sei porque aqui se anda sempre com São Paulo para cá e São Paulo para lá; em nada aqui se fala que não venha São Paulo (...).”²⁵⁹

O projeto apresentado no Parlamento em 1823 foi aprovado somente em 11 de agosto de 1827, com a escolha da cidade de São Paulo para sediar a Academia de Direito. Além dela, que receberia sobretudo os estudantes da região Centro-Sul do país, Olinda também seria sede do curso jurídico e atenderia principalmente os estudantes do Norte do país.

Escolhida a nova sede, formou-se o corpo docente e a grade curricular da Academia de Direito, cujos lentes, em sua maioria, eram professores formados na Europa, aspecto que favoreceu a difusão e circulação das ideias liberais na Academia de Direito.

Embora a iniciativa de instaurar-se um curso jurídico no Brasil visasse a criação de um quadro nacional suficiente para preencher os cargos públicos de primeiro escalão -

²⁵⁸ BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. Op.cit. 43.

²⁵⁹ VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a história da academia de São Paulo**. Livraria Acadêmica/ Largo do ouvidor. São Paulo: Saraiva. vol. I.1924. p.19.

magistratura, ministério, corpo diplomático eficiente, a Academia de Direito de São Paulo acabou produzindo, em sua maioria, profissionais que desempenharam e foram reconhecidos por atuarem em outras áreas, como jornalismo, política, história e literatura.

A participação dos estudantes nas atividades extracurriculares foi muito mais intensa do que a dedicação dispensada às disciplinas obrigatórias contidas na grade do curso. Após a formatura, poucos ingressaram nos cursos de pós-graduação, segundo Sérgio Adorno “apenas 106 foram os doutorandos pela Faculdade de Direito de São Paulo no período compreendido entre 1831-83, dentre um total de 2.211 formado, para o mesmo período”.²⁶⁰

Nem mesmo as figuras notáveis, que passaram pela Academia de Direito de São Paulo fugiriam à regra, Américo de Campos, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa não ingressaram no curso de pós-graduação. As obras produzidas pelos dois últimos caracterizaram-se por textos literários: ensaios, conferências, palestras e discursos; por críticas e projetos políticos, enquanto Américo de Campos ficou mais conhecido pelos seus trabalhos como advogado e jornalista na imprensa paulistana.

[...] as recordações de Rui, de sua passagem pelos bancos escolares, não são as mais memoráveis de sua carreira de parlamentar, orador, jornalista, escritor e jurisconsulto. Apenas uma única vez confessou haver se entusiasmado pelas aulas de Direito proferidas na Academia de São Paulo e, assim mesmo, devido à força persuasiva da personalidade de José Bonifácio, o Moço. É igualmente perturbador o silêncio de Nabuco, que pertenceu à notável geração de 1866-70, a respeito do que se passava no interior das salas de aula. Ao contrário, o que parece ainda mais ilustrativo é sua lembrança das leituras com que se comprazia durante sua passagem pela Academia paulista, que, salvo exceções, não pareciam recomendáveis pelo corpo docente.²⁶¹

Os estudantes deram maior contribuição para a dinamização da vida cultural da cidade, realizando saraus, criando sociedades secretas, como a Bucharia, a loja maçônica Amizade; sociedades antiescravistas, como a Libertadora, a Onze de Agosto e a Fraternalização; além da grande colaboração dos estudantes na fundação de periódicos, na produção teatral e literária, muitas das quais consagradas posteriormente pela literatura nacional.

²⁶⁰ ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.138.

²⁶¹ ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Op.cit. p.104.

A formação dos bacharéis oitocentistas foi tecida na vida extracurricular, nos interstícios dos institutos e associações acadêmicas e nos meandros do jornalismo literário e científico. Literatos, políticos, burocratas e até mesmo juristas que se notabilizaram na vida pública brasileira tiveram seus assentamentos biográficos atados às atividades extra-curriculares. Nos institutos e associações acadêmicas, os futuros bacharéis aprenderam o complexo manejo da política: participaram de debates nacionais, locais e cotidianos: articularam alianças e oposições entre grupos, promoveram campanhas. No jornalismo, aprenderam que a política se faz em público e com o emprego da palavra escrita.

[...] o espírito abolicionista se espreitava, pouco a pouco, entre a juventude acadêmica, albergando estudantes de diferentes origens sociais e procedências regionais, vinculados a distintas filiações ideológicas e partidárias e persecutores de trajetórias biográfico-profissionais igualmente diferenciadas.²⁶²

Os estudantes da Academia de Direito produziram muitas revistas e jornais, embora a maioria delas tenham sido efêmeras. Os periódicos transformaram-se em importantes espaços de diálogo e de discussão sobre os problemas sociais e políticos presentes na sociedade, entre eles a questão escravista.

Entre os principais periódicos estava a Revista Mensal do Ensaio Filosófico (1851), O Acaibo (1852), Ensaio Literários do Ateneu Paulistano (1852), O Guaianá (1856), Revista Paulistana (1857), Memórias da Associação Culto à Ciência (1859), Revista da Academia de São Paulo o Ensaio Filosófico de 1859 e o Clube Literário (1859), Revista da Academia de São Paulo (1859), Ensaio Literários do Club Científico (1859), O Kaleidoscópio (1860), O Timbira (1860), Revista Mensal do Instituto Científico (1862), Imprensa Acadêmica (1864), Tribuna Liberal (1867).²⁶³

Entre os periódicos citados destaca-se a Revista Mensal do Ensaio Filosófico, que colaborou com as primeiras manifestações em defesa da emancipação dos cativos. O periódico era popular entre os acadêmicos e, no ano de 1852, reuniu 60 associados, indicando grande simpatia dos estudantes pelas ideias emancipacionistas.²⁶⁴ A revista funcionou na Academia de 1851 a 1862, pouco mais de dez anos. Quanto aos demais periódicos, não é possível saber quando foram extintos.

²⁶² ADORNO, Sérgio. **O abolicionismo na Academia de Direito de São Paulo**. In: *Revista Resgate*. Centro de memória Unicamp, 1993. p.93-101.p.96.

²⁶³ Não informações precisas sobre quando estes ensaios deixaram de circular com exceção da Revista Mensal do Ensaio Filosófico.

²⁶⁴ GAMES, Hélder. **O Romantismo Paulista: os ensaios literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860**. São Paulo: Alameda, 2006.

A Revista Mensal do Ensaio Filosófico foi fundada pelos estudantes Manuel Antonio Álvares de Azevedo, Francisco Ribeiro Escobar, Paulino José Soares de Sousa, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, José Maria de Sá e Benevides. Entre os fundadores destacam-se Álvares de Azevedo e Antonio Carlos de Andrada Machado e Silva.

Álvares de Azevedo nasceu em 1831 na cidade de São Paulo, mas viveu no Rio de Janeiro. O escritor voltou para São Paulo em 1848, quando ingressou na Academia de Direito. Embora estivesse entre os fundadores da Revista, o estudante não teve participação efetiva, faleceu meses depois por complicações de sua doença: a tuberculose. Entre os trabalhos produzidos pelo escritor destacam-se seu livro de contos *Noite na Taverna* (1855), a peça *Macário* (1855) e o livro de poesias *Lira dos Vinte Anos* (1853), todos esses trabalhos foram publicados postumamente. Sobre o segundo, sabe-se apenas que foi maçom da loja América.

A revista propunha-se a discutir assuntos filosóficos, das ciências humanas de maneira geral, e para tanto, era composta por diversas comissões: de filosofia, história, direito, literatura e economia. Foram publicados artigos sobre leis, processos, filosofia e literatura, além de muitos poemas antiescravistas, como a “Cativa” de Francisco Leite Bittencourt Sampaio:

A cativa chorou de pesares/ Porque as terras do Congo deixou,/ Onde à
sombra de verdes palmares/ Noutro tempo cantando passou./ - Era lá mais
feliz do que agora Rodeada e queda dos seus!/ Esta vida triste deplora/ Não
permite, nem quer o meu Deus. De manhã inda o sol não se via/ Já chamava
pra roça o feitor;/ Mas primeiro rezar se devia,/ Porque manda da terra o
senhor./ E a cativa também nessa hora/ Lá falava na língua dos seus! Esta
vida que a triste deplora/ não permite, nem quer o meu Deus.²⁶⁵

No artigo de Pessanha Póvoa, com o título “A escravidão”, a crítica contra a instituição escravista assume tom contundente, onde o autor acusa a Igreja de legitimar a escravidão:

Página negra e sanguinolenta na história da Cabralia terra! – Deus não fez
tyrannos, nem escravos; fez-nos livres e inteligentes, o mais é invenção dos
homens, consequência de seus vícios. Quando o Christo appareceu, já a
philosophia antiga tinha condemnado porque Ella existia como usurpação
sobre o título de direito. Os códigos que permitem a escravidão, são uns
scelerados accultos, com a tua mascara, é justiça, que matam, extrangulam o
enforcam impunemente![...] O Direito divino, o direito civil, o direito
ecclesiastico, o direito da guerra, o direito da guilhotina, do carrasco e do

²⁶⁵ Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano, 1858. p.71.

inquisidor, sustentam a theoria da escravidão![...] Os clérigos não devem se envolver nos negócios do mundo! [...] Encaremos a escravidão em sua origem, e demonstremos que Ella não se justifica nem nas desigualdades das raças, nem no direito do mais fraco.²⁶⁶

A produção literária acadêmica, nesse período, foi fortemente influenciada pela corrente do romantismo, surgido no Brasil em 1833. O movimento literário que inicialmente abordou temas como o indianismo, o patriotismo e a natureza, logo abraçou assuntos sociais e humanitários, entusiasmados pelos textos do escritor francês Victor Hugo.²⁶⁷

O tema social ganhou visibilidade nas décadas de 1850 e 1860, quando o negro e a questão escravista foram incorporados por essa corrente literária, que teve na figura de Castro Alves seu maior representante. Castro Alves ficou conhecido como o Poeta dos Escravos, justamente por tratar com profundidade as angústias dos escravizados.

Dentro da Academia o tema da escravidão também foi abordado pelo teatro, outro espaço de sociabilidade, frequentado principalmente pela população mais abastada da cidade: comerciantes, grandes negociantes, funcionários públicos e estudantes.

O teatro na cidade de São Paulo surgiu pelas mãos da Igreja católica em tempos coloniais. Os jesuítas recorriam à teatralização constantemente, como recurso para divulgar os princípios do catolicismo. Ao longo do século XIX, o teatro ganhou conotação política, primeiro no processo de independência do país e depois nas manifestações antiescravistas. O teatro assumia o propósito de discutir assuntos relacionados aos problemas políticos e culturais da época. Segundo Elizabeth Azevedo:

O teatro dos estudantes do Largo de São Francisco procurou estar em sintonia com o que se passava na corte e na Europa, sem, contudo, deixar de atender, na medida do possível, às exigências locais e, por extensão, às do público a que se destinava. Procurou, dentro de seus limites, contribuir para o aprimoramento do teatro brasileiro e, através dele, da sociedade a que pertencia.²⁶⁸

O fim da escravidão era tema recorrente nas peças teatrais do período, entre as quais se destaca *Sangue Limpo* do escritor Paulo Emílio de Sales Eiró, produzido em 1860. A peça

²⁶⁶ Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano, 1862. p.29-30

²⁶⁷ CANDIDO, Antonio. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH, 2002.

²⁶⁸ AZEVEDO, Elizabeth. R. **Um palco sob as arcadas**: o teatro dos estudantes de direito do largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX. São Paulo: FAPESP;ANNABLUME, 2000. p.186.

levou ao público um romance marcadamente antiescravista, em cujo prefácio, de 1861, deixava transparecer a oposição de Eiró à escravidão:

Não será dramático desenrolar a velha bandeira do Ipiranga, e nela apontar, como antítese monstruosa, a nôdoa negra da escravidão, verme nojoso que rói a flor de nossas liberdades?. Não será dramático mostrar o que fizeram nossos pais, e o que nós temos que fazer para coroar a sua obra?[...] O Brasil é uma terra de cativo. Sim, todos aqui são escravos. O negro que trabalha semi-nu, cantando aos raios do sol; o índio que por miserável salário é empregado na feitura de estradas e capelas; o selvagem, que fugindo às bandeiras, vaga de mata em mata; o pardo a quem apenas se reconhece o direito de viver esquecido; o branco enfim, o branco orgulhoso, que sofre de má cara a insolência das Côrtes e o desdém dos europeus. Oh! Quando caírem todas estas cadeias, quando estes cativos todos se resgatarem – há de ser um belo e glorioso dia!.²⁶⁹

Nesse trabalho, o escritor utilizou linguagem popular, comum ao cotidiano, já que a história girava em torno de dois irmãos, filhos de escravos que discutiam as suas possibilidades de integração na sociedade. A inovação trazida pela peça não se restringia ao tema, mas principalmente a sua abordagem, visto que o tema da escravidão havia sido explorado em outras ocasiões por outros autores. Nesse trabalho, Paulo Eiró coloca a escravidão como centro do drama e como protagonistas um casal de negros.

A peça foi escrita especialmente para participar do concurso promovido pelo Conservatório Dramático Paulistano, que selecionaria o melhor drama histórico social original.²⁷⁰ Em 2 de dezembro de 1861, a peça *Sangue Limpo* foi encenada pela companhia de teatro de São Paulo para as comemorações do 36º aniversário de D. Pedro II.

Eiró foi considerado um dos precursores do abolicionismo no teatro, antecedendo em sete anos a Castro Alves.²⁷¹ A peça de Paulo Eiró, entre as produzidas no período, foi considerada uma das mais importantes no que respeita ao “empenho abolicionista dos estudantes.”²⁷²

Paulo Eiró ingressou na Academia de Direito em 1859, depois de ter abandonado o seminário, onde uma parte significativa de sua produção literária, composta de poemas e

²⁶⁹ EIRÓ, Paulo. **Sangue Limpo**. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, 1949. p.9.

²⁷⁰ AZEVEDO, Elizabeth. **Um palco sob as arcadas**: o teatro dos estudantes de Direito do largo São Francisco, em São Paulo, no século XIX. São Paulo: FAPESP, ANNABLUME, 2000. p. 110.

²⁷¹ AZEVEDO, Elizabeth. **Um palco sob as arcadas**. Op.cit. p. 109.

²⁷² AZEVEDO, Elizabeth. **Um palco sob as arcadas**. Op.cit. p.112.

peças teatrais, foi destruída por determinação da Igreja, incluindo a comédia *Traficantes de escravos*. A peça *Sangue Limpo* foi o único texto em prosa que o autor deixou para a posteridade antes de ser totalmente tomado pela demência.

O escritor sofria de uma doença mental que obrigou sua família a interná-lo diversas vezes até a sua morte, em 1871. Apesar da doença que o perturbava, Paulo Eiró dialogou com os principais emancipacionistas que circularam pela Academia de Direito, entre os quais, Joaquim Ramalho, seu professor na Academia, e Luiz Gama.

A doença do escritor se manifestou pela primeira vez entre 1857 e 1858, ou seja, no período em que o escritor desenvolvia a peça *Sangue Limpo*.²⁷³ Dois dias depois da apresentação da peça no teatro São José, foi publicados no jornal *Correio Paulistano*. A peça embora tenha sido algo de muitas críticas, foi bem recebida, sobretudo pelos estudantes, como descreveu Bernardino de Campos:

[...] com a Academia em peso, assistira à representação, acrescentando que o drama “fez ruído” não só pelo valor literário como pelo assunto. E é natural que fosse: a tese, audaciosamente abolicionista, defendida na obra, era então, e mesmo bem depois, coisa de espantar.²⁷⁴

A escolha do tema por si só havia gerado polêmica, principalmente porque o tema abordado nesses concursos costumava referir-se à independência do país.²⁷⁵ Ao inovar no assunto, a peça *Sangue Limpo*, com alta carga dramática, demonstrava como o tema da escravidão se havia transformado em preocupação social pública. O escritor Paulo Eiró acreditava que sua peça ajudaria o público a refletir sobre a questão escravista no presente.

A Academia de Direito abrigou muitos estudantes antiescravistas, inclusive filhos de fazendeiros, como o poeta emancipacionista Luís Nicolau Fagundes Varela, natural do Rio de Janeiro, nascido na fazenda Santa Rita, matriculado na Academia em 1862.²⁷⁶ As obras

²⁷³ HADDAD, Jamil Almansur. In: EIRÓ, Paulo. **Sangue Limpo**. 2º Ed. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, 1949.

²⁷⁴ HADDAD, Jamil Almansur. In: EIRÓ, Paulo. **Sangue Limpo**. Op.cit. p.14.

²⁷⁵ AZEVEDO, Elizabeth. **Um palco sob as arcadas**: o teatro dos estudantes de Direito do largo São Francisco, em São Paulo, no século XIX. São Paulo: FAPESP, ANNABLUME, 2000.

²⁷⁶ AMARAL, Antonio Barreto do. **Os poetas da Academia e a abolição**. *Revista Municipal*. nº190 p.3-23 p.23, 1977.

produzidas pelo rapaz o colocaram no mesmo patamar que Castro Alves e Álvares de Azevedo. Abaixo segue um de seus poemas:

A sentença

Na sede espaçosa, cercada de escravos/ Nascidos nas selvas,
robustos e bravos/ Mas presos agora de infundo terror/ Lotário
pensava, Lotário o potente, Lotário o potente,/ Lotário o opulento,
soberbe valente. De um povo de humildes, tirano e senhor/ Conheces
teu crime?... gritou o senhor/ - Não, Mauro responde com frio
amargor [...].²⁷⁷

Muitos desses estudantes, após a formação, já não compartilhavam dos mesmos valores que seus pais e, ao retornarem para administrarem seus patrimônios, alguns bacharéis acabavam liquidando totalmente seus bens, por falta de conhecimento dos negócios da família ou por simples desinteresse daquele modo de vida, com qual já não se identificavam mais. Segundo Luis Martins:

O grande potentado rural, conservador em política como em moral familiar, proprietário de escravos e opressor da mulher, via em seu próprio filho bacharel, que voltava de São Paulo ou do Recife, centros de estudos de direito, o maior e mais encarniçado inimigo de suas idéias. Um inimigo dócil, bem educado, tímido, que o tratava com todo o respeito que tantos anos de patriarcado poderoso impunham – “Senhor meu pai” -, mas nem por isso menos perigoso em sua rebeldia dissimulada e fecunda.²⁷⁸

Joaquim Nabuco, por exemplo, ao herdar de sua tia a fazenda Massangana tratou logo de vendê-la e, com o dinheiro, viajar para a Europa.²⁷⁹ Mesmo depois de formados, os bacharéis que assumiram altos cargos políticos, depois de 1850, em maior número, assumiram posicionamento favorável à substituição da mão-de-obra servil pela livre, segundo Lilia Moritz Schwarcz “apesar dos estreitos laços de parentesco que atavam certos intelectuais a famílias de proprietários de terra, sua atuação se dá em um contexto urbano, o que já os diferencia de seu grupo de origem”.²⁸⁰

²⁷⁷ AMARAL, Antonio Barreto do. **Os poetas da Academia e a abolição**. p.22.

²⁷⁸ MARTINS, Luís. **O patriarca e o bacharel**. Op.cit. p.37.

²⁷⁹ NOGUEIRA, Almeida. **A Academia de São Paulo**: tradições e reminiscências. Saraiva, 1977. Vol.1.

²⁸⁰ SCHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questões racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

A leitura dos clássicos do liberalismo, sobretudo, dos autores mais radicais, muitas vezes censurados pelos próprios docentes da Academia, acabava sendo discutida em clubes e jornais, espaços criados pelos próprios discentes. “[...] Ser estudante de Direito era, pois, sobretudo, dedicar-se ao jornalismo, fazer literatura, especialmente a poesia, consagrar-se ao teatro, ser bom orador, participar dos grêmios literários e políticos, das sociedades secretas e das lojas maçônicas.”²⁸¹

A experiência acadêmica teve um peso importante na mudança de postura e pensamento dos bacharéis. O fato de a Academia de Direito ter abrigado estudantes oriundos de segmentos menos abastados, como filhos de grandes negociantes, de comerciantes remediados, de funcionários públicos de baixo escalão e até mesmo de filhos de quitandeiras²⁸², contribuiu para que as ideias liberais circulassem com mais facilidade e ganhassem cada vez mais adeptos, principalmente nas décadas de 1850 e 1860. Esses grupos não tinham ligações diretas com os proprietários rurais e dependiam menos da mão-de-obra cativa.

Era comum que pessoas que não compunham o quadro estudantil frequentassem a Academia. Luiz Gama, por exemplo, cursou Direito na condição de aluno ouvinte e constantemente visitou a biblioteca da instituição para ter acesso ao conhecimento jurídico.²⁸³ A Academia de Direito configurava um importante espaço de difusão das ideias emancipacionistas e de sociabilidade entre os antiescravistas.

3.2. Os antiescravistas na cidade de São Paulo

De acordo com Jean-François as redes podiam assumir dupla dimensão: a afetiva e a ideológica. Nessa forma de composição das redes, compartilham-se as ideias e estabelecem-se laços de amizade entre os indivíduos.

Para se compreender como se estabeleceram as redes de sociabilidade entre as sociedades emancipacionistas, é necessário conhecer mais detidamente cada uma das figuras,

²⁸¹ Venâncio Filho Apud ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Op.cit. p.162.

²⁸² FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: introdução à história patriarcal no Brasil. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961. Vol. II. Muitas quitandeiras financiavam o estudo de seus filhos acumulando diferentes atividades.

²⁸³ Luiz Gama não foi aceito como aluno da instituição, tudo que aprendeu sobre as leis foi por meio do autodidatismo e assistindo as aulas como aluno ouvinte, talvez a razão para a recusa de sua entrada na Academia de Direito estivesse associada ao passado escravista de Gama, já que a presença de “mulatos” no local era comum. CÂMARA, Nelson. **O advogado dos escravos**: Luis Gama. 1ª Ed. Lettera.doc, 2010.

que, por sua atuação individual, colaboraram para estreitar os laços entre as organizações emancipacionistas.

Joaquim Ignácio Ramalho, o mais velho entre os antiescravistas, nasceu em 6 de janeiro de 1809, na cidade de São Paulo e era filho do médico espanhol José Joaquim de Sousa Saquete.²⁸⁴ Formou-se em Direito em 1834 e, antes mesmo de se formar, foi nomeado em 3 de outubro do mesmo ano professor substituto do curso de Filosofia Racional e Moral. Dois anos depois, em 1836, assumiu definitivamente a cadeira de lente, para lecionar Teoria e Prática do Processo Civil e Comercial entre 1836 a 1883, acumulando também o cargo de diretor da faculdade.²⁸⁵ Ramalho esteve presente no quadro das duas lojas maçônicas, a Amizade e a Piratininga na primeira, destacou-se como membro e, na segunda, como fundador e venerável.

Nas décadas de 1850 e 1860, Ramalho era um dos nomes mais bem articulados da Piratininga, e supõe-se que tenha contribuído direta e indiretamente para ampliar o prestígio e o número de membros da loja, que, no ano de 1852, girava em torno de 92. Conforme citado no capítulo anterior, foi grande o número de iniciados na loja, em seus primeiros anos.

Como lente, Ramalho poderia identificar o perfil dos estudantes e recrutá-los facilmente para comporem o quadro da loja Piratininga. Estas podem ter sido as circunstâncias que levaram Couto Magalhães a ser iniciado na Piratininga em 1855, no mesmo ano em que ingressou na Academia de Direito.

Nesse período, Ramalho já havia ocupado os cargos públicos de vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo em 1845, e posteriormente assumiu o posto de deputado pela província de São Paulo e de presidente da província de Goiás, entre 1842 e 1843; presidente da Câmara dos Deputados entre 1866 a 1867 e de 1868 a 1869. O advogado tinha fama de ser severo e autoritário em relação às suas convicções:

[...] Ramalho grangeou tal autoridade perante seus pares, em qualquer das organizações a que pertencia, que sua palavra tinha força de lei [...] contam que certa vez, a congregação da Faculdade de direito decidiu contra as suas convicções, em determinado assunto. Ele assim se manifestou: “- a congregação decidiu...mas eu não cumpro.”²⁸⁶

²⁸⁴ NOGUEIRA, Almeida. Brasil Bandecchi. **Barão de Ramalho**. *Anais do Museu Paulista*. Separata. Tomo XXXI. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982. p.46-49.

²⁸⁵ NOGUEIRA, Almeida. Brasil Bandecchi. **Barão de Ramalho**. Op.cit. p.49.

²⁸⁶ NOGUEIRA, Almeida. Brasil Bandecchi. **Barão de Ramalho**. Op.cit. p.47.

Joaquim Ramalho, por seu histórico e atuação, era referência para outros antiescravistas importantes que atuavam na cidade de São Paulo, entre os quais Castro Alves, Paulo Eiró, Luiz Gama, Américo de Campos, Américo Brasiliense, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José Bonifácio, o Moço, Pamplona de Menezes e Ângelo Agostini.

Luiz Gama, por exemplo, recorreu, em determinadas ocasiões, à loja maçônica Piratininga com o objetivo de esconder escravos fugidos, “[...] nunca Luis Gama, José do Patrocínio, Antonio Bento e outros abolicionistas recorreram em vão a Ramalho [...]”²⁸⁷. Ainda que essa fala se refira aos anos mais avançados do movimento, década de 1880, é possível conceber que a proximidade de Gama com a loja maçônica Piratininga tenha sido anterior.

Luiz Gama era amigo de José Bonifácio, o Moço, maçom da loja Piratininga, e nesse mesmo período conquistou a amizade de outros emancipacionistas importantes, como Américo de Campos, Lúcio de Mendonça, Castro Alves e Rui Barbosa, esse último expressou seu afeto e admiração por Gama, por escrito:

Uma das raras fortunas de minha vida é a de ter cultivado intimamente a sua amizade, em luctas que nunca esquecerei. Um coração de anjo, uma alma que era a harpa eólia de todos os sofrimentos da oppressão; um espírito genial; uma torrente de eloquência, de dialética e de graça; um character adamantino, cidadão para a Roma antiga, inacclimavel no Baixo Império; uma abnegação de apostodo: personalidade de granito, aureolada de luz e povoada pelas abelhas do Hymeto.²⁸⁸

Em meados da década de 1860, Gama tornou-se amigo íntimo de Lúcio de Mendonça, com quem dividiu não apenas seus ideais políticos, mas também suas angústias. Gama escreveu inúmeras cartas para Lúcio de Mendonça²⁸⁹, nas quais narrou sua trajetória de vida, desde a infância na Bahia, quando foi vendido como cativo, até o processo de reconhecimento de sua liberdade já na cidade de São Paulo.

Luiz Gama nasceu em 1830, filho de Luiza Mahin, africana livre e de um fidalgo português²⁹⁰ bem sucedido, que, anos depois, viu-se mergulhado em grande dívida de jogo. Em consequência da crise financeira, o pai de Luiz Gama, em 10 de novembro de 1840,

²⁸⁷ VAMPRÉ, Spencer. Op.cit. p.299.

²⁸⁸ Rui Barbosa apud DUQUE-ESTRADA, Osório. **A abolição**: esboço histórico (1831-1888).Op.cit. p.89.

²⁸⁹ Carta de Luiz Gama para Lúcio de Mendonça apud FERREIRA, Laura. **Luiz Gama**. p. 11-13.

²⁹⁰ Em suas memórias Luiz Gama não faz referência ao nome de seu pai.

vendeu-o como cativo, enquanto sua mãe havia desaparecido sob a acusação de suposto envolvimento na insurreição escrava de 1835, e não voltou a ser vista por Gama.²⁹¹

Gama tornou-se um homem letrado, com a ajuda de um hóspede de seu senhor – Antônio Rodrigues do Prado Junior estudante da Academia de Direito - quando tinha 17 anos de idade; logo em seguida, decidiu fugir e, um ano depois, conseguiu provar que era um homem livre. Em 1848, Gama já não era mais cativo, como confessou o próprio em carta trocada com Salvador de Mendonça.

Foi no ano de 1848 que Gama assumiu a função de Praça da Força Pública de São Paulo, onde permaneceu por seis meses, até insultar seu superior e passar 39 dias preso. Gama trabalhou também como copista do escrivão Benedito Antônio Coelho Neto e desempenhou a função de amanuense do gabinete do delegado de polícia, entre os anos de 1858 a 1869. Nessa trajetória, Gama teve a oportunidade de estreitar laços com importantes autoridades, como, Furtado de Mendonça, então delegado da cidade de São Paulo.²⁹²

Para galgar uma carreira sólida como funcionário público no Brasil no século XIX, era preciso estabelecer laços de amizade com os “donos do poder”, por meio de matrimônio ou apadrinhamento. Este era o caminho que poderia definir a posição social que um indivíduo ocuparia numa sociedade hierarquizada e paternalista. De acordo com Antonio Cândido:

[...] o próprio funcionalismo do Estado dependia do jogo de favores, da formação de uma clientela mantida pelos empregos públicos, ao lado dos princípios fiscais, concessões, empreitadas, etc. Daí a vigência e a força do “patronato”, isto é, o sistema segundo o qual o critério das nomeações não era a capacidade ou a prova de competência, mas a mera proteção política, o pistolão.²⁹³

Numa sociedade escravista onde a escrita era um privilégio de poucos, Gama havia conseguido alcançar tal prerrogativa que lhe permitiu acessar certos espaços. Como escritor, Gama publicou no ano de 1859, o livro de poesias *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, pela Tipografia *Dois de Dezembro*.²⁹⁴

²⁹¹ SANTOS, Luiz Carlos. **Luiz Gama**. Op.cit.p.17.

²⁹² AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo**. Op.cit. p.103.

²⁹³ CANDIDO, Antonio. **Um funcionário da Monarquia**: ensaio sobre o segundo escalão. 2ª Edição. São Paulo: Editora Ouro Sobre Azul, 2007.p.32.

²⁹⁴ Neste trabalho Gama apropriou-se do gênero satírico, que teve grande destaque nos círculos literários, principalmente, entre as décadas de 1850 e 1860.

O livro, rapidamente esgotado, deu-lhe grande visibilidade e reconhecimento entre a elite letrada. Dada a circularidade da primeira edição, logo Gama lançaria a segunda edição de seu trabalho. A segunda publicação veio acompanhada dos poemas de José Bonifácio, o Moço, cujos títulos eram “A Rodrigues dos Santos”, “Saudades do escravo”, “Calabar”, “Enlevo”, “A Garibaldi”, “Teu nome”, “Prometeu”, “Saudade”, “Olinda” e “O tropeiro”.

No prefácio da segunda edição de *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, Gama se referiu a José Bonifácio nestes termos: “o acompanharia nesse propósito a não ser coagido pela eminente necessidade, em que vejo, de abrigar-me sob os auspícios de um valioso padrinho”,²⁹⁵ em outro trecho Gama se dirige à José Bonifácio como amigo.

José Bonifácio de Andrada e Silva, o Moço, era sobrinho de José Bonifácio, o Patriarca da Independência, e nasceu em Bordeaux, na França, em 8 de novembro de 1827, durante o exílio de seu pai Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva. Tornou-se bacharel em direito pela Academia de Direito de São Paulo, no ano de 1853.

Bonifácio foi iniciado na loja Piratininga em 1850, recrutado quando ainda cursava o segundo ano do curso de Direito. Sua atuação na maçonaria paulistana foi temporariamente interrompida, pois José Bonifácio foi indicado para assumir a cadeira de lente do curso de Direito Civil, da faculdade de Direito do Recife, retornando para a cidade de São Paulo em 1858.²⁹⁶

Outros nomes importantes compuseram as redes de sociabilidade, entre os quais Américo de Campos, que atuou como advogado, funcionário público e jornalista. Entre os anos de 1860 a 1863, atuou como Promotor Público de Itu, colaborando também como redator e diretor em diversos jornais: *Correio Paulistano*, *O' Cabrião*, *O' Ipiranga*, *no Radical Paulistano* e na *A Província de São Paulo*.²⁹⁷

O antiescravista Américo de Campos²⁹⁸ era amigo de Luiz Gama e de Rui Barbosa e, juntos, atuaram nos jornais *Radical Paulistano* e *Cabrião* e na loja maçônica América. Campos também atuou na defesa de cativos ilegalmente escravizados.

Assim como Américo de Campos, Rui Barbosa foi muito atuante na causa antiescravista. Barbosa nasceu em 5 de novembro de 1849, na Bahia, era filho de Maria

²⁹⁵ FARIA, Alberto. Apud. AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha**. Op.cit.p.40

²⁹⁶ CASTELLANI, José. **Os maçons e a abolição da escravatura**. Paraná/ Londrina: a Trolha, 1998.p.35.

²⁹⁷ CRUZ, Heloísa de Faria. **A imprensa paulistana**. Op.cit.325.

²⁹⁸ AZEVEDO, Elciene de. **Orfeu de Carapinha**. Op.cit.p.93

Adélia e João José Barbosa de Oliveira. Em 1866, Rui Barbosa, Regueiro Costa, Augusto Álvares Guimarães e Castro Alves fundaram na Rua do Hospício, no Recife, uma sociedade emancipacionista. No mesmo ano, Rui Barbosa iniciou seus estudos na Academia Jurídica de Recife, mas, em 1868, partiu para São Paulo para terminar o curso onde “associou-se ao círculo paulista de jovens intelectuais durante seus estudos de direito”²⁹⁹ e em primeiro de junho foi iniciado nas lojas maçônicas América e na loja Amizade.³⁰⁰

No período em que permaneceu em São Paulo, Rui Barbosa idealizou e desempenhou diversos projetos, sendo parte significativa deles desenvolvidos em parceria com a loja América, apoiado pelos maçons Luiz Gama, Américo Brasiliense, Américo de Campos, Joaquim Nabuco e Pamplona de Meneses.

Rui Barbosa promoveu a libertação de escravos, realizou conferências públicas em defesa das ideias emancipacionistas, articulou a fundação de uma escola popular gratuita e de uma biblioteca pública voltada às crianças, mulheres, escravos, libertos e homens livres pobres. Além de fundador da escola, Rui Barbosa também se destacou como professor do centro educacional junto com Luiz Gama.³⁰¹ A educação pública e a substituição da mão-de-obra servil eram as principais bandeiras sociais levantadas por Rui Barbosa.

Quando Rui Barbosa chegou a São Paulo, a pedido de seu pai, médico influente e diretor de instrução na Bahia, ficou instalado no Palácio do Governo, na casa de Saldanha Marinho, provisoriamente até que encontrasse um lugar definitivo.

Na mesma época em que Rui Barbosa se mudou para São Paulo, Castro Alves seguiu para a cidade, ambos se matricularam na Academia de Direito de São Paulo em 1868 e mantiveram estreita amizade. Há registro de que Barbosa e Castro Alves tenham sido vizinhos de quarto, e Rui Barbosa, o responsável pelo pagamento do aluguel dos dois quartos, no valor de dez mil réis adiantados, depois de sua passagem pela residência de Saldanha Marinho.³⁰²

Além do forte laço de amizade mantido entre Castro Alves e Rui Barbosa, era conhecida a relação destes com Luiz Gama, com quem trabalharam na loja maçônica

²⁹⁹ MORAN, Emílio Frederico. **Rui Barbosa e a abolição**. Trad. Carly Silva. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1973. Op.cit. p.27.

³⁰⁰ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit.47.

³⁰¹ Correio Paulistano 15 de junho de 1869.

³⁰² AZEVEDO. Célia Maria Marinho. **Abolicionismo**. Op.cit.p.103.

América. Castro Alves foi iniciado na loja em 1869³⁰³ e constantemente visitava a casa e o escritório de Gama.³⁰⁴

Castro Alves permaneceu por apenas seis meses na cidade, contudo sua passagem foi muito produtiva, como atestou o próprio escritor em seu livro de poemas “Escravos”, onde demonstra carinhosamente respeito e admiração pela Academia de Direito de São Paulo, em carta trocada com Álvares Guimarães afirma: “Devo dizer-te que os meus “Escravos” estão quase prontos. Sabes como acabam os poemas? (Devo a S. Paulo esta inspiração)”.³⁰⁵ Foi também em sua passagem por São Paulo que Castro Alves recitou pela primeira vez o seu trabalho mais importante: o *Navio Negreiro*.

Embora Castro Alves tenha sido consagrado como poeta abolicionista, sua produção não se restringiu à poesia. O escritor foi também importante colaborador dos periódicos *Radical Paulistano* e *O’Ypiranga*, realizou conferências públicas, e era figura muito respeitado na cidade.

Havia admiração mútua entre estes homens e, de quando em quando, um se referia ao outro em tom de exaltação. Na ocasião do banquete que homenagearia José Bonifácio, Américo de Campos aproveitou a oportunidade para brindar o poeta Castro Alves, classificando-o “como representante do pensamento democrático das províncias do Norte”.³⁰⁶

Existia uma importante rede de sociabilidade e solidariedade que unia esses homens que compartilhavam as mesmas ideias. O banquete organizado por Castro Alves e Joaquim Nabuco, em 1868, embora tivesse a finalidade de homenagear José Bonifácio, serviu também para reunir os nomes importantes do pensamento antiescravista, Joaquim Nabuco, Salvador de Mendonça, Rui Barbosa, Américo Brasiliense e Américo de Campos:

³⁰³ CASTELLANI, José. **Piratininga**. Op.cit. p.47.

³⁰⁴ CÂMARA, Nelson. **O advogado dos escravos**: Luiz Gama. Op.cit. p.75.

³⁰⁵ AMARAL, Antonio Barreto do. **Os poetas da academia e a abolição**. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal, 1977. p.187. O livro é composto por 34 poemas: A bainha do punhal; A canção do africano, A criança; A cruz da estrada; A mãe do cativo; A órfã na sepultura; A visão dos mortos; Adeus meu Canto; América; Antítese; Ao romper d’alva; Bandida negra; Canção do violeiro; Confidências; Estrofes do solitário; Fábula – O pássaro e a flor; Frades; Jesus e frades; Lúcia; Manuela (Cantiga do rancho); Mater dolorosa; O canto de Bug Jargal; O derradeiro amor de Byron; O navio negreiro; O século; O sibarita romano; O sol e o povo; O vidente; Prometeu, Remorso Saudação a Palmares; Suplica; Tragédia no lar e Vozes da África. Todos os poemas do autor giram em torno do escravo, uns são mais diretos e enfáticos e outros são mais sutis em suas críticas. Os poemas classificados como sociais denunciam as condições vivenciadas pelos cativos em tom dramático e foram recitados em tribunas cultas e populares no Recife, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo na década de 1860.

³⁰⁶ O’ Ipiranga 2 de agosto de 1868.

Nabuco lança, em sua residência, a idéia de oferecer um banquete de largas proporções, [...] José Bonifácio recebe estrondosa manifestação popular ao desembarcar na Estação da Luz, saudado por Castro Alves e Joaquim Nabuco. O Andrada, que nos saraus paulistanos recitava de cor as imortais poesias do aluno, abraça a ambos e ergue um viva ao Conselheiro Nabuco de Araujo [...].³⁰⁷

Assim como Rui Barbosa e Castro Alves, Joaquim Nabuco seguiu do Rio de Janeiro para São Paulo, onde ingressou na Academia de Direito em 1866, permanecendo na cidade até 1868, ano em que se tornou membro da loja América, em 1º de dezembro. Sua participação na loja não foi muito intensa, pois neste mesmo ano seguiu para Recife onde concluiu o bacharelado em 1870.

Joaquim Nabuco Aurélio Barreto de Araújo nasceu em Recife em 19 de agosto de 1849, quarto filho do senador José Tomás Nabuco de Araújo. Nabuco permaneceu em Recife até a morte de sua madrinha, Anna Rosa Falcão de Carvalho, dirigindo-se depois para o Rio de Janeiro ao encontro de seu pai.³⁰⁸

Nabuco, assim como Rui Barbosa, Américo de Campos, Américo Brasiliense, Luiz Gama, Joaquim Sizenando, (irmão mais velho de Joaquim Nabuco) e Castro Alves colaborou com os jornais *Radical Paulistano* e *O' Ypiranga*.

Embora a presença de estudantes e advogados fosse representativa entre os antiescravistas, havia também a interação de outros grupos e até mesmo de estrangeiros nestes espaços, como a participação do italiano Ângelo Agostini, que chegou ao Brasil em 1859, com 21 anos. Antes de vir ao Brasil, Agostini estabeleceu-se por quase dez anos em Paris, que, naquele momento, consagrava-se como centro cultural da Europa.

O cartunista fixou residência na cidade de São Paulo e logo estreitou laços de amizade com Luiz Gama, Sizenando Araújo e Américo de Campos. A proximidade entre eles permitiu que Ângelo Agostini se transformasse no cartunista oficial do periódico *Diabo Coxo*. Foi também nesse contexto que as idéias antiescravistas e republicanas ganharam a atenção de Ângelo Agostini:

Seus companheiros de jornal Luís Gama e Sizenando Nabuco tinham posições muito firmes no sentido antiescravista. Luís Gama, tendo sentido na pele a escravidão, embora fosse filho de um branco português, tão logo obteve sua liberdade em 1848 passou a lutar em favor da libertação dos

³⁰⁷ Obras Completas de Rui Barbosa. Op.cit.p.34.

³⁰⁸ CASTELLANI. José. **Piratininga**. Op.cit.34.

negros. Era também o mais velho no grupo, com 34 anos, homem com experiência política e social suficiente para plantar junto a jovens como Agostini os germes do abolicionismo e do liberalismo.³⁰⁹

Agostini tornou-se referência entre os ilustradores por retratar cenas da escravidão, ganhando inclusive o apelido de “repórter do lápis”.³¹⁰ Suas ilustrações eram adoradas por uns e odiadas por muitos, já que as figuras tinham a função de criticar e retratar os personagens políticos e os representantes religiosos. Com a extinção do semanário, Ângelo Agostini teve suas ilustrações estampadas em outro periódico, o *Cabrião*, sob a direção e redação de Américo de Campos e Antonio Manuel dos Reis.

Da experiência vivenciada no semanário *Cabrião*, Ângelo Agostini tinha a seguinte recordação:

Foi commigo que Américo de Campos estreou na imprensa em 1866 no jornal ilustrado *Cabrião*. Comprehendemo-nos imediatamente. Ambos de caracter firme e, pode-se dizer, temperado como o fino aço, empreendemos um gênero de publicação então pouco conhecido e que não deixava de ser um tanto arriscado.³¹¹

Ângelo Agostini permaneceu na cidade de São Paulo até 1867. Após o encerramento do semanário *Cabrião*, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou também como cartunista do jornal *Arlequin*, em 1868, depois no periódico *A vida fluminense*.

A interação social entre esses homens era recorrente e serviu para construir as redes de sociabilidade e solidariedade que resultariam em ações antiescravistas. Segundo Maria Luiza de Oliveira, prender-se em teias de relacionamento era uma das características dos grupos urbanos paulistanos, já que “viviam, lado a lado elites e remediados, professores da faculdade de direito e imigrantes, escravos e relojoeiros alemães,”³¹² até pelo menos 1870.

3.3. Encontro de gerações

³⁰⁹ SILVA, Rosângela de Jesus. **Ângelo Agostini**: crítica de arte, política e cultura no Brasil do segundo reinado. Revista da Unicamp < <http://www.unicamp.br>.> 21 de agosto de 2010. p.107-121.p.119.

³¹⁰ SILVA, Rosângela de Jesus. **Ângelo Agostini**. Op.cit. p.118.

³¹¹ SILVA, Rosângela de Jesus. **Ângelo Agostini**. Op.cit. p.111.

³¹² OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a Casa e o armazém**. Op.cit.287.

As redes de sociabilidade em torno das ideias e práticas antiescravistas reuniram um grupo heterogêneo da sociedade paulistana, como o observado no primeiro capítulo, com a presença de religiosos, mulheres, filhos de fazendeiros, ex-escravo e indivíduos destacados dos segmentos urbanos. Havia distinção não apenas de gênero e origem social, mas também de idade.

Não é possível pensar em uma geração emancipacionista, mas sim em gerações, no plural, pois conceber que uma única geração teria sido capaz de difundir as ideias escravistas simplificaria as relações construídas entre esses indivíduos. Quando Joaquim Ramalho conheceu Américo de Campos e Américo Brasiliense, na Academia de Direito, já era muito conhecido e era figura respeitada em toda a cidade de São Paulo, como lente e por sua carreira na política.

Ramalho foi professor de Américo de Campos, Américo Brasiliense, Castro Alves, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. O primeiro contato entre esses homens caracterizou-se pela relação professor/aluno, mas não se restringiria ao espaço da Academia de Direito. Como mestre e antiescravista, Joaquim Ramalho ganhou o respeito desses jovens para além das cadeiras escolares, José Bonifácio, o Moço, também era muito querido e admirado por esses aprendizes do poder.

A diferença de idade não impediu esses homens de estreitarem laços de amizade, pelo contrário, os mais novos se inspiravam nos mais velhos. Ramalho era vinte e seis anos mais velho que Américo Brasiliense e vinte quatro anos mais velho que Américo de Campos, o que demonstra que o elemento que os unia era o interesse pelas ideias e práticas antiescravistas.

O fato de existir diferença de idade entre esses homens não os privou de uma boa convivência, é identificável pelo menos três gerações de antiescravistas. A primeira formada por Joaquim Ramalho, Luiz Gama, Eiró e José Bonifácio; a segunda, composta por Américo de Campos e Américo Brasiliense; e a terceira, representada por Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Castro Alves. Embora fizessem parte de gerações distintas, o encontro entre eles seria inevitável, já que compartilhavam das mesmas ideias e dos mesmos interesses, considerando, sobretudo, as limitações físicas e populacionais da sociedade de São Paulo para o período.

Quando Américo de Campos ingressou na Academia de Direito, em 1855, Américo Brasiliense já cursava seu último ano, mas, embora não fossem da mesma turma, tiveram breve convivência que se fortaleceu quatorze anos depois, quando juntos fundaram a loja maçônica América.

Da mesma forma, estabeleceu-se a relação entre Joaquim Ramalho e Américo Brasiliense. Embora se tenham conhecido na Academia de Direito, quando Américo Brasiliense era apenas um estudante e Ramalho já era professor respeitado, a afinidade entre eles parece ter-se desenvolvido posteriormente, quando o primeiro indicou e apoiou o segundo à candidatura de deputado.³¹³

José Bonifácio, lente da Academia de Direito, também estabeleceu laços de amizade com os jovens Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Castro Alves, quando estes eram apenas seus alunos.

A multiplicidade geracional indica que as ideias antiescravistas foram sendo gestadas lentamente, aprimoradas e difundidas, com renovações constantes de ideias e pessoas. Parte dos antiescravistas que atuaram nas organizações emancipacionistas entre as décadas de 1850 e 1860 continuariam trabalhando em prol da libertação dos cativos. Na década de 1880, por exemplo, a sociedade secreta abolicionista denominada Caifazes, criada e liderada por Antonio Bento, recrutava membros dos seguimentos médios - funcionários públicos, advogados e comerciantes. Para auxiliá-lo neste empreendimento e nesse grupo heterogêneo, estavam também os maçons da loja Amizade, América e Piratininga.³¹⁴

Os Caifazes tinham como objetivo radicalizar as ações contra a escravidão incentivando os cativos a fugirem das fazendas e se refugiarem no interior das sociedades antiescravistas e nas redações dos jornais.³¹⁵ Antonio Bento, maçom da Piratininga, promovia a fuga de cativos das senzalas e depois os enviava para a cidade de Santos, onde estava sediado o Quilombo do Jabaquara.³¹⁶

A imprensa Paulistana, além de servir de esconderijo para os escravos fugidos, tinha também o papel de articular as redes de sociabilidade e, ao mesmo tempo, divulgar as idéias e ações antiescravistas. Em certa medida, a imprensa reuniu em seu interior os atores sociais que compunham as sociedades emancipacionistas.

3.4. A imprensa paulistana e a rede de sociabilidade

³¹³ NOGUEIRA, José Luis de Almeida. **A academia de São Paulo**. Op.cit.p.42.

³¹⁴ CASTELLANI. José. **Os maçons e abolição da escravidão**. Op.cit.p.70.

³¹⁵ VAMPRÉ. Spencer. **Memórias para a história da Academia de São Paulo**. Op.cit.p.330.

³¹⁶ CASTELLANI. José. **Os maçons e abolição da escravidão**. Op.cit.p.72.

De uma forma ou de outra, a imprensa paulistana serviu de porta voz das ideias e ideais defendidos pelas sociedades emancipacionistas. A Onze de Agosto recorreu à imprensa para divulgar seu estatuto em 1857; a Fraternalização, após anos de anonimato, apresentou-se publicamente à imprensa em 1870 e, a partir de então a presença de notas e artigos em jornais, tornou-se frequente, sobretudo para anunciar as libertações de cativos efetuadas por ela.

A sociedade Redentora agiu da mesma forma, registrando, desde sua instalação, todos os passos tomados pela organização, mudanças de diretoria e até concessões de cartas de alforria.

Entre as organizações emancipacionistas, a loja América foi a que mais vezes apareceu na imprensa. Entre os periódicos analisados não foi encontrada nenhuma referência à loja Piratininga, ou as suas ações em defesa dos cativos.

A presença constante de figuras ligadas às sociedades emancipacionistas e às lojas maçônicas nas redações de jornais dá conta do papel que a imprensa teve na divulgação das ideias e práticas emancipacionistas. Entre os redatores que se destacaram nos principais jornais que circularam pela cidade estavam Rui Barbosa, Luiz Gama, Antônio Manuel dos Reis, Sizenando Barreto Nabuco de Araújo, Bernardino Joaquim Nabuco, Castro Alves, Ângelo Agostini, Lúcio de Mendonça, Pamplona de Meneses, José Bonifácio, o Moço, Américo Brasiliense, Américo de Campos e seu irmão Bernardino de Campos.

Em 1850, circulavam na cidade de São Paulo cerca de 50 jornais; de 1851 a 1860 surgiram mais 55 novos periódicos e esses números só aumentaram: entre 1861 a 1870 apareceram mais 60 novos jornais, embora a maioria deles não se tenha firmado já que, em geral, esses periódicos tinham circulação irregular e não eram diários.

O primeiro jornal impresso na cidade de São Paulo foi o *Farol Paulistano*, em 1827. Entre os redatores, havia um estudante, alguns professores da Academia de Direito e outros segmentos.³¹⁷ Os periódicos *Correio Paulistano*, *O' Ipiranga* e o *Radical Paulistano* traziam em seus quadros estudantes, funcionários públicos e advogados.

Muitos dos jornais do período tiveram como cerne as críticas sociais. Alguns mais incisivos chegaram a publicar artigos antiescravistas, como *O' Ipiranga* e o *Radical Paulistano*, enquanto outros optaram pela crítica velada.³¹⁸ Os semanários *Diabo Coxo* e *Cabrião*, que circularam na cidade de 1864 a 1867, também estavam comprometidos com as

³¹⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrado em branco e preto em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.** Ed.São Paulo: Companhia das letras, 1987.

³¹⁸ CRUZ, Heloísa de Faria. **A imprensa paulistana.** Op.cit. 324.

causas emancipacionistas. Em 1867, o *Cabrião* publicava em seu editorial, carta escrita por Américo de Campos (de meia página acompanhada de uma página de ilustração), criticando a escravidão, segue abaixo o texto:

A leitura da carta do Erasmo é um sonho enfumaçado e triste... Pobres africanos! As carnes assignaladas pelo providencial baptismo da civilização americana; indício da tranfusão civilisadora, operada cirúrgicamente por meio do azorrague, o famoso instrumento – símbolo de uma lei histórica e de uma intenção providencial; o craneo achatado ermo de idéias e unicamente cheio das negras sombras da ignorância; a alma embebida dos tristes princípios do bom, do justo e do honesto, bebidos no sorvo amargo das lagrimas do captiveiro; a consciência da dignidade humana atrophiada pelo servilismo; a liberdade decepada; homens transformados em machinas brutas; [...].³¹⁹

O *Diabo Coxo* foi editado por Ângelo Agostini, Luiz Gama com a colaboração de Sizenando Barreto Nabuco de Araújo. O segundo, articulado após a extinção do *Diabo Coxo*, foi redigido por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manuel dos Reis.

É interessante observar, entre os periódicos citados, que eles foram organizados pelo mesmo grupo assim o que mudava efetivamente de um jornal para outro era a forma como se apresentava a notícia.

O *Diabo Coxo* foi o primeiro periódico ilustrado editado na cidade de São Paulo,³²⁰ e trazia diversas ilustrações, crônicas, paródias e sonetos satíricos. Os temas mais abordados por esse periódico eram a movimentação da guerra do Paraguai e os problemas de abastecimento de água e dificuldades do transporte urbano da cidade. O periódico compunha-se de oito páginas, das quais quatro eram formadas por ilustrações. A assinatura podia ser feita em 12 números anuais pelo preço de 4\$000 réis na capital e 5\$000 réis em outras localidades. O primeiro número foi publicado em 2 de outubro de 10 de 1864.

O recurso das sátiras como forma de apresentação das notícias foi incansavelmente utilizado por Luiz Gama no seu semanário *Diabo Coxo*, mesma técnica observada também em

³¹⁹ **Cabrião**: semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis: 1866-1867. 2º Ed. Edição Fac-similar. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 347.

³²⁰ Introdução de Délio Freire dos Santos. apud. **Cabrião**: semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis: 1866-1867. 2º Ed. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 2000

seu livro de poemas *Trovas Burlescas de Getulino*. As sátiras eram o gênero corrente no período e de grande apelo popular, com suas ilustrações ricas em gravuras.³²¹

Entre um periódico e outro, a presença dos mesmos redatores era comum. Ângelo Agostini colaborou tanto no *Diabo Coxo* quanto no semanário *Cabrião*, assim como Américo de Campos, que trabalhou ao mesmo tempo no jornal *Correio Paulistano* e no *Cabrião*. A presença de Américo de Campos no jornal *Correio Paulistano* colaborou na divulgação e na popularização do *Cabrião*, em seu lançamento. Tratava-se, portanto, de uma auto-propaganda, como indica o trecho abaixo:

Propondo-se a castigar os costumes, rindo-se das fraquezas do próximo, esta publicação conquistará um lugar importante na imprensa. Religioso, mas sem hipocrisia, avesso às intrigas políticas e visando unicamente a crítica imparcial, o *Cabrião* viverá uma vida longa.³²²

Tanto o *Diabo Coxo* como o *Cabrião* tiveram vida curta e eram, na época, as publicações mais caras da cidade de São Paulo, com valor equivalente, no ano de 1867, a uma refeição servida no restaurante do hotel “das 4 nações” ou uma passagem para Santos.³²³

O semanário *Cabrião*, embora tenha circulado por pouco tempo, podia ser lido por habitantes de outras cidades, favorecendo circularidade das ideias emancipacionistas, como indicava o artigo publicado no periódico: “Roga-se aos snrs assignantes do interior, que ainda não satisfizerão a importância de suas assignaturas, o obsequio de mandal-as satisfaser com toda a brevidade.”³²⁴

Um dos jornais mais duradouros produzidos na cidade foi o *Correio Paulistano*, cuja primeira aparição ocorreu em 1831, apresentado na forma de bissemanário.³²⁵ O *Correio Paulistano* era de propriedade do negociante José Gomes Segurado, sendo publicado na tipografia do *Farol Paulistano* e distribuído na loja de seu proprietário, na Rua Direita, número 32, ao preço de 1\$440. Quando o jornal surgiu, combatia os restauradores que apoiavam a volta dos portugueses.

³²¹ AZEVEDO, Alciene. **Orfeu de carapinha**. Op.cit. 49.

³²² *Correio Paulistano* 2 de fevereiro de 1866.

³²³ FREIRE. Apud *Cabrião*. p.21.

³²⁴ **Cabrião**: semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manuel dos Reis (1866-1867). Op.cit. p. 143.

³²⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

O retorno do *Correio Paulistano* em 1854 ocorreu sob a direção de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, com tiragens diárias. Ao longo de sua existência o jornal agiu de acordo com sua situação financeira. No período de 1855 a 1858, momento de crise aguda do periódico, o jornal transformou-se em órgão oficial do governo, aderindo às ideias conservadoras. Somente a partir de 1868 é que o jornal passou a ser independente e recuperou o prestígio, representado no aumento dos exemplares “subindo a 700 nesse mesmo ano e a 850 exemplares em 1869.”³²⁶

Foi no contexto em que o periódico estava precisamente sob a intervenção do governo, que o estatuto da sociedade Onze de Agosto foi publicado, configurando uma aparente contradição, já que, de acordo com Lilia Moritz Schwarcz, o jornal teria assumido posição liberal somente a partir de 1868, quando o periódico já contava com a presença do antiescravista Américo de Campos em sua redação.

O'Ipiranga foi criado em 1867 por Cândido de Andrade e Ferreira de Mendonça, seguida pela colaboração de Salvador de Mendonça, que assumiu a direção do jornal. O periódico funcionou até 12 de dezembro de 1869, quando sucumbiu com a saída de Salvador de Mendonça, que se tornou colaborador do *Radical Paulistano*.

O jornal até 1868 foi considerado o principal porta-voz das ideias liberais e atraía por isso as principais figuras antiescravistas da cidade, entre elas Luiz Gama, José Bonifácio, Lúcio de Mendonça, Ângelo Agostini, Américo de Campos, Joaquim Nabuco, que atuaram como colaboradores e redatores. Foi na redação desse periódico que Luiz Gama, Lúcio de Mendonça, Salvador de Mendonça e José Bonifácio estreitaram laços de amizade.

O periódico perdeu seu prestígio depois que seus principais colaboradores e redatores abandonaram o jornal para fundar o *Radical Paulistano* em 1868.³²⁷ Como o próprio nome sugere, o novo periódico propunha ser radical em suas posições, ostentando entre seus projetos a luta pela substituição da mão-de-obra servil pela livre e o fim do poder moderador.

³²⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**. Op.cit. p.67.

³²⁷ Embora nem o Partido Liberal, nem o Conservador tenha assumido em sua plataforma política a defesa explícita pelo fim da instituição escravista, observa-se que as figuras de proa do antiescravismo concentraram-se no partido Liberal; Rui Barbosa, Luiz Gama, Ângelo Agostini, Américo de Campos, Américo Brasiliense, Joaquim Ramalho, José Bonifácio, o moço e Lúcio de Mendonça. Entretanto desentendimentos sobre os rumos dos projetos propostos pelo partido Liberal provocaram a divisão de seus filiados em dois grupos. De um lado figuravam os liberais radicais que defendiam, sobretudo, o fim da instituição escravista e do poder moderador sob a liderança de Luiz Gama e a outra frente denominada de liberais moderados liderado por José Bonifácio. O resultado de tal divergência foi à criação do Clube Radical e de seu jornal Radical Paulistano. Apesar das divergências Luiz Gama e José Bonifácio continuaram amigos.

O semanário *Radical Paulistano* custava doze mil réis anuais e era produzido na tipografia do *Ipiranga*.³²⁸ Por ser um jornal doutrinário tinha como regra não apresentar artigos assinados, já que a proposta do periódico era expressar as ideias do Club Radical e não os pensamentos individuais dos que o compunham.³²⁹

O fato é que o periódico se transformaria também em porta-voz das sociedades emancipacionistas, já que era produzido por membros da loja América, da Fraternização Primeira e representava os interesses dessas organizações no que se referia à substituição da mão-de-obra servil para a livre. Dessa forma, o jornal *Radical Paulistano* se firmava como espaço extensivo das sociedades emancipacionistas.

Os projetos da loja América em muitos aspectos se assemelhavam ao programa do Clube Radical. Além disso, as duas primeiras comissões de redatores e colaboradores do *Radical Paulistano* foram compostas pelos maçons da loja América e por membros da Amizade: Luiz Gama, Bernardino Pamplona de Menezes, Rui Barbosa e Américo de Campos e com a colaboração de Joaquim Nabuco, seu irmão Sizenando Barreto Nabuco de Araújo e Castro Alves.

O primeiro número do jornal *Radical Paulistano* trazia a pauta do programa do Clube Radical,

Descentralização; Ensino livre; Política efetiva; Abolição da guarda nacional; Senado temporário e eletivo; Extinção do poder moderador; Separação da judicatura da política; Sufrágio direto e generalizado; Substituição do trabalho servil pelo trabalho livre; Presidentes da província eleitos pela mesma; Suspensão e responsabilidade dos magistrados pelos tribunais superiores e poder legislativo, Magistratura independente, incompatível, e a escolha de seus membros fora da ação do governo; Proibição aos representantes da Nação de aceitarem nomeações para empregos públicos e igualmente títulos e condecorações; Os funcionários públicos, uma vez eleitos, deverão optar pelo emprego ou cargo de representação nacional [...].³³⁰

Depois da fundação do Club Radical e do jornal *Radical Paulistano*, ampliaram-se ainda mais as redes de sociabilidade. O Clube Radical passou a promover conferências públicas, realizadas no teatro São José, teatro da Concórdia e na Casa da Ópera. O teatro São

³²⁸ FREIRE. Apud *Cabrião* Op.cit.p.23.

³²⁹ *Radical Paulistano*, 17 de maio de 1869.

³³⁰ *Radical Paulistano*, 17 de maio de 1869.

José chegou a reunir cerca de 300 a 400 pessoas de diversos níveis sociais e intelectuais, para as quais se apresentaram Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Castro Alves.³³¹

Os ingressos para as apresentações eram gratuitos e divulgados em pequenas notas nos jornais *O'Ipiranga* e no *Correio Paulistano*. Nos convites, o chamado era direcionado, sobretudo, às pessoas menos instruídas, como indica esta nota: “O Clube insta, sobretudo pelo comparecimento do homem do povo – os que mais sofrem e os que mais diretamente devem conhecer de onde nascem os nossos males”.³³²

Os textos produzidos pelo *Radical Paulistano* e as conferências faziam críticas ao governo que tardava em pôr fim à escravidão, mesmo após pressões internacionais. O texto de autoria de Rui Barbosa “A Emancipação progride” é um dos exemplos da feroz crítica dirigida ao governo,

A Emancipação Progride

[...] A pressão formidável das idéias cresce de dia a dia em voltar de nós como um oceano preta de tempestades.

No meio de tudo isto e que faz o governo? Nada; absolutamente nada!

A fala do trono de 1869 é uma vergonha indelével. O Sr. D. Pedro II, que em 1867 e em 1868 havia proclamado solenemente a urgência da reforma abolicionista, que tinha celebrado compromissos públicos com o país e com a Europa, que alardeava de todo modo tendências humanitárias [...]

Algum dia, quando liberdade não for mais o privilégio dos brancos no Brasil, quando a posteridade examinar os nossos feitos com o facho da História na mão [...]

Não protesteis! Se a emancipação em 1867 e em 1868 era tão urgente, que o imperador a mandava estudar pelo Conselho do Estado, e a consignava nos discursos da Coroa como a necessidade capital do país, invocando para ela a reflexão do parlamento, como é quando de um ano para outro esta necessidade urgente e imediata [...].

A servidão em que temos vivido até hoje, a ausência completa de animação política no país, tem nos habituado a desdenhar esses fatos que sob a modéstia de suas feições, ocultam graves sistemas de regeneração pública.

É o interesse urgente da emancipação. O Brasil, segundo a expressão de Laboulaye no Congresso Abolicionista de 1867, o Brasil está bloqueado pelo mundo. O poder cruza os braços? Pior para ele, a torrente o destruirá. A abolição da escravidão, quer o governo queira, quer não queira, há de ser efetuada nem futuro próximo. Tal é a realidade.³³³

Os artigos publicados pelo jornal *Radical Paulistano* eram reproduzidos pelo *O'Ipiranga* e pelo *Correio Paulistano*, o que reforça a ideia de que havia uma forte rede de

³³¹ Obras Completas de Rui Barbosa. Op.cit. p. 63.

³³² *Radical Paulistano*, 10 de setembro de 1870.

³³³ *Radical Paulistano*, 25 de junho de 1869.

solidariedade e sociabilidade entre os antiescravistas e conseqüentemente entre as organizações emancipacionistas.

A redação desses jornais, além de favorecer o estreitamento dos laços entre esses indivíduos, permitia ainda a divulgação das ideias e ações antiescravistas.

3.5. O público leitor.

A circulação e manutenção de um periódico dependiam primeiramente do número de assinantes que conseguia obter. Em geral, reunia-se um grupo de pessoas com interesses comuns que propunham veicular determinadas ideias. Estes pagavam os exemplares adiantados e uma pequena parcela que sobrava podia ser comprada nas tipografias, redações ou em alguns armazéns, que também eram frequentados por homens livres pobres, cativos e libertos.³³⁴ Na cidade de São Paulo, era comum que diversos segmentos sociais - advogados, funcionários públicos e comerciantes - se reunissem em frente aos estabelecimentos comerciais para discutir os acontecimentos:

Lentes da faculdade de Direito, alto clero, alto funcionalismo público e os presidentes da província se reuniam para palestrar. Esses distintos cavalheiros, acompanhados de quase todos os negociantes da rua Imperatriz, iam passear até a ponte do mercado, sobre o rio Tamanduaté ... na volta do passeio, ficavam palestrando nas referidas lojas até as 9 da noite, hora em que dobrava o legendário sino da Igreja do Colégio, dando o sinal de recolhida.³³⁵

A circulação de um periódico estava condicionada à existência de um prévio público leitor, interessado na temática proposta pelo jornal, e a “Cidade de São Paulo afirmava o desejo de suas elites de conversar publicamente sobre os temas que organizavam a vida pública do Império e da província”.³³⁶ Contudo tais debates não se restringiram à pequena parcela letrada da população, como evidencia a passagem abaixo:

A barreira do analfabetismo era contornada pela comunicação oral: a leitura em voz alta, nas esquinas, nas farmácias ou nos serões familiares

³³⁴ CRUZ, Heloísa de Faria. **A imprensa paulistana**. Op.cit.352.

³³⁵ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém**. Op.cit. p.138-9.

³³⁶ CRUZ, Heloísa de Faria. **A imprensa paulistana**. Op.cit. p.353.

possibilitava a divulgação das mensagens [...]. Tradição de origem colonial que se perpetuou ao longo do século XIX.³³⁷

A tradição da leitura oral herdada do período colonial permitia o acesso às informações pelas mulheres, homens livres pobres, cativos e libertos. A prática era destinada aos iletrados, que desejavam saber o que acontecia em um capítulo de folhetim, ou ainda os conteúdos políticos e sociais inscritos nos impressos, que de alguma forma os atingiam. Nesse sentido, as tipografias transformavam-se em verdadeiros pontos de encontros de leituras “É costume nas casas, aonde vendem periódicos, facilitar-se a leitura aos que desejavam.”³³⁸

Nesse período, o acesso dos analfabetos à informação podia ser facilitado também pelos periódicos ilustrados, muito em voga, nas décadas de 1850 e 1860 no Brasil. As gravuras carregadas de críticas sociais e políticas traziam ilustrações auto-explicativas, de fácil compreensão. Os semanários *Diabo Coxo* e *Cabrião*, ricos em ilustrações, estavam entre os principais que circularam na cidade de São Paulo.

No espaço urbano, as informações circulavam com mais velocidade, a dinâmica era favorecida pelo trânsito constante de pessoas. Os escravos, homens livres pobres e libertos iletrados podiam pelas facilidades de mobilidade ir ao encontro das notícias. Já as mulheres encontravam outros mecanismos de acesso à informação. Estas aproveitavam as oportunidades que se apresentavam em seus próprios lares, como às leituras coletivas em voz alta feitas por seus maridos, irmãos e filhos durante as refeições. Os acontecimentos também chegavam até elas por intermédio de seus escravos e agregados, que “traziam das ruas os burburinhos”.³³⁹

Embora o acesso das mulheres à informação fosse tortuoso, isso não as impediu de serem consumidoras da imprensa escrita. Nesse período registra-se a publicação de periódicos voltados ao público feminino no Rio de Janeiro. O jornal *A mulher do Simplicio ou fluminense exaltada* de 1832, *A marmota fluminense* de 1849, *O’ jornal das senhoras* criado

³³⁷ VILLALTA, O. **O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura.** In: *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa.* Souza, L.(Org). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³³⁸ MOREL, Marco. **Primórdios da imprensa no Brasil.** In: *História da imprensa no Brasil.* (Org). Martins, Ana Luiza & Tania Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2008. p. 8-80. P.11.

³³⁹ CARVALHO, Marcus. **A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX.** In: *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.* (Orgs) NEVES, Lúcia Maria Bastos & MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone. Editora: DP&A/FAPERJ. p. 176-99p.183, 2006.

em 1852 e a *Revista Belo Sexo* de 1862, cuja edição era realizada por uma das poucas mulheres letradas.³⁴⁰

O interesse das mulheres não se restringia aos costumes, mas também às questões políticas e sociais de seu tempo. A presença delas nas sociedades antiescravistas é um indicativo de que elas não só driblaram as limitações da escrita, como os demais grupos iletrados, mas também conseguiram transitar em alguns espaços políticos.

A prática da leitura oral e coletiva era uma das formas de fazer circular a imprensa impressa e, os emancipacionistas sabiam das dimensões alcançadas por ela. Ao tornar público seu estatuto, a sociedade Onze de Agosto pretendia atrair não somente os senhores de escravos - interessados em alforriar seus escravos - mas também atrair a atenção dos próprios cativos.

Não foi por acaso que Luiz Gama, Américo de Campos e Antonio José Ferreira Braga Júnior publicaram pequenas notas no jornal *Correio Paulistano*, entre 1868 e 1871, oferecendo seus serviços gratuitos, em defesa dos cativos africanos ilegalmente escravizados.³⁴¹

Supõe-se que anúncios como esses fossem dirigidos a todos aqueles que tivessem alguma simpatia pelas ideias antiescravistas. Dispondo dessas informações e imbuídos de sentimentos humanitários, homens livres, forros e mesmo as senhoras mais abastadas cumpriam o papel de transmitir estas notícias aos cativos, principalmente os que eram vítimas da violência de seu senhor.

Na década de 1860, as defesas de cativos ilegalmente escravizados ganharam fôlego em São Paulo.³⁴² Luiz Gama, por exemplo, foi um dos defensores mais procurados pelos cativos, da cidade de São Paulo e de outras províncias. O escravo Jacinto, fugido de Minas Gerais, veio até São Paulo, atrás dos serviços oferecidos pelo rábula. Provavelmente o cativo ficou sabendo da atuação de Gama “no boca a boca”, assim como muitos outros escravos que se encontravam em semelhante situação.

O fato é que a imprensa paulistana, nas décadas de 1850 e 1860, teve papel fundamental para a circulação das ideias emancipacionistas. Os grupos formados pelos

³⁴⁰ MOREL, Marco. Primórdios da imprensa no Brasil. In: História da imprensa no Brasil. (Org), Martins, Ana Luiza & Tania Regina de Luca. São Paulo: Contexto. p.8-80.Op.cit.p.56.

³⁴¹ Radical Paulistano, 13 de novembro de 1869.

³⁴² BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX**. Op.cit.51.

analfabetos - mulheres, homens livres pobres, libertos e cativos - não ficariam alijado das notícias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de São Paulo, entre as décadas de 1830 e 1850, teve dobrado seu contingente populacional, passando de 10 mil para 20 mil habitantes. O aumento populacional provocou mudanças significativas no cenário paulistano, que, embora tenha crescido pouco nas duas décadas seguintes, foi suficiente para ter transformadas suas feições coloniais.

Em 1828, foi instalada a Academia de Direito, que atraiu estudantes de diversas cidades e províncias. Observou-se também que a dinamização da sociedade e da economia do local foi promovida pela vinda dos imigrantes, que atuaram, sobretudo, no setor de serviços. Foi nesse contexto que ocorreu a diversificação dos grupos urbanos, aspecto que teria favorecido a construção das redes de sociabilidade e a formação das primeiras organizações antiescravistas.

A Academia de Direito, conhecida tradicionalmente como espaço divulgador das ideias antiescravistas pela produção literária e jornalística de seus alunos, não se mostrou distante dos demais grupos sociais. A participação de estudantes nas lojas maçônicas foi constante, assim como foi identificada a presença de indivíduos não matriculados frequentando o local. Indica-se que havia circularidade das ideias antiescravistas nesses diferentes espaços, da Academia de Direito para as sociedades antiescravistas e vice-versa.

Os estudantes da Academia de Direito estavam entre os fundadores da primeira loja maçônica da cidade e foram membros ativos das lojas Piratininga e América. A Piratininga registrou a iniciação de muitos estudantes na maçonaria, mas, embora, a presença dos estudantes tenha sido importante para as organizações emancipacionistas observou-se também a presença expressiva de outros segmentos urbanos, como de comerciantes, funcionários públicos, clérigos e particularmente de mulheres.

Nesse contexto, a maçonaria paulistana teve papel importante na construção dos espaços antiescravistas fora da Academia de Direito. Registrou-se a presença de três lojas maçônicas na cidade de São Paulo: a Amizade, a Piratininga e a América. As três organizações mantiveram algum tipo de proximidade. As lojas América e Amizade, não só promoveram a alforria de cativos, como colaboraram para que outras organizações - Fraternização, Fraternização Primeira e a Redentora – também o fizessem.

Os jornais *Correio Paulistano*, *O Ipiranga*, o *Radical Paulistano* e os semanários *Diabo Coxo* e *Cabrião* foram espaços importantes. Neles, as organizações emancipacionistas depositaram suas ideias e registraram suas principais ações: publicaram atas, estatutos,

anunciaram as defesas gratuitas dos cativos ilegalmente escravizados. Nesse sentido, os periódicos acabaram sendo extensão dessas organizações.

A autoexposição das organizações antiescravistas na imprensa paulistana não significava que elas estivessem isentas de sofrer algum tipo de agressão, hostilidade ou mesmo perseguições. Apontava apenas para a existência de relações de forças estabelecidas entre os escravistas e as sociedades emancipacionistas. Ainda que os escravistas fossem contrários à presença dessas organizações na cidade, tiveram que tolerar a presença.

A aceitação das ideias e práticas antiescravistas, entretanto não ocorreu sem restrições. Observou-se que essas organizações não adotaram discurso radical e de quando em quando, manifestou-se de modo mais ofensivo. Entretanto, quando isso acontecia, logo as organizações tiveram que sair em público para defender-se da acusação de que estivessem infringindo as leis ou tencionando promover grandes revoltas escravas. Luiz Gama foi um dos principais alvos dos escravistas, tendo chegado a perder o emprego por suas ações mais ousadas em nome da loja América e também por suas ações individuais.

O comportamento das sociedades antiescravistas e de seus representantes indicava que havia limites a suas ações, quais sejam, o direito à propriedade cativa e à inviolabilidade da ordem pública.

Aos escravistas caberia investigar e acompanhar de perto as ideias e práticas antiescravistas desenvolvidas pelas sociedades emancipacionistas. Para os escravocratas, motins e revoltas escravas representavam instabilidade da ordem, levando conseqüentemente temor à população e isso por sua vez seria negativo as propagandas antiescravistas. A desordem pública serviria apenas para alimentar o discurso escravista.

Dessa relação de forças entre escravistas e as sociedades emancipacionistas surgiu a ideia de *pacto de tolerância*.

Embora as sociedades antiescravistas almejassem alforriar cativos, observou-se que nem todos os escravos preenchiam os requisitos necessários para serem beneficiados por elas. Essas organizações priorizaram a alforria dos cativos de pele mais clara, dos nascidos no país, dos mais jovens do sexo masculino e com profissão, das mulheres e das meninas menores de sete anos.

De modo geral, as organizações emancipacionistas excluíram de suas listas os cativos mais velhos e os africanos. Os primeiros já não estavam aptos para o trabalho e eram numericamente pouco representativos. Os segundos eram temidos por terem sua imagem vinculada a conflitos e revoltas. Se a intenção das organizações emancipacionistas era primar

pela ordem pública, os escravos africanos estariam entre os menos beneficiados, embora isso não significasse que nenhum cativo de origem africana tivesse alcançado a liberdade. A loja América, por exemplo, promoveu a libertação de muitos cativos ilegalmente escravizados.

A Lei do Ventre Livre, sancionada em 1871, teria desempenhado o papel de alterar o equilíbrio de forças entre as sociedades emancipacionistas e os escravistas, a favor das primeiras. Foi a partir desse momento que teria sido quebrado o *pacto de tolerância*, e tal cenário favoreceria a formação de novas organizações emancipacionistas que radicalizariam as práticas antiescravistas.

A propriedade escrava não era mais inviolável. Se o cativo dispusesse do valor equivalente a sua carta de alforria, o senhor seria obrigado a concedê-la sem prerrogativas. A aprovação do pecúlio pela Lei do Ventre Livre representou um avanço importante em direção às ações antiescravistas. Com isso, as atuações dessas sociedades intensificaram-se.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LIVROS

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **O abolicionismo na Academia de Direito de São Paulo**. In: Revista Resgate. Centro de memória Unicamp, 1993. p.93-101.

AMARAL, Antonio Barreto do. **Dicionário de História de São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo. Coleção Paulística. Vol.XIX. São Paulo: Governo do Estado, 1980.

_____. **Os poetas da academia e a abolição**. Revista do Arquivo Municipal. 1977, nº 190. pp.3-23.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Onda Negra, Medo Branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. 3º Ed. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha**: trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

AZEVEDO, Elizabeth. R. **Um palco sob as arcadas**: o teatro dos estudantes de direito do largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX. São Paulo: FAPESP; ANNABLUME, 2000.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

BARROS, Maria Paes de. **No tempo de Dantes**. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BASTIDES, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. São Paulo: Edusp, 1960.

BASTIDES, Roger & FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4ª ed. São Paulo: Global, 2008.

BENIMELI, Ferrer. **Maçonaria e Igreja católica**: ontem, hoje e amanhã. 2º Ed. São Paulo: Editora Paulinas, 1983.

BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX**: liberdade e dominação. São Paulo: Humanitas, 2004.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6º Ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**: burgo de estudantes (1828-1872). Vol. 2. São Paulo: HUCITEC – Prefeitura do município de São Paulo, 1984.

CÂMARA, Nelson. **O advogado dos escravos**: Luis Gama. 1º Ed. Lettera.doc, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Um funcionário da Monarquia**: ensaio sobre o segundo escalão. 2º Edição. São Paulo: Editora Ouro Sobre Azul, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de Sombras**: a política imperial. São Paulo: Vértice. Revista dos tribunais/Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CASTELLANI, José. **Os maçons e a abolição da escravatura**. 1º Ed. Londrina, Paraná: Editora Trolha, 1998.

CASTELLANI, José e FERREIRA, Cláudio. **A Amizade**: a primeira Loja Maçônica na História de São Paulo (1832-1996). 1º Ed. São Paulo: Editora Amizade. 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

COELHO, Henrique. **Rui Barbosa em São Paulo**. In: Estado de São Paulo. 23 de agosto de 1924. Nº33.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 7º Ed. São Paulo: Global, 2001.

COSTA, Frederico Guilherme. **A maçonaria e a emancipação do escravo**. Paraná, Londrina: A trolha. 1999.

_____. **Da senzala à colônia**. 4º Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros, escravos libertos e sua volta para a África**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Cotidiano e poder**: em São Paulo no século XIX. Ed. 2°. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DEBRET, Jean. **Viagem Pitoresca da história do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1978.

DUQUE-ESTRADA, Osório. **A abolição**: esboço histórico (1831-1888). Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro e Maurillo, 1918.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e segurança**: Força Pública do Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-omega, 1973.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Ed. 3°. Vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

_____. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 4ªEd. São Paulo: Global, 2008.

GAMES, Hélder. **O romantismo Paulista**: os ensaios literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860. São Paulo: Alameda, 2006.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **Higienópolis**: grandeza e decadência de um bairro paulistano. Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultural/Departamento do Patrimônio Histórico, 1980.

LUCENA, Humberto. **A abolição no Parlamento**: 65 anos de luta. 1823-1888. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de arquivo, 1988.

MACHADO, Maria Helena Toledo. **O plano e o Pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/EDUSP, 1994.

MALHEIRO, Perdígão. **A escravidão no Brasil**: ensaio jurídico histórico-social. Rio de Janeiro, 1866. Vol. I e II.

MARTINS, Antonio Egídio. **São Paulo Antigo (1554-1910)**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MARTINS, Luís. **O patriarca e o bacharel**. 2ªEd. São Paulo: Alameda, 2008.

MATTOSO, Katia Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 1º Ed. São Paulo: Editora Brasileira, 1988.

MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da abolição**: escravos e senhores no Parlamento e na justiça. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza São Paulo, 1845-1895**: contribuição ao estudo da passagem da economia Mercantil escravista à economia exportadora capitalista. São Paulo: HUCITEC. Prefeitura do município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1985.
- MORAN, Emílio Frederico. **Rui e a abolição**. Trad. Carly Silva. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973.
- MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Sociedade movediça**: economia, cultura e relações sociais em São Paulo (1808-1850). São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- MORAES, Evaristo. **A campanha abolicionista (1879-1888)**. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1924.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. **As religiões não cristãs e afro-brasileiras em São Paulo**. In: A cidade de São Paulo no Império. (Org) Paula Porta. vol. II. p. 551-582. p.551.
- NOGUEIRA, José Luis de Almeida. **A academia de São Paulo**: tradições e reminiscências. São Paulo: Saraiva, 1977. Vol.3.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém**: relações sociais e experiência da urbanização: São Paulo (1850-1900). São Paulo: Alameda, 2005.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **Mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- SANT'ANNA, Nuto. **São Paulo Histórico**: aspectos, lendas e costumes. São Paulo: Coleção do Departamento de cultura, 1944. Vol. 4.
- SANTOS, Luiz Carlos. **Luiz Gama**. 1º Ed. Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão**: a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantina no século XVIII. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1975.
- SCHWARCZ, Lila Mortiz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SIRINI, Silva Cristina Lambert. **Uma São Paulo alemã**: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889). Coleção Teses e Monografias. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado. São Paulo, 2003. Vol.6.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

VAIFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial**. Petrópolis: Vozes, 1986.

VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a história da academia de São Paulo**. Livraria Acadêmica/ Largo do ouvidor. São Paulo: Saraiva.vol. I. 1924

PERIÓDICOS

ADORNO, Sérgio. **O abolicionismo na academia de direito de São Paulo**. In: *Resgate, Revista de Cultura*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1993.p.93-101, nº5.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Maçonaria: história e historiografia**. In: *Revista USP, Dossiê Sociedade de Massas e Identidades*. nº32, p.178-89, dez./janeiro./fev. 1996-97.

AZEVEDO, Gislane Campos. **Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil do século XIX**. *Revista Histórica*. Edição nº 27, mês de novembro.

BELLINI, Ligia. **Por amor e por interesse a relação senhor-escravo em cartas de alforria**. In: *Escravidão e invenção da liberdade: Estudo sobre o negro no Brasil*. (Org) Reis, João José São Paulo: Brasiliense. p. 34-42. 1988.

CARVALHO, Marcus. **A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX**. In: *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. (Orgs) NEVES, Lúcia Maria Bastos & MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone. Editora: DP&A/FAPERJ. p.176-199. 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Escravidão e razão nacional**. In:*Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte. p. 35-62. 1998.

CRUZ, Heloísa de Faria. **A imprensa paulistana: do primeiro jornal aos anos 50**. História da cidade de São Paulo: a cidade no Império. (Org) Paula Porta. São Paulo: Paz e terra, 2004. p.351-74.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX**. In: *Antropologia no Brasil*. 2º.Ed. São Paulo: Brasiliense. p.123-58. 1987.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho**. In: *Estudos Econômicos*. IPE Instituto de Pesquisas econômicas. vol.15.p.89-109. 1985.

EISENBERG, Peter. **Ficando livre**: as alforrias em Campinas no século XIX. Estudos Econômicos. nº 17, maio/ago. p.175-216. 1987.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Mulheres brasileiras**: direitos e alternativas em sociedades patriarcais séculos XVIII E XIX. In: *IX Jornadas de investigacion interdisciplinar sobre La mujer, Madrid Universidad Autonoma*. p. 39-52. 1993.

_____. **Mercado de trabalho, gênero e família no Brasil (1836-1996)**. In: *Revista da Biblioteca Mario de Andrade. Secretaria Municipal*. São Paulo. vol.57. jan/dez. p.55-64.1999.

FARIA, Alberto. **Luiz Gama**. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, nº67 p.337-55, jul.1927.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Crise do regime**. In: *O Brasil Monárquico: do Império à República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. vol. 5. Tomo II,p.7-20. 1972.

_____. **Da Maçonaria ao Positivismo**. In: *O Brasil Monárquico*. Do Império à República. Tomo 2, vol.5. São Paulo: Diel. p. 289-305.1985.

MACHADO, Maria Helena. **Sendo cativo nas ruas**: a escravidão urbana na cidade de São Paulo. In: *História da cidade de São Paulo: a cidade no Império (1823-1889)*. Paula Porta. São Paulo: Paz e Terra. p.57-91. 2002.

MATTOSO, Katia Queirós. **O filho da escrava em torno da Lei do Ventre Livre**. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero. vol. 8 nº16.1988.

MOREL, Marco. **Primórdios da imprensa no Brasil**. In: *História da imprensa no Brasil*. (Org). Martins, Ana Luiza & Tania Regina de Luca. São Paulo: Contexto. p.8-80. 2008.

MOTT, Maria Lúcia. **Ser mãe**: a escrava em face do aborto e do infanticídio. In: *Revista de História/USP*, nº 120, jan/jul.p.85-96. 1989.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. **As religiões não cristãs e afro-brasileiras em São Paulo**. In: *A cidade de São Paulo no Império*. (Org) Paula Porta. vol. II. pp. 551-582. 2002.

NOGUEIRA, Almeida. **Barão de Ramalho**. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tomo XXXI. 1982

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: *Por Uma História Política*. (Org.) René Rémond. Trad. Dora Rocha. 2º Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. .p.231-69. 2003.

SLENES, Robert. **Lares negros, olhares brancos:** histórias da família escrava no século XIX. In: Revista de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. vol.8, nº10. pp. 189-203.1988

_____. **Malungu, ngoma vem!:** África coberta e descoberta no Brasil. In: *Revista USP*. São Paulo. nº 12, pp.48-67, dez, 1991. Jan/fev. 1992.

VILLALTA, O. **O que se fala e o que se lê:** língua, instrução e leitura. In: *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. Souza, L.(Org). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DISSERTAÇÃO E TESE

DAVID, Alessandra. **Tutores e tutelados:** a infância desvalida em Franca (1850-1888). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Departamento de História: Programa de pós-graduação em História Social,UNESP, 1997.

ROSEMBERG, André. **Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império:** a instituição, prática cotidiana e cultura. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Departamento de história: Programa de pós-graduação em História Social, USP, 2008.

SITE

FONTE<[HTTP://www.américa.org.br/](http://www.américa.org.br/)> acessado em 25 de agosto de 2010.

FONTE: SILVA, Rosangela de Jesus. **Ângelo Agostini:** crítica de arte, política e cultura no Brasil do segundo reinado. Revista da Unicamp < <http://www.unicamp.br/>> acessado em 21 de agosto de 2010. p. 107-121.

FONTES

- Fontes manuscritas

Arquivo do Estado de São Paulo.

- Juizado de Órfãos de São Paulo. 1849. Ordem CO5354.

Arquivo da Sociedade Maçônica Piratininga:

- Doc-3. Loja Maçônica Piratininga (São Paulo) Subscrição para a compra da liberdade da escrava Gertrudes 1854. Assinatura: José Luis [?] Pinto, Brigadeiro Gomes da Paixão.

- Ata de reunião da loja maçônica Piratininga. Nº15, de 28 de outubro de 1850.

- Leis Provinciais de São Paulo (1858-1863). Posturas de Câmaras Municipais. Assembléia Legislativa Provincial.

- Fontes impressas

Periódicos:

A Razão - 1862.

Cabrião: semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis: 1866-1867. 2º Ed. Fac-Similar. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Correio Paulistano – 1857, 1869, 1870, 1871.

Democracia - 1868.

Diabo Coxo - 1864.

Diário de São Paulo - 1869.

O Ipiranga – 1867-1869.

Radical Paulistano – 1869-1870.

Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano, 1850-1862.

Livros

CASTELLANI, José. **Piratininga:** história da Loja Maçônica, tradição de São Paulo. Edição de comemoração do ano de sesquicentenário. São Paulo: OESP, 2000.

Obras Completas de Rui Barbosa. Prefácio e organização de Antonio Gontijo de Carvalho 1865-1871. Tomo I. Primeiros Trabalhos. Vol. I. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1951.

EIRÓ, Paulo. **Sangue Limpo**. São Paulo: Departamento de Cultura, Divisão do Arquivo Histórico, 1949.

ANEXO 1 e 2

ANEXO 1

Estatuto da Sociedade – Onze de Agosto – Correio Paulistano 26 de agosto de 1857.

Título I

Capítulo I

Art. 1º A Sociedade – 11 de Agosto – tem por fim a liberdade dos escravos.

Capítulo II

Art. 2º Os sócios devam-se em tres cathogorias: - effectivos, honorários e benemeritos.

Art. 3º Para ser socio effectivo são indispensáveis as condições seguraies:

§1º Ser acadêmico, ou estudante de preparatórios.

§2º Ser proposto por um sócio presente, e approved por maioria de votos.

§3º Concorrer com a entrada de 10\$000 réis que poderá ser feita por duas prestações.

§4º Concorrer mensalmente com a quantia de 2\$000 réis.

Art. 4º O socio que deixar de satisfazer as suas prestações três mezes seguidos, será considerado expulso da sociedade.

Art. 5º O socio que faltar duas sessões seguidas, sem participar ao presidente da casa, será incurso na multa de 2\$000 réis.

Art. 6º Serão considerados sócios honorários:

§1º Todos os sócios effectivos, que, completa a sua carreira litteraria, não se despedirem da sociedade.

Art. 7º Os sócios honorários gozarão dos mesmos direitos, que competem aos effectivos.

Art. 8º Será indefinido o número dos sócios.

Art. 9º Serão considerados sócios beneméritos:

§1º As pessoas que fizerem a sociedade donativos excedentes á 50\$000 réis.

Capítulo III – Da mesa

Art. 16º A mesa será composta de um presidente honorário, um effectivo, um orador, um 1º e um 2º secretário, thesoureiro e comissão de contas.

Capítulo IV

Do presidente honorário.

Art. 11º Poderá ser presidente honorário – qualquer pessoa, que pela sua posição merecer a escolha da sociedade, embora não seja socio.

Art. 12º O presidente honorário será eleito de dois a dois annos.

Capítulo V

Do presidente effectivo.

Art. 13º O presidente effective será somente eleito d'entre os socios effectivos.

Art. 14º Compete ao presidente effectivo:

§1º A direcção dos trabalhos da sociedade.

§2º Reunir sessões extraordinárias, quando turbulenta.

§3º Determinar a hora da reunião de qualquer das sessões.

§4º Suspender a sessão quando turbulenta.

§5º apresentar uma história dos factos relativo á sociedade no fim de cada anno da sua administração.

§6º Assignar os termos de abertura e encerramento dos livros da thesouraria, e rubricar o livro das actas.

§7 Presidir á sessão magna da sociedade na falta do presidente honorário e nas sessões ordinárias ceder-lhe o lugar no caso que este compareça.

Capítulo VI

Do Orador

Art. 15º O Orador será somente eleito dentre os socios effectivos.

Art. 16º E' da sua competência.

§1º Dirigir uma allocução ao socio novamente entrada, e aos visitantes, em nome da casa.

§2º Na sessão magna proferir um discurso análogo ao fim da Associação.

§3º O Orador será membro nato da commissão de liberdade.

Capítulo VII

De Thesoureiro.

Art. 17º O Thesoureiro será somente eleito dentro os socios effectivos.

Art.18º É da sua competência:

§1º Receber as jóias dos socios e as suas mensalidades.

§2º Apresentar de tres em três mezes a lista dos socios que deixarem de cumprir os seus pagamentos.

§3º Fazer as despezas com os objectos necessários para as sessões.

§4º No fim de cada anno da installação da Sociedade, aprestar um balanço da receita o despeza da thesouraria.

§5 Ter para assento dos negócios relativos ao seu cargo, um livro para a receita e outro para a despeza, numerados pelo primeiro Secretario e com termos de abertura o encerramento, pelo presidente effectivo.

§6º Receber as multas dos socios na for,a do art. 5 cap. 2º.

Art. 19º O Thesoureiro recolherá as quantias recebidas no Banco do Brazil logo que for julgado conveniente.

Capítulo VIII

Do 1º Secretário.

Art. 20º O 1º Secretario só poderá ser eleito dentre os socios effectivos.

Art. 21º E' da sua competência:

§1º Lavrar as actas do ocorrido nas sessões.

§2º Proceder a sua leitura.

§3º Numerar os livros da thesouraria

(continua)

Correio Paulistano 18, de novembro de 1857.

Capítulo IX.

Do 2º Secretario.

Art.22º O 2º Secretario será somente eleito de entre os socios effectiavs

Art. 23º E' da sua competência:

§1º Fazer na abertura das sessões a chamada dos socios.

§2º A leitura do expediente.

§3 A apuração dos votos nas eleições

Capítulo X.

Da commissão de contas.

Art. 24º Compete a commissão de contas, que será composta de três membros; analyzar, no fim de cada anno, a contar da installação da Sociedade, a receita e despesa da thesouraria, e dar por escripto o seu parecer á Associação.

Capítulo XI

Das sessões

Art. 25º As sessões são divididas em magnas, ordinárias e extraordinarias.

Art. 26º As sessões ordinárias serão feitas no último feriado de cada mez e durarão duas horas.

Art. 27º As sessões extraordinárias serão reunidas, quando o presidente julgar conveniente.

Art. 28º A sessão magna será no dia 11 de agosto de cada anno.

Art.29º A sessão em que se tiver de votar para a liberdade de escravos – deverá compor-se de dois terços dos socios effectivos e honorários.

Art.30º Não haverá sessão, quando houver presentes menos de 15 socios.

Art. 31º A sessão de que falla o art. 29 será feita á custa dos sócios.

Art.32º As eleições para os diferentes membros de que falla o artº. 18 capítulo 3º será feita annualmente.

Art.33º Proceder-se-há isoladamente á elleição de cada membro, e será eleito o que obtiver maior dos votos presentes.

Art.34º A eleição da commissão de contas será feita escrevendo-se n'uma só lista os seus membros.

Título II

Capítulo XIII

Disposições Gerais.

Art. 35º Na primeira sessão de julho os sócios presentes nomearão uma commissão com o nome de commissão de liberdade, para promover a lista dos escravos, que na forma dos seguintes artigos estiveram no caso de merecer o favor da sociedade.

Art. 36º A commissão de que trata o precedente artigo – apresentará na última sessão do mez de Junho o resultado de seu trabalho, com todas as declarações – de idade, naturalidade, officio etc.

Art. 37º Para que seja um escravo liberto pela sociedade é exigida a condição seguinte:

§1º Ser moralizado

Art38º Observar-se-há nas alforrias a ordem seguinte:

§1º Os mais moços serão preferidos aos mais velhos.

§2º O sexo feminino ao sexo masculino

§3º No caso de concurso de dois ou mais escravos com o mesmo requisito será preferido o que tiver officio.

§4º Não serão libertos os menores de sete anos.

§5º Quando libertar-se a escrava que estiver creando o seu filho este sel-o-há também.

§6º No concurso de escravos com os mesmos requisitos, os mais baratos serão preferidos aos mais caros, observando-se todas as regras antecedentes.

§7º Sempre os escravos de cor serão libertos de preferência aos pretos – os nascidos no Brazil aos estrangeiros.

Art. 39º A liberdade será votada ma última sessão de Julho.

Art. 40º O título de alforria será conferido ao cativo na sessão magna pelo presidente.

Art. 41° Será nomeado pelo presidente uma comissão de dois membros para lançar a carta de alforria em notas.

Art. 42° Da quantia recebida no primeiro anno, a metade será posta no Banco do Brazil, e a outra metade será empregada nas alforrias.

Art. 43° Nos mais annos reunindo-se a quantia que estiver no Banco, à recebida no decurso do anno, será a somma dividida em duas partes; a primeira continuará no Banco, e a segunda será dedicada as alforrias.

Art. 44° Todo o anno em que feita esta apuração, não puder libertar um escravo, os sócios effectivos e honorários, serão obrigados a concorrer com a quota parte necessária.

Art. 45° Para ser liberto um escravo é necessário a approvação de dois terços dos sócios presentes.

Art. 46° Estes estatutos não passarão por nenhuma reforma sem o concurso de votos de dois terços dos membros da Associação.

ANEXO 2

Projeto de Rui Barbosa proposto em nome da loja América – 4 de abril de 1870.

Art. 1º Sendo verdade inconcussa que a emancipação do elemento servil e a educação popular são hoje as duas grandes ideias que agiam o espírito publico e depende essencialmente o futuro da nação, a Maçonaria brasileira declara-se solemnemente a manter e propalar esses dous princípios, não só pelos recursos intellectuais da imprensa, da tribuna e do ensino, como também por todos os meios materiaes atinentes a apressar a realização dessas ideias entre nós.

Art. 2º Todas as lojas maçônicas instituídas no pais, tanto as já existentes quanto as porvindouras, não poderão alcançar nem continuar a merecer o título e os direitos de Offinas regulares e legitimas, sem que adoptem pelo mesmo modo esses dois princípios sociaes, compromettendo-se a trabalhar por eles, com eficácia e tenacidade.

Art. 3º Todas as Lojas maçônicas sujeitas ao Grande Oriente Brasileiro, assim presentes como futuras, ficam obrigadas a abrir, no orçamento de suas despesas, uma verba especial reservada ao alforriamento de crianças escravas.

primeiro – Esta verba será proporcional à soma total da receita de cada Loja, de maneira que seja sempre um quinto da receita total.

§segundo – Este termo proporcional será applicado invariavelmente a todas as Lojas.

Art. 5º Nenhum individuo poderá mais obter o titulo e os privilégios de legitimo Maçom, sem que primeiramente, antes de receber a iniciação, declare livres todas as crianças do sexo feminino que dahi em diante lhe possam provir de escrava sua. § único – Essa declaração será escripta e assygnada pelo respectivo neophito e por testemunhos idôneas, escolhidas dentre os maçons presentes em numero bastante para que venha a produzir os effeitos legaes.

Art. 6º Todos aquelles que já se acham iniciados em qualquer Officina maçônica do Brasil ficam igualmente obrigados, logo que for promulgada esta lei, a lavrar um comppromisso em que declare livres todas as crianças do sexo feminino, filhas de escrava sua, que possam vir á luz desse momento em diante. § único – Esta declaração será escripta e assygnada pelo respectivo em apenso e por testemunhas idôneas, em numero sufficiente, afim de que possa produzir todas as consequências legaes.

Art. 7º - Para estas declarações de liberdade haverá em cada Officina, um livro particular numerado e rubricado pelos dellegados do Grande Oriente, ou em falta delles, pelo Venerável da Loja.

§ primeiro – As declarações serão feitas por cada maçom de per si, não se admittindo nunca que mais de um individuo subscreva o mesmo comppromisso. § segundo – Cada declaração individual será lavrada em uma das folhas do respectivo livro.

Art. 8º - Se qualquer individuo recusar-se a fazer a declaração referida nos artigos 5º e 6º, se ainda não for maçom não poderá nunca ser iniciado, e se já o for ficará ipso facto coberto por toda a Maçonaria brasileira, sendo a respectiva Loja obrigada a comunicar essa ocorrência ao Grande Oriente e ás Officinas mais próximas ou áquelas que forem situadas em qualquer lugar para onde tenha de seguir o maçom suspenso.

§ único – Esta suspensão será levantada logo que o indivíduo, comparacendo á sua antiga Officina, lavar e subscrever o compromisso mencionado.

Art. 9º - Qualquer maçom, apesar de ter escripto e assygnado a declaração indicada nos artigos 5º e 6º, continuar a criar e manter ilegalmente, na escravidão, as crianças a que tenha dado liberdade pelo seu compromisso, fica a respectiva Loja obrigada a participar logo e logo esse delito ao Grande Oriente, o qual tanto que receber esta comunicação, declarará o delinqüente excluído do Gremio da Maçonaria brasileira, como desobediente aos decretos do Grande Oriente, ficando privado de todos os títulos, direitos, privilégios e dignidades que possuir.

Art. 10 – No caso figurado pelo artigo antecedente, cumpre á respectiva Offina, escolher sem demora, pessoa competente que processe o criminoso perante os tribunaes civis, servindo-se do compromisso por elle escripto e assygnado, afim de obter a sentença de liberdade em favor das crianças mantidas em injusto captiveiro.

Art. 11º A Loja maçônica que não satisfazer rigorosamente as obrigações determinadas nos artigos precedentes, será pela primeira vez reprehendida e intimada para cumpril-as e, se resistir, ficará suspenso como refrataria ás leis do Grande Oriente Brasileiro.

Art. 12º Todas estas disposições, cuja applicação á Maçonaria brasileira depende ainda da resolução do Grande Oriente, começam a vigorar desde hoje, como lei positiva, no seio da Loja América.³⁴³

³⁴³CASTELLANI, José. **Os maçons e a Abolição da Escravatura**. 1º edição. Londrina, Paraná: A Trolha. 1998. p. 62-63.